GRUPO I – CLASSE V – Plenário
TC 017.516/2015-3
Natureza: Relatório de Levantamento
Unidade: Estado da Paraíba
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há

SUMÁRIO: FISCALIZAÇÃO DE NATUREZA OPERACIONAL. PANORAMA DO ESTADO DA PARAÍBA CONTEMPLANDO UMA VISÃO DE SUA SITUAÇÃO GEOGRÁFICA E ECONÔMICO-SOCIAL, INCLUINDO O MAPEAMENTO DOS DESAFIOS LOCAIS PARA SEU DESENVOLVIMENTO. ENCAMINHAMENTO DO TRABALHO AOS INTERESSADOS. DETERMINAÇÃO À UNIDADE TÉCNICA DESTE TRIBUNAL. APENSAMENTO.

RELATÓRIO

Transcrevo a seguir o relatório de fiscalização elaborado por auditor da Secex/PB (peça 52), cuja proposta de encaminhamento mereceu a concordância dos dirigentes daquela unidade técnica (peças 53 e 54):

"I. INTRODUÇÃO

1. Cuidam os autos de Relatório de Levantamento Operacional sobre o Estado da Paraíba, em atendimento às Portarias Fiscalis/Secex-PB nº 695/2015 (Peça 1) e 1.255/2015 (Peça 2), com o objetivo de apresentar panorama da referida unidade federativa contemplando uma visão ampla e abrangente de sua situação geográfica e econômico-social, incluindo o mapeamento dos desafios locais para seu desenvolvimento (em seus aspectos econômico, social, inclusivo e sustentável), bem como síntese do conjunto de ações de controle relevantes realizadas pelo Controle Externo, com foco no território da unidade federativa ora analisada.

2. A principal motivação do presente trabalho deveu-se à identificação da persistência de baixos índices de desenvolvimento econômico e social dos estados da Região Nordeste, às fragilidades do sistema de planejamento e avaliação do governo federal, bem como aos problemas na implementação das ações governamentais, que indicam a insuficiência das intervenções destinadas a alavancar o desenvolvimento daquela região e, em particular, do estado da Paraíba.

3. A finalidade do presente trabalho é apresentar panorama do estado da Paraíba, contemplando visão de sua situação geográfica e econômico-social, incluindo o mapeamento dos desafios locais para seu desenvolvimento; avaliação da existência ou não de Plano(s) de Desenvolvimento destinados ao Estado da Paraíba; compilação de síntese do conjunto de ações de controle relevantes realizadas pelo controle externo, com foco nesse ente federado, de modo a identificar objetos de controle e instrumentos de fiscalização a serem adotadas em futuras ações de controle.

4. Pretende-se que as informações levantadas neste trabalho possam ser utilizadas em planejamentos de atividades da Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba, bem como

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

possam subsidiar outros trabalhos de Fiscalização de Orientação Centralizada, ou ainda servirem de subsídio a autoridades e dirigentes, no contexto de representação institucional do TCU.

5. Ressalta-se que, relativamente à atuação desta Corte de Contas, para o biênio 2015/2016, as entidades e órgãos do governo do estado da Paraíba, bem como os seus municípios, encontram-se sob relatoria do Ministro Raimundo Carreiro.

6. Nesse desiderato, apresentam-se as questões de auditoria a serem respondidas no presente relatório, como se segue (Peça 3).

7. *Questão I - Qual o panorama atual do Estado da Paraíba?*

7.1 Pretendeu-se com a referida questão apresentar o panorama geral do Estado da Paraíba, desdobrando-se a questão em duas subquestões, quais sejam:

7.1.1 *quais as características territoriais e demográficas do Estado da Paraíba*, oportunidade em que se pretende apresentar as seguintes informações relevantes sobre o estado: limites territoriais do Estado; suas principais características ambientais; distribuição da população; estrutura da população; taxa de mortalidade; taxa de fecundidade; expectativa de vida; taxa de crescimento da população; e outras informações associadas à caracterização do estado da Paraíba.

7.1.2 Pretende-se que a análise possibilite:

7.1.2.1 identificar qual o panorama territorial e demográfico da Paraíba, no que se refere: a limites, meio ambiente e regionalizações; e distribuição e estrutura populacional do Paraíba;

7.1.2.2 identificar quais as mudanças ocorridas na estrutura demográfica do Estado quanto à população total, urbana, rural e densidade demográfica; e

7.1.2.3 identificar qual o perfil do estado da Paraíba, quanto ao seu território e população; e

7.1.2 *quais as principais atividades econômicas do Estado da Paraíba*, oportunidade em que se pretendeu tanto apresentar as principais atividades do Estado, por região, quanto apresentar o desempenho da economia paraibana, refletido pelos indicadores de desenvolvimento do Estado, em face dos demais Estados.

7.1.3 Pretende-se que a análise possibilite:

7.1.3.1 identificar as principais atividades por regiões do Estado;

7.1.3.2 identificar o volume e composição do PIB do Estado da Paraíba; e

7.1.3.3 identificar quais as principais atividades de maior impacto no PIB.

8. *Questão II – Quais os principais desafios para o Estado da Paraíba alavancar seu desenvolvimento sustentável?*

9 Para este desiderato, desdobrou-se a questão nas seguintes subquestões de suma importância, quais sejam:

9.1 *os desafios para o desenvolvimento estão declarados, de forma expressos, em planos institucionais*, identificando as seguintes informações relevantes:

9.1.1 os desafios e/ou problemas identificados a Questão I;

9.1.2 os desafios e/ou problemas identificados nos planos regionais e/ou locais; e

9.1.3 os desafios e/ou problemas declarados pelo Governo Federal, externados em programas de governo desenvolvidos no Estado da Paraíba.

9.2 Pretende-se que a análise possibilite:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

9.2.2 identificar se os planos governamentais (estadual e federal) declaram, de forma expressa, clara e direta os desafios para o desenvolvimento do Estado;

9.2.3 identificar, na visão de cada esfera de governo (Federal e Estadual), quais os desafios ao desenvolvimento da Paraíba; e

9.2.4 identificar se há coerência entre os referidos planos institucionais, atacando os desafios identificados na questão anterior;

9.3 *na visão da sociedade civil, quais seriam os desafios para o desenvolvimento sustentável da Paraíba*, oportunidade em que se pretende apurar quais os desafios identificados pela sociedade como sendo essenciais ao desenvolvimento da Paraíba e o grau de coerência dos desafios eleitos pela sociedade e aqueles eleitos pelo Governo, sob a ótica da própria sociedade.

9.4 A subquestão tem o propósito de identificar se há alinhamento, ainda que mínimo, do que deseja a sociedade e o que está sendo proposto como desafios ao desenvolvimento do estado, aferindo, em essência, a legitimidade das escolhas dos Governos Estadual e Federal.

10 *Questão III – como se apresentam os principais indicadores de desenvolvimento da Paraíba?*

10.1 A presente questão tem a finalidade de apresentar os principais indicadores estratégicos associados a desenvolvimento do Estado da Paraíba, pretendendo a referida análise propiciar tanto a identificação e evolução dos principais indicadores associados aos desafios para o desenvolvimento do Estado.

11. *Questão IV – como e onde estão sendo alocados os recursos financeiros no Estado da Paraíba e associados ao seu desenvolvimento?*

12. A presente questão de auditoria se desdobraria em duas subquestões a saber:

12.1 *como se daria a composição orçamentária do Estado da Paraíba*, oportunidade em que se pretende apresentar, de forma sistêmica a receita orçamentária do Estado, por origem de recursos, oportunidade em que a análise dos dados coletados poderá possibilitar a identificação da composição das receitas do Estado, bem como avaliar o grau de dependência do Estado com relação às transferências federais; e

12.2 *como se daria a execução orçamentária federal no Estado da Paraíba, no período de 2012 a 2014, por função e programa e ação*, oportunidade em que se deseja identificar os principais programas e ações priorizadas pela União na Paraíba, avaliando se os mesmos seriam compatíveis com os desafios (identificados ou indicados pelo Estado da Paraíba ou ainda pela sociedade).

12.3 O principal objetivo da referida questão é identificar quais e quantos são os valores alocados em funções, programas e ações de governo no estado, com o fito de compará-los com os desafios identificados em questões anteriores.

14. Por derradeiro, a *Questão V – quais os trabalhos relevantes realizados pelo TCU no Estado da Paraíba*, teve a finalidade de identificar os trabalhos relevantes realizados tanto pela Secex-PB quanto pelas Unidades Técnicas da Sede, avaliando se tais trabalhos abrangeram, de forma eficiente, os desafios de desenvolvimento do estado.

15. Os dados utilizados nas análises que se seguem foram obtidos nas mais diferentes fontes de informação abertas e postadas na internet, bem como em bases de dados disponibilizadas e/ou custodiadas a esta Corte de Contas.

16. Impende destacar que os principais riscos de insucesso (limitações) ao desiderato proposto no presente trabalho residem:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

16.1 ausência de dados sistematicamente coletados e disponibilizados à equipe encarregada da referida tarefa, uma vez que as fontes de consulta, em sua maioria, estão pulverizadas em diversos lugares na rede mundial de computadores;

16.1.1 tempo exíguo para levantamento tão genérico e amplo, o que demandaria maior número de participantes e sistematização prévia das informações tidas como relevantes;

16.1.2 ausência de dados essenciais à análise sistêmica das funções de governo, dentro das três esferas de governo, dificuldade hoje intransponível em âmbito nacional, dado que cada ente possui sistemas diferentes de registro contábeis e orçamentários e os mesmos não se encontram disponibilizados, de forma sistêmica, a esta Corte de Contas;

16.1.3 ausência de levantamento pretérito das fontes de dados que poderiam ser utilizadas na presente empreitada, de forma a permitir uniformidade das análises a serem implementadas pelas Unidades Técnicas desta Corte de Contas;

16.1.4 uniformização das informações utilizadas por cada Unidade Técnica, uma vez que qualquer análise sistêmica exigiria mínimo de uniformização dos dados ofertados;

16.1.5 avaliação da fidedignidade das fontes de informação, trabalho estranho ao presente levantamento e que deveria ser objeto de coleta sistematizada pela área de Tecnologia da Informação, junto à Sede desta Corte de Contas; e

16.1.6 generalização demasiada no objeto proposto para o presente trabalho, carecendo de maior objetividade e foco na atuação desta Corte de Contas, elegendo-se determinada função de governo como prioritária.

II. PANORAMA GERAL

17. Dados históricos

17.1. A História da Paraíba começa antes do descobrimento do Brasil, quando o litoral do atual território do estado era povoado pelos índios tabajaras e potiguaras. A província foi fundada em 05 de agosto de 1585, tornando-se Estado com a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889.

17.2. A Paraíba é uma das 27 unidades federativas do Brasil, situada a leste da Região Nordeste e tem como limites o Estado do Rio Grande do Norte ao norte, o Oceano Atlântico a leste, Pernambuco ao sul e o Ceará a oeste. Ocupa uma área de 56.439 km² (pouco menor que a Croácia). A capital do estado é João Pessoa.

17.3. Na Paraíba encontra-se o ponto mais oriental das Américas, conhecido como a Ponta do Seixas, em João Pessoa. Devido a sua localização geográfica privilegiada (extremo oriental das Américas), a cidade de João Pessoa é conhecida turisticamente como “a cidade onde o sol nasce primeiro”.

18. Dados geopolíticos

18.1 Clima

18.1. Possui clima tropical úmido no litoral, com chuvas abundantes. À medida que se desloca para o interior, depois da Serra da Borborema, o clima torna-se semiárido e sujeito a estiagens prolongadas e precipitações abaixo dos 500mm. As temperaturas médias anuais ultrapassam os 26º, com algumas exceções no Planalto da Borborema, onde a temperatura média é de 24º.

18.2 Hidrografia

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

18.2.1 Na hidrografia da Paraíba, os rios fazem parte de dois setores, Rios Litorâneos e Rios Sertanejos. O Estado encontra-se com 97,78% de seu território dentro do polígono das secas, segundo dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

18.2.2 Quanto à hidrografia, os rios paraibanos podem ser subdivididos em:

18.2.2.1 *Rios Litorâneos* – são rios que nascem na Serra da Borborema e vão em busca do litoral paraibano, para desaguar no Oceano Atlântico. Entre estes tipos de rios podemos destacar: o Rio Paraíba, que nasce no alto da Serra de Jabitacá, no município de Monteiro, com uma extensão de 360 km de curso d'água e o maior rio do Estado. Também podemos destacar outros rios, como o Rio Curimataú e o Rio Mamanguape;

18.2.2.2 *Rios Sertanejos* – são rios que vão em direção ao norte em busca de terras baixas e desaguando no litoral do Rio Grande do Norte. O rio mais importante deste grupo é o Rio Piranhas, que nasce na Serra do Bongá, perto da divisa com o Estado do Ceará. Esse rio é muito importante para Sertão da Paraíba, pois através desse rio é feita a irrigação de grandes extensões de terras no sertão. Tem ainda outros rios, como o Rio do Peixe, Rio Piancó e o Rio Espinhara, todos afluentes do Rio Piranhas. Os rios da Paraíba estão inseridos na Bacia do Atlântico Nordeste Oriental e apenas os rios que nascem na Serra da Borborema e na Planície Litorânea são perenes. Os outros rios são temporários e correm em direção ao norte, desaguando no litoral do Rio Grande do Norte.

18.3 Vegetação

18.3.1 A vegetação litorânea do Estado da Paraíba apresenta, matas, manguezais e cerrados, que recebem a denominação de "tabuleiro", formado por gramíneas e arbustos tortuosos, predominantemente representados, entre outras espécies por batiputás e mangabeiras. Formadas por floresta Atlântica, as matas registram a presença de árvores altas, sempre verdes, como a peroba e a sucupira. Localizados nos estuários, os manguezais apresentam árvores com raízes de suporte, adaptadas à sobrevivência neste tipo de ambiente natural.

18.3.2 A vegetação nativa do planalto da Borborema e do Sertão caracteriza-se pela presença da caatinga, devido ao clima quente e seco característico da região. A caatinga pode ser do tipo arbóreo, com espécies como a baraúna, ou arbustivo representado, entre outras espécies pelo xique-xique e o mandacaru.

18.4 Relevo

18.4.1 A maior parte do território paraibano é constituída por rochas resistentes, e bastante antigas, que remontam a era pré-cambriana com mais de 2,5 bilhões de anos. Elas formam um complexo cristalino que favorecem a ocorrência de minerais metálicos, não metálicos e gemas. Os sítios arqueológicos e paleontológicos, também resultam da idade geológica desses terrenos.

18.4.2 No litoral temos a Planície Litorânea que é formada pelas praias e terras arenosas.

18.4.3 Na região da mata, temos os tabuleiros que são formados por acúmulos de terras que descem de lugares altos.

18.4.4 No Agreste (e Brejo), temos algumas depressões que ficam entre os tabuleiros e o Planalto da Borborema, onde se encontram muitas serras, como a Serra da Araruna, a Serra de Cuité, Serra da Jurema, Serra do Bodopitá e a Serra de Teixeira. Encontra-se no município de Araruna o Parque Estadual Pedra da Boca.

18.4.5 No sertão, temos uma depressão sertaneja que se estende do município de Patos até após a Serra da Viração.

18.4.6 O Planalto da Borborema ou *Chapada da Borborema* é o mais marcante acidente do relevo do Estado. Na Paraíba ele tem um papel fundamental no conjunto do relevo, rede

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

hidrográfica e nos climas. As serras e chapadas atingem altitudes que variam de 300 a 800 metros de altitude.

18.4.7 A Serra de Teixeira é uma das mais conhecidas, com uma altitude média de 700 metros, onde se encontra o ponto culminante da Paraíba, a saliência do Pico do Jabre, que tem uma altitude de 1.197 metros acima do nível do mar, e fica localizado no município de Matureia.

18.4.8 O relevo paraibano é modesto, mas não muito baixo: 66% do território se encontra entre 300 e 900 metros de altitude.

19. Divisão Política

19.1 *Mesorregiões*

19.1.1 Uma mesorregião é uma subdivisão dos estados brasileiros que congrega diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais. Foi criada pelo IBGE e é utilizada para fins estatísticos e não constitui, portanto, uma entidade política ou administrativa. Oficialmente, as quatro mesorregiões do Estado são:

19.1.1.1 *Sertão Paraibano*: é a terceira mais populosa do estado, dividida em sete microrregiões que, juntos, abrigam oitenta e três municípios, sendo a mesorregião com o maior número de municípios paraibanos. Municípios importantes dessa mesorregião são Patos, Sousa, Cajazeiras e Catolé do Rocha;

19.1.1.2 *Borborema*:http://pt.wikipedia.org/wiki/Para%C3%ADba - cite_note-PB_Subdivis.C3.B5es_3-33 é a menos populosa do estado, formada pela união de quatro microrregiões que compartilham quarenta e quatro municípios. Municípios importantes dessa mesorregião são Monteiro e Picuí;

19.1.1.3 *Agreste Paraibano* é a segunda mais populosa do estado, formada pela união de sessenta e seis municípios agrupados em oito microrregiões. Municípios importantes são Campina Grande, Guarabira, Esperança, Solânea e Queimadas;

19.1.1.4 *Mata Paraibana* é a mesorregião mais importante do estado, formada pela união de trinta municípios agrupados em quatro microrregiões. Pelo fato de nela estar localizada a capital do estado, é a mais populosa, reúne mais de um terço da população da Paraíba. É a única mesorregião litorânea do estado. Municípios importantes localizados nela são João Pessoa, Santa Rita, Bayeux, Cabedelo, Sapé e Mamanguape.

19.2 *Microrregiões e Municípios*

19.2.1 Além da mesorregião, existe a microrregião, que é, de acordo com a Constituição Brasileira de 1988, um agrupamento de municípios limítrofes, com a finalidade é integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, definidas por lei complementar estadual. A Paraíba é dividida em 23 microrregiões. São elas: *Brejo Paraibano, Cajazeiras, Campina Grande, Cariri Ocidental, Cariri Oriental, Catolé do Rocha, Curimataú Ocidental, Curimataú Oriental, Esperança, Guarabira, Itabaiana, Itaporanga, João Pessoa, Litoral Norte, Litoral Sul, Patos, Piancó, Sapé, Seridó Ocidental Paraibano, Seridó Oriental Paraibano, Serra do Teixeira, Sousa e Umbuzeiro*.

19.2.2 No total, a Paraíba está dividida em 223 municípios, sendo o nona unidade de federação com o maior número de municípios e a terceira do Nordeste (atrás apenas da Bahia e do Piauí)[1].

20. Dados Populacionais da Paraíba

[1] IBGE Estados.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

20.1 Segundo estimativas do IBGE (2015), a população paraibana estimada é de 3.972.202 habitantes, o que confere ao estado uma densidade de cerca de 70,20 hab./km² (território de 56.585 km²). Ocorre que a distribuição demográfica não se faz de forma uniforme.

20.2 A população paraibana concentra-se principalmente nas cidades de João Pessoa e Campina Grande, sendo que estas duas cidades juntas perfazem 30% da população do estado. Os municípios mais populosos são: *João Pessoa*, com 791.438 habitantes; *Campina Grande*, com 405.072 habitantes; *Santa Rita*, com 134.940 habitantes; *Patos*, com 106.314 habitantes; *Bayeux*, com 96.140 habitantes; *Sousa* com 68.822 habitantes; Cabedelo: 65.634 habitantes; *Cajazeiras*, com 61.431 habitantes e *Guarabira*, com 58.162 habitantes[2].

20.3 Importante destacar que as análises ofertadas no presente relatório considerou como menor divisão geográfica para as comparações e/ou conclusões indigitadas a fração *Microrregião Socioeconômica*, uma vez que essa foi a menor divisão geográfica adotada por estudo de cunho estratégico elaborado pelo estado da Paraíba, para o período de 2011 a 2022, documento esse a ser explorado, em profundidade, em Tópico específico. A distribuição dos 223 Municípios paraibanos por Microrregiões Socieconômicas encontra-se acostado na Peça 4.

20.4 Ressalta-se que o estado da Paraíba possui 170 municípios localizados no Semiárido[3], que ao todo corresponde a território com 2.181.609 habitantes, ou seja, cerca de 55% dos paraibanos residem na região do Semiárido e submetidos a condições inóspitas de carência de água.

20.5 As tabelas a seguir condensam as informações acerca da distribuição da população paraibana, por cada Microrregião, como se segue, ressaltando o contingente populacional localizado na Região do Semiário paraibano.

Tabela 01: Distribuição da população paraibana por Microrregiões Socieconômicas (Fonte: IBGE)

MICRORREGIÕES SOCIOECONÔMICAS	POPULAÇÃO ESTIMADA (2015)
João Pessoa	1.124.931
Campina Grande	528.512
Sousa	188.370
Cajazeiras	175.657
Guarabira	170.346
Litoral Norte	150.391
Cariri Ocidental	145.924
Catolé do Rocha	143.454
Sapé	138.743
Patos	132.985
Curimataú Ocidental	127.274
Serra do Teixeira	121.088
Brejo Paraibano	116.235
Itabaiana	111.195
Seridó Oriental Paraibano	106.472
Curimataú Oriental	96.137
Itaporanga	85.842

[2] IBGE – estimativa da população residente nos municípios brasileiros (data de referência em 1/7/2015).

[3] Portaria MI nº 89, de 16/3/2005

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

Piancó	71.321
Cariri Oriental	66.344
Esperança	56.890
Umbuzeiro	54.576
Seridó Ocidental Paraibano	40.830
Litoral Sul	18.685
Total	3.972.202

Tabela 02: Distribuição da população paraibana por Microrregiões Socieconômicas e que se encontram na Região do Semiárido paraibano (Fonte: IBGE)

MICRORREGIÕES SOCIOECONÔMICAS	POPULAÇÃO ESTIMADA (2015)
Campina Grande	521.459
Sousa	188.370
Cajazeiras	175.657
Patos	132.985
Curimataú Ocidental	127.274
Cariri Ocidental	126.686
Catolé do Rocha	121.899
Serra do Teixeira	121.088
Curimataú Oriental	96.137
Itaporanga	85.842
Itabaiana	83.283
Seridó Oriental Paraibano	78.186
Piancó	71.321
Cariri Oriental	66.344
Esperança	56.890
Umbuzeiro	54.576
Seridó Ocidental Paraibano	40.830
Brejo Paraibano	21.235
Guarabira	11.547
Total	2.181.609

20.6 Com o intuito de conferir maior legibilidade e fluidez na esposição dos dados afetos à população paraibana, sem tornar o texto prolixo e delongado, optou-se pela utilização de gráficos explanatórios, ora acostado ao texto do presente relatório, ora acostado em Documentos anexados, deixando-se igualmente anexos os dados que foram utilizados no presente trabalho, fundando-se as análises e conclusões expostas nas informações plotadas nos respectivos gráficos.

20.7 Passa-se à exposição dos dados e análises associadas, ressaltando que a principal fonte de informações das Microrregiões originárам-se do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), elaborado pelo PNUD e tendo por objeto de estudo os municípios brasileiro. Documentação afeta à metodologia utilizada encontra-se acostada aos autos (Peças 5 a 22).

20.8 *População Urbana X População Rural*

20.8.1 Quanto à distribuição da população paraibana, entre aquela residente na zona rural, em contraponto àquela residente na área urbana, pode-se constar que:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

20.8.1.1 ao se analisar o percentual da população paraibana que reside na área urbana, entre 1991 a 2010 (Peça 23), para cada uma das Microrregiões da Paraíba, percebe-se a tendência de urbanização crescente do seu território, oportunidade em que se verifica a urbanização de 89,86% da população da Microrregião de João Pessoa, apresentando índice superior àquele verificado para o Brasil; ao passo que o menor índice de urbanização (32,22% da população) se deu na Microrregião de Umbuzeiro, todos os suscitados índices associados ao ano de 2010;

20.8.1.2 essa constatação evidencia a crescente demanda por serviços próprios da área urbana, primordialmente àqueles associados ao saneamento básico – implantação de sistemas de oferta de água, esgotamento sanitário e coleta/tratamento de resíduos sólidos – por exemplo;

20.8.1.3 ressalta-se ainda que a crescente urbanização trará impactos próprios dos grandes centros, como por exemplo problemas associados ao crescimento da violência, demandando do Poder Público políticas de segurança pública, outrora especificamente afetas aos grandes centros, dessa feita em cidades de médio e/ou pequeno porte, mas com adensamento populacional significativo para cada Microrregião da Paraíba.

21. Dados da Distribuição de Renda na Paraíba

21.1 Passou-se à pesquisa de como se distribuiria a renda da população das Microrregiões do estado da Paraíba, com o intuito de se apurar o nível de concentração de renda, consoante a distribuição territorial de suas Microrregiões Socioeconômicas.

21.2 Dessa feita, passou-se à geração dos seguintes gráficos, considerando como menor unidade o território de cada Microrregião Socioeconômica na Paraíba, nos anos de 1991, 2000 e 2010:

21.2.1 Índice Gini;

21.2.2 percentual do total de renda apropriada pelos 20% mais pobres no estado;

21.2.3 percentual do total de renda apropriada pelos 40% mais pobres no estado;

21.2.4 percentual do total de renda apropriada pelos 20% mais ricos no estado;

21.2.5 renda per capita, excluída a renda nula;

21.2.6 percentual da população em extremamente pobre; e

21.2.7 percentual da população considerada vulneráveis à pobreza.

21.3 Passa-se às constatações e evidências observadas para cada Microrregião Socioeconômica da Paraíba.

21.4 *Índice Gini*

21.4.1 O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um dos instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo.

21.4.2 O referido índice indica a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, podendo variar de 0 (zero) a 1 (um).

21.4.3 O valor 0 (zero) representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor 1 (um) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza.

33.4.4 Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos.

21.4.5 Ao se analisar o referido índice para as Microrregiões da Paraíba, percebe-se que não houve significativas mudanças na distribuição de riqueza no estado nas duas décadas após 1990,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

com leve tendência de redistribuição (apesar de pouco significativa), em regra, observada para 2010.

21.4.6 A faixa observada para as Microrregiões Socioeconômicas da Paraíba varia de 0,465 (Microrregião de Umbuzeiro) a 0,552 (Microrregião de João Pessoa). Assim, observa-se que a concentração de renda na Paraíba, quando examinada por Microrregiões Socioeconômicas, apresentam quadro decrescente de concentração de renda, porém de forma pouco acentuada.

21.4.7 Não obstante, há Microrregiões onde houve significativa concentração de renda, tais como na Microrregião de Patos; assim como se pôde observar significativa redistribuição na Microrregião do Litoral Sul, em ambos os casos, observações afetas ao período de 2000 a 2010.

21.4.8 A Peça 24 retrata a evolução do referido indicador, como mencionado acima.

21.4.9 Em duas décadas após 1990, não houve de forma geral significativa evolução na distribuição de renda entre os mais ricos e os mais pobres, na sociedade paraibana, não obstante haja tendência (ainda que modesta e em gradiente muito pequeno) de que no futuro essa redistribuição seja mais acentuada.

21.5 *Percentual do total de renda apropriada pelos 20% mais pobres no estado*

21.5.1 Ao se analisar o correspondente gráfico (Peça 25), tendo por parâmetro as Microrregiões Socioeconômicas da Paraíba, foi possível identificar os limites de percentual de renda total apropriada pelos 20% mais pobres do estado, quais sejam: limite inferior de 1,95% (Microrregião de Umbuziero) e limite superior de 3,74% da renda total distribuída, para o exercício de 2010.

21.5.2 Acerca da evolução histórica, em termos percentuais, de 1991 a 2010, observou-se redução do percentual da renda total distribuída aos 20% mais pobres da Paraíba, ou seja, esse grupo (20% da população mais pobre do estado) vem sofrendo redução na apropriação da renda gerada no estado, aumentando o grau de empobrecimento da população mais carente.

21.6 *Percentual do total de renda apropriada pelos 40% mais pobres no estado*

21.6.1 O correspondente gráfico (Peça 26), tendo por parâmetro as Microrregiões Socioeconômicas da Paraíba, foi possível identificar os limites de percentual de renda total apropriada pelos 40% mais pobres do estado, quais sejam: limite inferior de 8,11% (Microrregião de Umbuziero) e limite superior de 12,76% (Microrregião do Seridó Ocidental Paraibano) da renda total distribuída, para o exercício de 2010.

21.6.2 Ou seja, em termos percentuais, de 1991 a 2010, observou-se redução do percentual da renda total distribuída aos 40% mais pobres da Paraíba.

21.7 *Percentual do total de renda apropriada pelos 20% mais ricos no estado*

21.7.1 Ao se analisar o correspondente gráfico (Peça 27), tendo por parâmetro as Microrregiões Socioeconômicas da Paraíba, foi possível identificar os limites de percentual de renda total apropriada pelos 20% mais ricos do estado, quais sejam: limite inferior de 50,37% (Microrregião de Catolé do Rocha) e limite superior de 59,58% (Microrregião de João Pessoa) da renda total distribuída, para o exercício de 2010.

21.7.2 Percebe-se, da análise do gráfico acima suscitado, que entre 1991 a 2010, a concentração de renda do 20% mais ricos do estado da Paraíba praticamente não sofreu alterações significativas, apesar de tendência pouco significativa de redução dos percentuais nominais observados para cada Microrregião do estado.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

21.7.3 Ou seja, o nível de concentração de renda de 20% da população mais rica do estado praticamente não sofreu modificações significativas, mantendo-se praticamente inalterado o quadro de concentração de renda.

21.8 *Renda per capita, excluída a renda nula*

21.8.1 O gráfico acostado à Peça 28 traz a informação de que há, entre as Microrregiões Socioeconômicas da Paraíba diferenças gritantes entre a média de renda per capita, sendo possível identificar que a Microrregião de Umbuzeiro seria aquela de menor significância (R$ 213,25/pessoa), enquanto a Microrregião de João Pessoa teria o maior patamar de renda per capita do estado (R$ 555,86/pessoa), todos esses valores referentes a 2010.

21.8.2 Entre a Microrregião de melhor situação (João Pessoa) e a de pior situação (Umbuzeiro), observa-se diferença de R$ 342,61, correspondendo a 160,67% maior que o menor patamar de renda per capita no estado.

21.8.3 Registra-se que o maior patamar de renda per capita no estado da Paraíba, ainda assim, seria R$ 244,98 menor que a média brasileira (R$ 800,84), ressaltando-se que os valores em comento referem-se ao ano de 2010.

21.8.4 Por derradeiro, observa-se que, de modo geral, a renda per capita entre 1991 a 2010 teve elevação significativa (valores nominais, sem descontar a inflação), como se pode depreender do gráfico acostado à Peça 28.

21.9 *Percentual da população em extremamente pobre*

21.9.1 O gráfico acostado à Peça 29, traz a informação de que o percentual da população extremamente pobre vem diminuindo, de forma significativa, no período entre 1991 a 2010.

21.9.2 No entanto, ao se analisar cada Microrregião Socioeconômica da Paraíba, percebe-se diferenças gritantes dentro do estado da Paraíba, tendo a Microrregião de João Pessoa como a de menor índice, com 8,92% de sua população classificada como extremamente pobre, e a Microrregião de Umbuzeiro, com 31,96% da sua população classificada como de extremamente pobreza (ano de 2010).

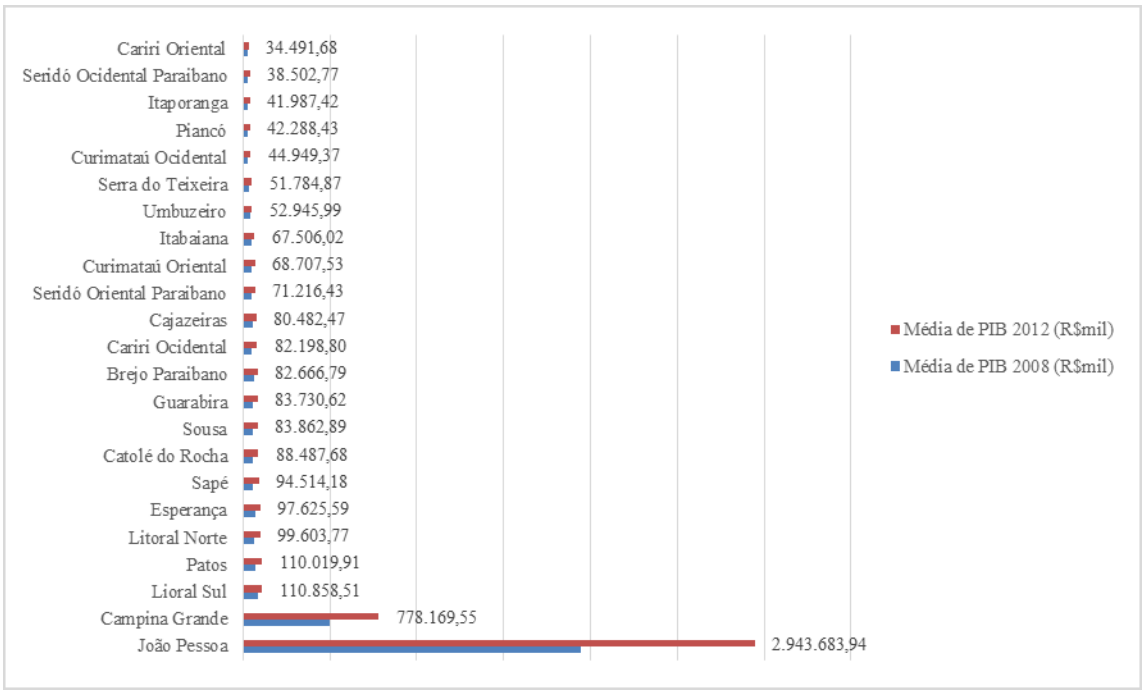
21.9.3 Esse contraste evidencia existirem bolsões de miséria relevantes em municípios da Microrregiões mais pobres do estado, localizadas em sua grande maioria no Semiárido Nordestino, que aliado a outros fatores, como baixo nível de educação e reduzida oferta de serviços de saúde e saneamento, colocam essas pessoas em estado de risco concreto e de difícil superação.

21.9.4 Assim, restou evidenciada a importância para essas Microrregiões mais pobres a continuidade e/ou intensificação dos programas sociais de transferência de renda direta, como o Programa Bolsa Família, ou ainda o Seguro Safra, ou o Defeso. Não obstante, tais programas podem vir a ser alvos de fraudes e desvios, por terem sua execução pulverizada e descentralizada, normalmente confiada ao Estado ou aos Municípios, cujas estruturas de controle não se apresentam aparelhadas adequadamente (meios e força de trabalho qualificada), inviabilizando qualquer controle minimamente aceitável.

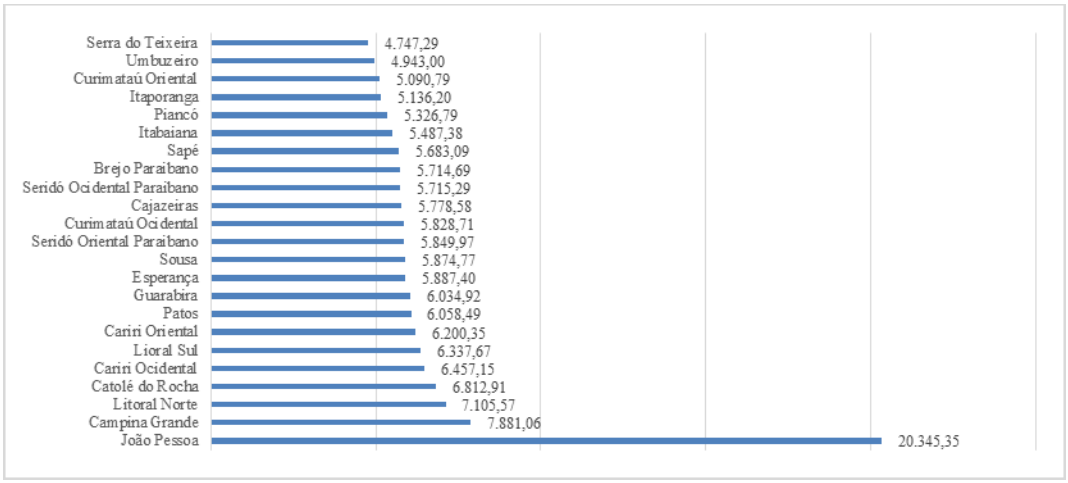
21.10 *PIB das Microrregiões*

21.10.1 Promoveu-se pesquisa no sítio do IBGE, oportunidade em que possível identificar a evolução do PIB por municípios do estado da Paraíba, que transladados para a média do PIB por Microrregiões, possibilitou a construção do gráfico abaixo:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.



21.10.2 De igual modo, pôde-se identificar o PIB médio per capita, para cada Microrregião Socioeconômica da Paraíba, oportunidade em que foi identificado o seguinte panorama:



21.10.3 Dessa feita, percebe-se a grande distorção de geração de riqueza entre as diversas Microrregiões Socioeconômicas da Paraíba, fator que prejudica sobremaneira o desenvolvimento equânime do estado, como um todo.

21.10.4 Deixou-se de comentar as principais atividades que compõem o PIB paraibano, tendo e vista que esse tema será enfrentado em Tópico específico, quando da análise do estudo estratégico de desenvolvimento do estado, elaborado pelo Poder Executivo da Paraíba.

22. Dados da Educação e Trabalho

22.1 Por se tratar de funções imbricadas e de suma importância para o desenvolvimento de toda a Região Nordeste – a primeira, por se tratar de um dos principais pilares de uma Nação e de extrema relevância para a inserção do país no mundo globalizado; a segunda, forma mais eficiente de distribuição de renda e atrelada à atividade de geração de renda de um país, região geográfica ou estados/municípios – ambas foram tratadas no presente Tópico.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

22.2 *Educação*

22.2.1 De plano, passou-se à análise dos índices da *Taxa de Analfabetismo* registrados para o período de análise, tanto em relação à sua evolução histórica quanto possíveis discrepâncias entre as Microrregiões da Paraíba. As análises se deram dentro das faixas etárias de 11 a 14 anos; de 15 a 17 anos, de 18 a 24 anos; e acima de 25 anos.

22.2.2 No que tange ao referido índice, foi possível identificar as seguintes constatações:

22.2.2.1 na faixa de 11 a 14 anos (Peça 30), o analfabetismo foi reduzido significativamente nas Microrregiões da Paraíba, entre 1991 a 2010, havendo aquelas em que tal redução fez-se mais contundente (Microrregião de Litoral Sul e Sapé, por exemplo) e outras em que a redução das suscitadas taxas deu-se de forma menos expressiva (Microrregião de João Pessoa e de Campina Grande, por exemplo). Essa divergência deve-se aos valores absolutos observados em 1991 e 2010, para cada Microrregião. Outrossim, ao se observar os valores médios atribuídos a cada Microrregião, identificou-se que para o ano de 2010 houve variação extremamente expressiva entre cada região, observando-se a menor taxa média para a Microrregião de Esperança (3,22% da população entre 11 a 14 anos), e a maior taxa média para a Microrregião de Itabaiana (9,90% da população entre 11 a 14 anos);

22.2.2.2 na faixa de 15 a 17 anos (Peça 31), o analfabetismo foi igualmente reduzido e de forma expressiva nas Microrregiões da Paraíba, entre 1991 a 2010, ressaltando as reduções ocorridas nas Microrregiões do Curimataú Oriental, Sapé e do Litoral Sul, por exemplo. Ressalta-se que, ao se analisar os valores absolutos para 2010, foi possível observar que o pior cenário pertenceria à Microrregião de Itabaiana (7,06% da população entre 15 a 17 anos, incluindo-se os extremos), ao passo que o melhor panorama teria sido observado na Microrregião de Esperança. Ressalta-se que as Microrregiões mais populosas - João Pessoa (3,58% da população entre 15 a 17 anos) e Campina Grande (3,42% da população entre 15 a 17 anos) - apresentaram resultados próximos ao melhor resultado para o mencionado indicador, em 2010;

22.2.2.3 na faixa de 18 a 24 anos (Peça 32), o analfabetismo foi igualmente reduzido, porém de forma menos significativa nas Microrregiões da Paraíba, entre 1991 a 2010, ressaltando-se que os valores absolutos, em 2010, superaram as médias das faixas anteriores, com menor taxa para a Microrregião de Esperança (3,85%) e a maior taxa para a Microrregião de Umbuzeiro (10,75%). Quanto às Microrregiões de João Pessoa e Campina Grande, mais populosas e de maior atividade econômica, as taxas de 4,92% e 5,29%, respectivamente;

22.2.2.4 por derradeiro, na faixa de pessoas com idade igual ou superior a 25 anos (Peça 33), não obstante ter havido redução das taxas de analfabetismo, entre 1991 a 2010, em regra os indicadores médios observados em todas as Microrregiões apresentaram-se muito elevados, registrando-se a menor taxa média para a Microrregião de João Pessoa (21,71%) e a maior taxa média para a Microrregião do Curimataú Oriental (46,26%).

22.2.3 O quadro apresentado mostra-se preocupante, haja vista que nas idades iniciais (11 a 14) ainda se observam contingentes de pessoas analfabetas, não obstante os elevados volumes de recursos aplicados na função educação, pelos cofres de todos os entes federados. Ademais, os índices associados à população de maior idade podem refletir insucesso em políticas públicas destinadas à erradicação do analfabetismo na população brasileira (questionamento não abordado no presente trabalho).

22.2.4 Ademais, mostra-se igualmente preocupante a elevada taxa de analfabetismo observadas nas duas faixas seguintes – de 15 a 17 anos; e 18 a 24 anos – justamente por representar contingente de pessoas fadadas ou ao subemprego ou a postos de trabalho de

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

remuneração muito baixa, repercutindo desfavoravelmente na distribuição de riquezas geradas no estado.

22.2.5 No tocante à *expectativa de anos de estudo* da população da Paraíba (Peça 34), pôde-se constatar que:

22.2.5.1 de modo geral, houve aumento significativo da quantidade de anos de estudo da população paraibana em todas as Microrregiões, havendo maior progresso para as Microrregiões do Curimataú Oriental e Litoral Norte; e pior progresso na Microrregião de Patos, Itaporanga e Guarabira, no intervalo de 1991 a 2010; e

22.2.5.2 em 2010, observou-se que o montante médio de anos de estudos teria atingido, em média, o mínimo de 8,39 anos, para a Microrregião do Brejo Paraibano; e o máximo de 9,75 anos de estudos, para a Microrregião de Patos. Percebe-se certa homogeneização quanto a esse indicar, para o ano de 2010, entre as diversas Microrregiões da Paraíba;

22.2.5.3 impende destacar que apenas o incremento do número de anos de estudo da população não é, por si só, indicador que garanta situação favorável aos destinatários desses serviços, haja vista que se deixou para momento futuro a avaliação da qualidade desses serviços.

22.2.6 No que tange ao *percentual da população paraibana, por faixa etária e por nível educacional*, foi possível identificar o seguinte:

22.2.6.1 na faixa etária de 5 a 6 anos, observou-se incremento substancial no percentual de crianças matriculadas em escolas (Peça 35), no período de 1991 a 2010. Considerando o ano de 2010, observou-se que o menor percentual apurado foi de 92,02%, para a Microrregião do Brejo Paraibano; enquanto o maior percentual da população nessa faixa etária foi observado para a Microrregião de Umbuzeiro (97,75%). Atribui-se como causa do incremento significativo de matrículas a existência dos programas sociais de distribuição de renda voltados à população vulnerável (Programa Bolsa Família), que exigem a matrícula dessas crianças como requisito para a percepção desses benefícios sociais;

22.2.6.2 na faixa etária de 11 a 13 anos, no que tange aos anos finais do ensino fundamental ou com fundamental completo (Peça 36), observou-se incremento significativos, entre 1991 a 2010, não obstante fosse observado percentual médio da população dessa faixa etária inferior àquele referente à faixa anteriormente comentada no item anterior, registrando-se o menor percentual de 73,48% da população dessa faixa etária e que teriam concluído ou estariam nos últimos anos do ensino fundamental, para a Microrregião do Litoral Norte; e o maior percentual de 88,79% da população dessa faixa etária e que teriam concluído ou estariam nos últimos anos do ensino fundamental, para a Microrregião de Esperança. Registra-se que as Microrregiões de João Pessoa e Campina Grande registraram, em 2010, os percentuais de 82,65% e 83,47%, respectivamente, da população de interesse;

22.2.6.3 na faixa etária de 18 a 24 anos, no que tange ao percentual médio da população nessa faixa etária possuidora de ensino médio, ao longo do período entre 1991 a 2010, observou-se elevação significativa dos valores médios nominais, como se pode observar dos dados tabulados para cada Microrregião da Paraíba (Peça 37). Não obstante, em 2010, observou-se valores extremos de 24,09% (Microrregião do Brejo Paraibano) e 47,00% (Seridó Ocidental Paraibano) da população na referida faixa etária, com ensino médio completo. Ressalta-se que as duas mais importantes Microrregiões, quais sejam, João Pessoa e Campina Grande, apresentaram para esse indicador, em 2010, os índices médios de 40,94% e 33,51%, respectivamente;

22.2.6.4 na faixa etária de 25 anos ou mais, no que tange ao percentual médio dessa população e que teriam concluído o ensino superior, para o período de 1991 a 2010, percebeu-se incremento significativo dessas ocorrências em todas as Microrregiões do estado, com destaque

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

para as Microrregiões de João Pessoa, Seridó Ocidental Paraibano e Campina Grande. Não obstante, os valores nominais médios observados para o ano de 2010 são extremamente pequenos, cabendo à Microrregião de João Pessoa o maior índice (8,01%) e à Microrregião de Sapé o pior índice (2,28%).

22.2.6.5 do exposto, percebe-se que a população economicamente ativa (PEA) apresenta nível educacional que compromete a sua qualificação técnica-profissionalizante, restando ainda verdadeiro apagão de profissionais de nível superior, cenário que traz prejuízo ao desenvolvimento sustentável ao estado, haja vista a emprego de sua população em atividades que exigem baixa qualificação profissional e que pagam salários baixos, prejudicando sobremaneira a distribuição de renda entre a população paraibana.

22.3 *Trabalho*

22.3.1 Ao se analisar o segmento *trabalho* para cada uma das Microrregiões Socioeconômicas do estado da Paraíba, foi possível identificar as seguintes características, a seguir narradas. Ressalta-se que, em face da ausência de dados relacionados ao ano de 1991, junto ao *Atlas Brasil* (Pnud), o período de interesse e correlacionado às correspondentes análises ficou restrito ao período de 2001 a 2010.

22.3.2 Impende destacar que a presente análise se limitou à faixa etária de pessoas com 18 anos completos ou superior, haja vista ser a parcela da população economicamente ativa mais significativa para as políticas públicas voltadas à empregabilidade e qualificação profissional, essenciais ao desenvolvimento do estado.

22.3.3 Acerca da *taxa de ocupação da população* com 18 anos de idade ou mais, foi possível identificar que, entre 2001 a 2010, os respectivos indicadores de cada Microrregião não teriam sofrido grandes alterações. Ou seja, a taxa de ocupação de pessoas nessa faixa etária teria se mantido aproximadamente a mesma, diante do acréscimo ou decréscimo observada para a população de cada Microrregião.

22.3.4 Ao se analisar os indicadores para o ano de 2010, observou-se que a Microrregião de Esperança foi aquela que apresentou o melhor resultado no estado (64,88% de ocupação de pessoas nessa faixa etária), ao passo que a Microrregião de Sousa foi a que apresentou a menor taxa de ocupação daquele grupo etário (48,01% das pessoas com 18 anos ou mais) – Peça 38.

22.3.5 Ressalta-se que as Microrregiões de João Pessoa e Campina Grande apresentaram taxas de ocupação de pessoas na suscitada faixa etária de 59,78% e 61,41%, respectivamente. O destaque se deve ao fato de serem essas Microrregiões aquelas de maior atividade econômica do estado, sem falar no fato de representarem as Microrregiões mais populosas da Paraíba.

22.3.6 Ao se analisar esse expecto etário (com 18 anos ou mais) devidamente ocupados e/ou empregados no setor econômico, pôde-se constatar que:

22.3.6.1 o *percentual de empregados com carteira de trabalho e previdência social (CTPS) devidamente assinada* (Peça 39), situação essa que garantiria ao trabalhados todas as garantias sociais inerentes ao trabalho formal, identificou-se que os respectivos percentuais apontados para todas as microrregiões seriam extremamente baixos. Ressalta-se que a Microrregião de João Pessoa teria apresentado, em 2010, o melhor índice de formalização do emprego formal (39,93% dos trabalhadores teriam CTPS assinada), seguida pela Microrregião de Campina Grande (25,62%) e Itabaiana (20,83%), registrando-se que as demais apresentaram índices inferiores a 20% - estaque negativo para as Microrregiões de Curimataú Ocidental, Cariri Oriental e Umbuzeiro, que apresentaram índices abaixo de 10%;

22.3.6.2 ao se analisar, para a mesma faixa etária, o percentual de *pessoas empregadas pelo Setor Público* (Peça 40), foi possível identificar que em regra, ou não se verificou alterações

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

significativas na alocação dessa força de trabalho pelo Setor Público, ou se observou redução de sua empregabilidade pela Governo. Ressalta-se que a Microrregião de Itaporanga teria observado maior nível de empregabilidade no setor público, em 2010 (10,69% da população com 18 ou mais anos de idade), enquanto a Microrregião do Litoral Sul apresentou o menor índice de empregabilidade dos trabalhadores dessa faixa etária, pelo Setor Público (apenas 3,00%, em 2010). Ao se analisar as Microrregiões de João Pessoa (8,18%, em 2010) e Campina Grande (4,34%, em 2010), foi possível identificar a mesma tendência de baixa absorção de mão de obra pelo Setor Público;

22.3.6.3 ao se analisar *o grau de instrução* dos trabalhadores da referida faixa etária (18 anos ou mais), foi possível identificar que a grande maioria dos empregados possuem ensino fundamental (na análise, adotou-se o critério *possui ensino fundamental completo* – Peça 41), quando comparado com aqueles empregados possuidores de *ensino médio completo* (Peça 42), para o ano de 2010, indicando ser baixo o nível educacional da força de trabalho mais significativa do estado. O índice de pessoas nessa faixa etária empregadas e possuidoras de *ensino superior completo* (Peça 43) não ultrapassou o índice de 10% em nenhuma Microrregião da Paraíba, em 2010;

22.3.6.4 os resultados observados evidenciam que o quadro apresentado é reflexo do baixo nível educacional da população paraibana, fruto das distorções e/ou problemas associados à prestação de serviços de educação, primordialmente ofertados pelo Poder Público.

23. Dados da Saúde

23.1 *Mortalidade Infantil*

23.1.1 Em uma visão geral, obtida junto ao sítio do DATASUS (http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2012/matriz.htm) foi possível avaliar a evolução dos dados associados às taxas de mortalidade infantil, entre 1990 a 2011, observadas para os estados da Região Nordeste, oportunidade em que foram identificadas as seguintes informações:

23.1.1.1 redução significativa das taxas de mortalidade infantil dos estados nordestinos, comparando-se os dados alusivos ao ano de 1990, quando comparados com os dados dos anos de 2010 e 2011, informações consubstanciadas na Peça 44;

23.1.1.2 no caso da Paraíba, em 2011 o estado figura com média atual (17,52%) pouco menor do que a média apurada para a Região Nordeste (17,98%), não obstante seja o 5º colocado entre os 9 (nove) estados da região, tendo por parâmetro o referido indicador;

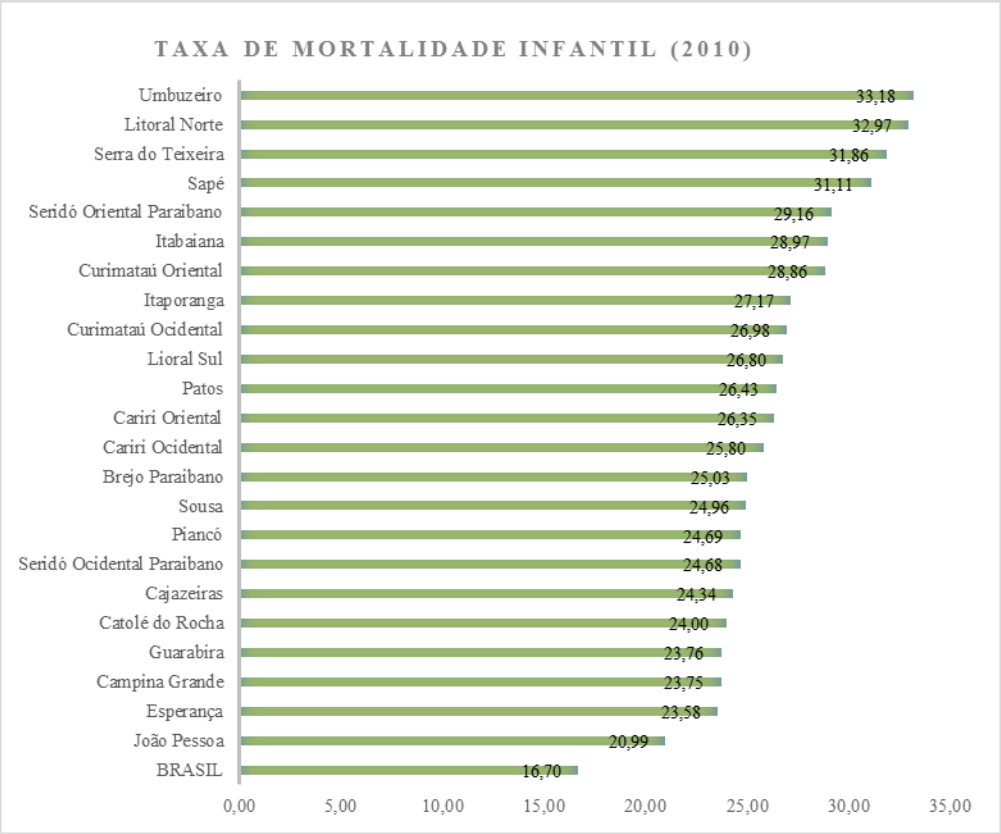
23.1.1.3 os dados contidos no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), elaborado pelo PNUD e tendo por objeto de estudo os municípios paraibanos, devidamente distribuídos pelas Microrregiões Socieconômicas, no que tange à mortalidade infantil, encontram-se consubstanciados na Peça 45.

23.1.2 Observa-se que, em relação ao Brasil, as Microrregiões Paraibanas sempre apresentaram taxas de mortalidade infantil superiores à média brasileira, não obstante ter havido significativa redução das taxas de mortalidades daquela mesma Microrregiões, entre 1991 a 2010.

23.1.3 De igual modo, observa-se maior homegeneidade nas referidas taxas, entre todas as Microrregiões Paraibanas, onde os melhores índices (menor taxa de moartaidade), em 2010, foram observadas na Microrregião de João Pessoa, com piores índices (maior taxas) na Microrregião de Umbuzeiro, como se pode depreender do gráfico a seguir:

Gráfico 01: Mortalidade Infantil observada nas Microrregiões paraibanas, em 2010

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.



23.1.4 Ainda assim, observa-se que a pior situação no estado da Paraíba (Microrregião de Umbuzeiro) é 98,7% superior à média brasileira, e 58% superior à taxa de mortalidade observada na melhor Microrregião Paraibana (Microrregião de João Pessoa), o que demonstra desafios importantante a serem superados, no tocante tanto à redução da mortalidade infantil no estado em relação à média nacional, quanto buscar redução e uniformização das taxas observadas entre as Microrregiões paraibana, diminuindo-se as desigualdades observadas na análise ora esposada.

23.1.5 Ressalta-se que a taxa de mortalidade infantil seria o número de óbitos de crianças com menos de um ano de idade, a cada mil nascimentos de crianças vivas. A referida normalização perite comparações entre regiões e países.

23.1.6 Segundo a Orgaização Mundial de Saúde (OMS), o índice aceitável de mortalidade infantil seria de 10 (dez) óbitos entre 1.000 (mil) nascidos com vida.

23.1.7 Observa-se que ao se analisar os dados de 2010, que todas as microrregiões paraibanas superam e muito o limite de aceitabilidade preconizado pela OMS, infelizmente.

23.2 *Taxa de Fecundidade e Expectativa de Vida*

23.2.1 A taxa de fecundidade seria a estimativa do número médio de filhos que uma mulher teria até o fim de seu período reprodutivo, mantidas constantes as taxas observadas na referida data.

23.2.2 Igualmente, pode ser definida como o número médio de filhos por mulher em idade fértil (entre 15 a 49 anos), de acordo com o IBGE. O referido indicador expressa a condição reprodutiva média das mulheres de um determinado local, sendo um dado importantíssimo para a análise da dinâmica demográfica.

23.2.3 De igual modo, ao se analisar a média da expectativa de vida para cada Microrregião da Paraíba, consubstanciada na Peça 46, foi possível identificar tendência de incremento da idade média do paraibano, observada no período entre 1991 a 2010, oportunidade em que os melhores

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

índices, para o exercício de 2010, teriam sido observados para a Microrregião de João Pessoa (expectativa de 72,4 anos, em 2010, em contraponto a 62,6 anos, em 1991), ao passo que as piores médias teriam sido observadas para a Microrregião de Umbuzeiro (expectativa de 68,2 anos, em 2010, em contraponto a 54,7 anos, em 1991).

23.2.4 A análise dos dados relacionados à taxa de fecundidade da população das Microrregiões da Paraíba, entre 1991 a 2010, consubstanciados na Peça 47, demonstra a queda abrupta da fecundidade da população, fato que indica haver tendência forte à redução de nascimentos, e por consequência, redução ou mantença do tamanho populacional e seu envelhecimento, informações de suma importância para a definição de políticas públicas na área de Saúde (exemplo: definição de políticas públicas direcionadas a pessoas idosas) e Previdência Social, devendo-se focar, com preocupação a esta última, haja vista preponderar o princípio da solidariedade e universalidade do custeio do Sistema Geral de Previdência Social.

23.3 *Grau de implantação de Sistema de abastecimento de água*

23.3.1 Em pesquisa promovida no sítio de internet do Ministério das Cidades, mais especificamente do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) - http://www.snis.gov.br/diagnostico-agua-e-esgotos/diagnostico-ae-2014 - foi possível identificar a existência de periódico intitulado *Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto*, referente ao exercício de 2014 (Peça 48), contemplando dados dos serviços de água e esgotos são fornecidos ao SNIS por companhias estaduais, empresas e autarquias municipais, empresas privadas e, em muitos casos, pelas próprias prefeituras, todos denominados no SNIS como "Prestadores de Serviços".

23.3.2 Em 2014, o SNIS apurou informações sobre abastecimento de água em 5.114 municípios, com população urbana de 168,0 milhões de habitantes, assegurando uma representatividade de 91,8% em relação ao total de municípios e de 98,0% em relação à população urbana do Brasil.

23.3.3 Consoante o documento de referência, o estado da Paraíba, em 2014, contava com apenas 193 Municípios agraciados com sistemas de abastecimento de água regular, sendo que em todos o sistema atenderia à população localizada na sede dos respectivos municípios, dos quais apenas 107 atenderiam igualmente outras localidades daqueles mesmos entes federados paraibanos, ressaltando que o estado possui, ao total, 223 municípios.

23.3.4 Em termos populacionais, para montante de 3.000.790 cidadãos paraibanos (2014) atendidos por sistemas de abastecimento de água, consoante levantamento realizado pelo Ministério das Cidades, apenas 2.788.728 cidadãos seriam atendidos por sistemas de abastecimento de água localizados em áreas urbanas.

23.3.5 Considerando que a população estimada para o estado da Paraíba, em 2014 (dados IBGE), era de 3.943.885 habitantes, infere-se que apenas 70,71% da população paraibana, naquele ano, seriam agraciadas com sistemas de abastecimento de água.

23.3.6 Ressalta-se que a existência de sistemas de abastecimento não significa, efetivamente, haver disponibilidades de água àquela população, haja vista as intempéries graves de estiagens prolongadas que assolam o estado, causadas por fenômenos climáticos de longa duração. Como exemplo, o estudo ora analisado informa que, em 2014, ao todo o sistema de abastecimento de água instalado no estado teria sofrido paralizações da ordem de 2.676 horas/ano, somadas às 1.784 horas/ano de intermitências, cumulando 4.460 horas de indisponibilidade no sistema de abastecimento de água, correspondendo 50,91% de indisponibilidade plena de água à 70% da população paraibana. Ou seja, praticamente para um dia de fornecimento de água, 70% da população paraibana teria um dia sem fornecimento satisfatório desse mineral essencial à vida.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

23.3.7 Destaca-se que não se analisou em que medida a qualidade da água fornecida atenderia a padrões minimamente aceitáveis para o consumo humano, ressaltando que a carência de sistemas de coleta de esgoto e/ou sistemas de tratamento prévio do esgota a ser lançado nos mananciais que abastecem as comunidades localizadas a jusante do despejo *in natura* de esgoto ou indevidamente e adequadamente tratado agravaria, sobremaneira, a qualidade da água capitada e distribuída em outros municípios vizinhos.

23.4 *Grau de implantação de Sistema de esgotamento sanitário*

23.4.1 No que tange ao serviço de esgotamento sanitário, apenas 63 municípios paraibanos seriam agraciados com a existência desse serviço público, atendendo à população da sede desses municípios, dos quais apenas 11 entes federados mirins paraibanos atenderiam igualmente localidades fora de seus municípios.

23.4.2 Em termos populacionais, ter-se-ia o montante de apenas 1.235.444 cidadãos paraibanos atendidos por sistemas de abastecimento de água no estado, dos quais 1.208.499 residiriam na área urbana.

23.4.3 Considerando que a população estimada para o estado da Paraíba, em 2014 (dados IBGE), era de 3.943.885 habitantes, infere-se que apenas 31,32% da população paraibana teria acesso a sistemas de coleta de esgoto no estado, praticamente todo esse montante localizado em sede de municípios.

23.4.4 Impende destacar que não se aferiu em que medida o esgoto recolhido seria ou não devidamente tratado, para posterior descarte nos afluentes responsáveis pelo abastecimento de água em outras regiões a jusante da respectiva coleta, bem como o grau de poluição desse esgoto lançado, *in natura*.

23.4.5 Ressalta-se a importância do tema, haja vista a importância da existência de sistema de saneamento básico eficiente (água potável e tratada, aliado à coleta e tratamento de esgoto, pelo menos) como critério de garantia de vida minimamente saudável conferida ao ser humano.

23.4.6 Pode-se concluir ser um dos principais desafios para o desenvolvimento do estado da Paraíba a necessidade, a uma, de garantir oferta d'água à sua população, em quantidade minimamente aceitável à existência digna; a duas, garantir qualidade minimamente aceitável para a água disponibilizada à população, tarefa que passa pela implantação de sistema eficiente e eficaz de coleta e tratamento de esgoto sanitário, elemento essencial à garantia de nível e qualidade de vida essenciais à garantia de qualidade de vida à população paraibana.

III. IDENTIFICAÇÃO DE DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA PARAÍBA

24. Nesse Tópico, o presente relatório envida esforços no sentido de identificar os principais desafios que impactam o desenvolvimento do estado da Paraíba, tarefa que demandou, a uma, identificar a existência de trabalhos pretéritos, tendo por objetivo esse desiderato, fosse ele elaborado pela cátedra e/ou instituição interessada em avaliar oportunidades de investimentos; fosse fruto de estudos de cunho estratégico, encomendado por setores governamentais.

24.1 Como consequência da pesquisa acima enunciada, foi possível identificar dois importantes trabalhos, tratando sobre o referido tema:

24.1.1 trabalho patrocinado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), intitulado "*Estudos Prospectivos sobre o Desenvolvimento do Nordeste do Brasil*", tendo como horizonte o ano de 2022; e

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

24.1.2 trabalho elaborado pelo Governo do Estado da Paraíba, intitulado "*Eixos Integrados de Desenvolvimento da Paraíba – Uma Visão Estratégica para o Estado*".

24.3 Passa-se à análise dos dois documentos, em epígrafe.

25. Trabalho patrocinado pelo BNB

25.1 Introdução e premissas adotadas no trabalho de referência

25.1.3 Em trabalho patrocinado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e sob o comando do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), este último em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), foi produzido texto intitulado "*Estudos Prospectivos sobre o Desenvolvimento do Nordeste do Brasil*", tendo como horizonte o ano de 2022.

25.1.2 O referido trabalho, que teve como Coordenadora Geral a Dr.ª Tânia Bacelar de Araújo, se desdobrou em duas linhas, sendo a primeira, constituindo-se em corte destinado à identificação de tendências e iniciativas estratégicas, fundadas em passado recente e futuro próximo; e a segunda, em corte de natureza quantitativa, baseada na construção de cenários prospectivos da economia mundial, nacional, regional e do ambiente de negócios do BNB.

25.1.3 No que tange ao mencionado trabalho, destacam-se as informações afetas ao cenário prospectivo da Região Nordeste, tratando de suas possibilidades e desafios associados ao seu desenvolvimento. Dada a pertinência das informações em comento com o trabalho ora desenvolvido pela Secex/PB, incorporou-se as informações e metodologias afetas ao Nordeste e ao cenário do estado da Paraíba, contextualizando-o ao quadro espelhado para aquela Região.

25.1.4 Nesse diapasão, destacaram-se os trechos do mencionado trabalho vinculados à leitura da trajetória do desenvolvimento do Nordeste, para o período 2000-2013; às perspectivas e desafios identificados como os mais relevantes para o Nordeste nos próximos anos (2014 - 2022); e as propostas pata o desenvolvimento regional, no horizonte até 2022.

25.1.5 Impende ressaltar, dentre as diversas premissas do trabalho referência, qual a concepção de desenvolvimento utilizada pela equipe encarregada daquele desiderato, adotando-se concepção multidimensional da realidade social, superando concepção retrógrada de desenvolvimento calcado preponderantemente no progresso técnico liderado pelo crescimento econômico, em particular atrelado à atividade industrial.

25.1.6 A perspectiva utilizada no trabalho referência fundou-se na concepção de desenvolvimento sustentável, agregando à concepção de desenvolvimento econômico (matiz única de análises de outrora associada a "desenvolvimento"), as dimensões sociais e ambientais, consideradas em um contexto institucional em harmonizar desenvolvimento econômico, preservação do meio ambiente, uso racional dos recursos naturais e qualidade de vida dos cidadãos.

25.1.7 No que tange à dimensão econômica, o referido trabalho cujo objeto de estudo foi a Região Nordeste, ateve-se aos seguintes aspectos:

25.1.7.1 dinamismo da atividade econômica, atendo-se às mudanças estruturais ocorridas nessa atividade, com destaque particular ao conjunto de relações econômicas regionais com o exterior;

25.1.7.2 produtividade e/ou eficiência da atividade econômica regional, considerando, nesse particular, o impacto da inovação e do sistema de ciência e tecnologia no desenvolvimento regional;

25.1.7.3 infraestrutura e distribuição da atividade econômica regional, considerando a evolução e transformações no meio urbano e rural da região.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

25.1.8 No que tange à dimensão social, o referido trabalho ateve-se aos seguintes aspectos:

25.1.8.1 aferição da desigualdade social regional;

25.1.8.2 nível de concentração de renda;

25.1.8.3 situação de pobreza; e

25.1.8.4 acesso a serviços básicos.

25.1.9 No que tange à dimensão ambiental, o referido trabalho ateve-se aos seguintes aspectos:

25.1.9.1 questões climáticas;

25.1.9.2 pressões antrópicas, com destaque aos impactos mais relevantes no meio ambiente regional; e

25.1.9.3 base institucional voltada para a concepção e implantação de políticas ambientais regionais.

25.1.10 O trabalho de referência ainda se debruçou sobre o arcabouço institucional contextualizado, tendo destaque os seguintes Tópicos atrelados ao desenvolvimento regional:

25.1.10.1 o pacto federativo e suas inter-relações com a trajetória das transformações associadas ao desenvolvimento regional e às desigualdades no território nacional, com destaque ao Nordeste; e

25.1.10.2 o padrão de financiamento e o papel do apoio ao processo de desenvolvimento regional.

25.1.11 Ademais, o estudo sob análise fundou-se na seguinte trajetória de analise:

25.1.11.1 em um primeiro momento, promoveu-se a contextualização do cenário nacional e internacional, no qual se situa o desenvolvimento regional, pretendendo-se explicitar as influências e relações observadas entre região, país e resto do mundo;

25.1.11.2 em segundo momento, foram identificados e discutidos os aspectos mencionados anteriormente, passando-se ao exame da realidade regional; registrando-se a evolução recente em suas várias dimensões; e identificando-se mudanças e permanências mais relevantes para o período analisado (2000-2013);

25.1.11.3 em seguida, com base nas mudanças e permanências mais relevantes para o período analisado (2000-2013), foram explicitados as perspectivas e os grandes desafios que o Nordeste deverá levar em consideração, tendo em vista a promoção de seu desenvolvimento de forma sustentável, parra o período de 2014-2022; e

25.1.11.4 por derradeiro, com fundamento nas análises precedentes, foram explicitadas as propostas e iniciativas gerais para cada uma das dimensões acima referenciadas – econômica, social e ambiental – considerando o horizonte temporal até 2022.

25.2 Desafios apontados para o Nordeste (período 2014 – 2022)

25.2.1 De forma pragmática, passa-se às constatações dos principais desafios que deverão ser superados pelos estados que se situam na Região Nordeste, consoante metodologia e diagnóstico ofertado pelo trabalho referência.

25.2.2 No *contexto mundial*, o trabalho referência apontou para o seguinte cenário:

25.2.2.1 multipolaridade na estrutura do poder mundial, com maior participação dos BRICS (grupo de países de economia emergente, dentre eles o Brasil) no PIB Mundial – estimando-se

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

que em 2025 tais economias juntas atingirão metade do PIB do países componentes do G-6 (G-7, menos a Rússia) no PIB Mundial;

25.2.2.2 mantença do risco (volatilização de capitais) em face da ausência de regulamentação do sistema financeiro internacional, não obstante a existência de forte pressão por maior regulação do mercado de capitais;

25.2.2.3 tendência crescente de liberalização dos mercados, fruto da ampliação de debates acerca do protecionismo e expansão de acordos bilaterais, com maior atuação da OMC no sentido de favorecimento da abertura de mercados;

25.2.2.4 queda dos preços das *commodities* no mercado internacional;

25.2.2.5 redução do crescimento da população mundial, com alteração na pirâmide etária (envelhecimento da população);

25.2.2.6 aumento do nível de exigência por qualificação da mão de obra, valorizando-se pessoas com maior grau de instrução e iniciativa, com impacto direto no perfil e qualidade dos sistemas educacionais e de capacitação dos países;

25.2.2.7 elevado nível de progresso tecnológico, exigindo das empresas maior capacidade de inserir essas novas tecnologias em seu processo de produção, reduzindo custo e tornando-se mais competitivas, o que resulta em demanda por mão de obra cada vez mais qualificada; e

25.2.2.8 mudança na matriz energética mundial, incorporando-se cada vez mais matrizes energéticas alternativas. Parte dessa mudança fundar-se-ia em questões climáticas, centralizada no aquecimento global e efeito estufa, oriundos, em sua grande medida, da emissão de poluentes de origem fóssil (petróleo e carvão).

25.2.3 No *contexto nacional* o trabalho referência aponta para o seguinte cenário:

25.2.3.1 no âmbito econômico, existência de forte tendência de reconcentração de investimentos na Região Sudeste, em particular nas áreas de infraestrutura, expansão do setor produtivo e pesquisa/desenvolvimento;

25.2.3.2 acerca do mercado de trabalho, com impacto na geração de renda, o estudo apontou tendência de formalização de tais vínculos e elevação da remuneração média, esta última impulsionada pela política de valorização do salário mínimo;

25.2.3.3 tendência de aumento do comércio exterior, com consequente aumento dos fluxos comerciais inter-regionais, desde que ocorra a ampliação e modernização da malha rodoviária e ferroviária, resultado do dinamismo das macrorregiões do país;

25.2.3.4 novo padrão de financiamento da infraestrutura, com maior participação da iniciativa privada;

25.2.3.5 ampliação do nível de inovação tecnológica das empresas, mostrando-se preocupante a capacidade de diminuição do diferencial de inovação inter-regional;

25.2.3.6 em havendo melhorias em infraestrutura, vislumbrou-se o fortalecimento do agronegócio voltado para produção de grãos e minérios, havendo necessidade de apoio à agricultura familiar;

25.2.3.7 fortalecimento da urbanização do território, com fortalecimento das cidades intermediárias no interior do país, tornando-se mais impactantes os problemas urbanos – fragilidade dos serviços públicos de transporte coletivos e mobilidade, dentre outros;

25.2.3.8 envelhecimento da população e maior nível de exigência no consumo de serviços públicos disponibilizados;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

25.2.3.9 maior redução dos índices de pobreza e desigualdades, acompanhada de melhoria no padrão dos serviços de educação e saúde;

25.2.3.10 no âmbito ambiental, observou-se o risco de ampliação da desertificação e ocorrência de enchentes (fruto da elevação da temperatura, em face da emissão de gases que provocam o efeito estufa), sendo necessário ser disseminado o conceito de economia verde, mediante uso de tecnologias mais eficientes em termos de redução na emissão de poluentes e racionalização e reutilização dos recursos naturais; ressaltou-se a necessidade de aparato institucional do Estado e reforço das políticas públicas voltadas para a conservação e fiscalização ambiental;

25.2.3.11 no quadro federativo, observou-se tendência de mudanças, tais como implantação de modelo de longo prazo de desenvolvimento, ressaltando o papel do Estado como agente ativo de mudanças; maior participação da sociedade civil na definição dos rumos do Estado; redução da guerra fiscal; necessidade de se propiciar a equidade e cooperação regional, mediante a retomada de políticas públicas de desenvolvimento regional.

25.3 Dos desafios identificados nos diversos segmentos

25.3.1 Diante dos quadros internacional e nacional, resumidamente narrados acima, o trabalho referência aponta para os principais desafios da Região Nordeste, que de forma reflexa, se traduziria em desafios de cada um dos estados da federação localizados nessa região, a exemplo da Paraíba.

25.3.2 Passa-se à apresentação das principais linhas gerais dos suscitados desafios, ressaltando que os temas a seguir apresentados foram aqueles entendidos como os mais pertinentes à realidade do estado da Paraíba, sendo, portanto, o primeiro corte da análise a ser apresentada no presente relatório.

25.4 Desafios afetos à continuidade de crescimento, consolidação de nova estrutura produtiva e ampliação das relações comerciais

25.4.1 Diante da tendência de expansão da economia nordestina ser maior que a do Brasil, pelo menos até 2022, fruto da entrada em funcionamento de diversos empreendimentos, tendência de implantação de novos empreendimentos, conclusão de obras de infraestrutura e ampliação do poder de compra das camadas mais pobres, o trabalho referência ponta para os seguintes desafios para que tal tendência se mantenha (no que tange à *atividade econômica*), reduzindo, por consequência, o hiato de produtividade vivenciado em anos anteriores, em relação à economia nacional:

25.4.1.1 necessidade de maior adensamento de cadeias produtivas na região, em particular no interior dos estados (grande parte localizada na Região do Semiárido ou de Cerrado), uma vez se constatar concentração significativa de empreendimentos e infraestrutura no litoral, não obstante o dinamismo da atividade econômica dessas regiões interioranas;

25.4.1.2 necessidade de aumentar a oferta de infraestrutura de qualidade, com a observância de melhor distribuição dos serviços em todo o território dos estados nordestino – interiorização da infraestrutura com qualidade;

25.4.1.3 necessidade de manter taxas de crescimento elevadas no interior do Nordeste, em especial no Semiárido; sugere o referido trabalho ser possível a mantença do dinamismo econômico ora sustentado pela Região Nordeste mediante a consolidação da produção agropecuária, aproveitamento do potencial energético em novas fontes de energia, permitindo a implantação de novos empreendimentos industriais e oferta de serviços no interior dos estados nordestinos, em particular nas cidades de médio porte;

25.4.1.4 necessidade de se buscar convergência dos indicadores de produtividade do trabalho à média nacional;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

25.4.1.5 no que tange à *agricultura*, o principal desafio seria a viabilização da agricultura de pequeno porte, uma vez que o agronegócio, com recursos predominantemente privados, já estaria em estágio avançado, com produção destinada inclusive ao mercado externo. Faz-se necessário tanto consolidar os programas de convivência com a seca – a exemplo da construção de cisternas para consumo humano, quintais produtivos, transferências de renda, etc – quanto melhorar a infraestrutura hídrica da região;

25.4.1.6 no que tange à *indústria*, seus principais desafios seriam a manutenção da capacidade de atração de investimentos e aumento da produtividade das empresas de pequeno e médio portes;

25.4.1.7 no que tange ao setor de *comércio e serviços*, os principais desafios concentrar-se-iam na: manutenção do ritmo de expansão da capacidade regional de consumo; redução dos encargos impostos pela Administração Pública nos estados de menor base produtiva do Nordeste; consolidação do grau de excelência de algumas atividades; interiorização dos empreendimentos; articulação do setor produtivo, viabilizando parcerias no setor privado; e oferta de mão de obra que atenda as demandas da indústria.

25.5 **Desafios afetos à consolidação de investimentos estratégicos em infraestrutura e de inserção de novo padrão de financiamento**

25.5.1 A dinâmica econômica regional nos próximos anos terá como base:

25.5.1.1 continuidade do aumento da renda média regional, sustentação do ritmo de expansão dos empregos e, por consequência, do consumo das famílias;

25.5.1.2 mantença da capacidade de atração de investimentos produtivos; e

25.5.1.3 maior participação do Nordeste no comércio externo.

25.5.2 Assim, para se atingir esse desiderato, haverá maior demanda regional por sistema de logística eficiente e satisfatório, visando dar maior competitividade à economia do Nordeste, ressaltando-se a necessidade dessa região se mostrar atrativa aos investimentos (mormente do setor privado), mediante a consecução de obras de infraestrutura, principalmente por meio das Parcerias Público-Privadas (PPP), nas áreas de logística (estradas, portos, aeroportos e ferrovias), saneamento e geração/distribuição de energia.

25.5.3 Portanto, o referido trabalho aponta como obras estruturantes na área de logística, em particular na *infraestrutura ferroviária* e de suma importância para o Nordeste a Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL), a Ferrovia Nova Transnordestina (FNT) e a Ferrovia Norte Sul (FNS).

25.5.4 Tais empreendimentos se destacam por garantirem homogeneidade estrutural, intermodalidade e articulação com sistemas ferroviário nacional; com os complexos portuários regionais; e com o sistema regionais de centrais de distribuição e abastecimento.

25.5.5 No que tange ao *transporte rodoviário*, o trabalho referência aponta para a mantença de gargalos significativos e que inviabilizariam sua expansão, dada a menor rentabilidade financeira de sua exploração pela iniciativa privada e dificuldades do setor público expandir e gerenciar a oferta existente, com recursos públicos.

25.5.6 Assim, foi apontado como desafios a necessidade de ampliação substantiva da infraestrutura rodoviária, mediante investimentos públicos e privados, este último carecendo de maior engajamento regional na criação de novas modalidades de PPP's.

25.5.7 No que tange ao *transporte portuário*, os principais desafios apontados pelo trabalho referência traz como sugestão o aumento dos investimentos realizados diretamente nos portos e

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

em suas áreas do entorno, buscando-se maior integração intermodal e maior articulação com o interior nordestino, visando o escoamento/fornecimento de bens para essa região.

25.5.8 No que tange ao *transporte aeroportuário regional,* os principais desafios seriam obter maior articulação da rede existente de aeroportos, buscando maior eficácia no fluxo de cargas e passageiros; levar em consideração a possibilidade de expansão da infraestrutura aérea em cidades médias, buscando a integração do transporte de cargas e passageiros entre cidades interioranas e as capitais nordestinas.

25.5.9 Em face do incremento e implantação de grandes empreendimentos na região nordeste, sobretudo aqueles que demandam o consumo de gás, petróleo e derivados, fazer-se-ia necessário ampliar e consolidar malhas dutoviárias (gasodutos e oleodutos – *transporte dutoviário*), mediante o emprego preponderante de capital privado, ressaltando-se que diante da interiorização na implantação desses empreendimentos, tal expansão deveria contemplar cidades do interior dos estados nordestinos.

25.5.10 No que tange à *infraestrutura energética*, o trabalho referência ressaltou a geração de energia eólica e solar como tendência a se consolidar na região, não obstante ainda ser grande a importância da geração de energia pelas usinas hidrelétrica e termoelétrica, apontando para horizonte de oferta de energia satisfatória para a região, ainda que a custos cada vez mais elevados.

25.5.11 Os desafios a serem enfrentados para esse setor energético diz respeito à garantia de avanços na internalização de tecnologias que permitam o aproveitamento de pelo menos dez fontes de energia na região, quais sejam: eólica, solar-fotovoltaica, solar-térmica, biomassa-etanol, biomassa-biodiesel, de resíduos, petróleo, gás natural, marés e ondas.

25.5.12 No que tange à *infraestrutura hídrica*, o referido trabalho referência informa que a situação de abastecimento de água, tanto no meio rural quanto no meio urbano, apresentaria tendência de melhoras, haja vista a conclusão de obras de abastecimento e de Integração do Rio São Francisco às bacias do Nordeste Setentrional.

25.5.13 Não obstante, os principais desafios do subsistema de infraestrutura hídrica estariam centrados na finalização das obras que irão garantir o fornecimento de água com qualidade em toda a Região Nordeste, bem como a finalização dos empreendimentos que possibilitarão a mudança no padrão de estocagem de água no Semiárido.

25.5.14 De igual modo, no que tange à *infraestrutura em saneamento básico* destacar-se-iam como desafios a viabilização de parcerias entre o setor público e o setor privado, com vistas à ampliação da cobertura e à melhoria da gestão do atendimento às áreas urbanas; desenvolvimento de novas políticas para enfrentamento dos mesmos problemas (saneamento básico), porém na área rural; destaque para a viabilização de cobertura de coleta de resíduos domésticos a todos os lares área urbana; e destinação e tratamento de resíduo sólidos.

25.5.15 No que diz respeito à *infraestrutura de ciência, tecnologia e informação*, o trabalho de referência aduz serem desafios para o Nordeste dar sustentabilidade ao processo de transformação econômico por que passa a região – resultado do aumento de produtividade decorrente do adensamento de cadeias produtivas criadas a partir de projetos estruturantes implantados recentemente na região.

25.5.16 Para tanto, dever-se-ia envidar esforços para a consolidação e fortalecimento de base sólida de conhecimento fundado na educação, na ciência, na tecnologia, viabilizando a consecução de ações que possibilitem a inclusão social às novas tecnologias, inclusive permitindo o acesso de pequenas e médias empresas às tecnologias de ponta e que viabilizem o incremento de sua competitividade no mercado.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

25.5.17 Em face de sua importância, outro desafio seria garantir simetria justa na distribuição de recursos públicos destinados à infraestrutura de CT&I, inclusive mediante parcerias do setor público com o setor privado, em patamares que possam garantir os investimentos necessários em atender a demanda regional por tecnologia e conhecimento do setor produtivo regional.

25.5.18 Outro desafio na mencionada área seria envidar esforços em melhor a percepção da importância da pesquisa e inovação na base econômica regional, fortalecendo os mecanismos de suporte tecnológico e de financiamento junto às empresas. Em paralelo, mostrar-se-ia como desafio a ampliação de oferta de cursos superiores, cursos de formação técnico-profissional e de pós-graduação, inclusive nas regiões interioranas, com avanço nos indicadores de instrução e qualificação da mão de obra colocada à disposição do mercado.

25.6 Desafios afetos à consolidação da mudança na estrutura etária da população, mantença das conquistas sociais e melhorias educacionais

25.6.1 Em face da redução das taxas de natalidade e envelhecimento da população da Região Nordeste, alterando a estrutura etária de sua população, novos desafios se apresentam no horizonte, em especial nas áreas de educação, saúde, assistência e previdência social, com importantes impactos no mercado de trabalho.

25.6.2 Assim, um dos primeiros desafios seria garantir a *empregabilidade* (inserção no mercado de trabalho) desse contingente de pessoas em um mercado cujo contexto regional se mostra marcado por desigualdades sociais e econômicas. Ou seja, o desafio estaria em garantir postos de trabalho para contingente populacional que viverá mais, porém carente de formação técnica-profissional que atenda às exigências de uma economia cada vez mais competitiva.

25.6.3 Dessa constatação, reconheceu-se a necessidade de avançar na qualificação e requalificação da mão de obra, mediante o desenvolvimento de ações integradas entre técnica-acadêmica e colocação no mercado de trabalho, atendendo tanto à demanda dos empreendimentos estruturadores quanto às empresas de pequeno e médio portes.

25.6.4 Outro desafio afeto ao tema diz respeito à necessidade de criação de mecanismos que garantam avanços na formalização das relações de trabalho – combate às formas de precarização das relações de trabalho, inclusive com a erradicação do trabalho infantil – garantindo-se a ampliação de ganhos de rendimentos da população.

25.6.5 Em particular, no que se refere à ampliação dos *ganhos de rendimentos* da população trabalhadora, mostrou-se inegável a importância das políticas implementas nos últimos anos de valorização do salário mínimo, com reflexos importantes para a atividade econômica do país, haja vista o reduzido nível de formação profissional da população economicamente ocupada e agraciada com este patamar remuneratório.

25.6.6 Assim, poder-se-ia destacar como desafio macro, na presente área, a necessidade de se obter avanços mais expressivos quanto à longevidade, saúde e educação da população, mensurados por indicadores tais como o *IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)*.

25.6.7 No que tange à *educação*, espera-se o avanço do nível de escolaridade da população – mantença desse avanço seria um desafio da área – em especial dos mais jovens, não podendo se esquecer da necessidade de se reduzir as taxas de analfabetismo na população adulta (outro desafio).

25.6.8 Mas não bastaria apenas garantir o acesso à educação, mas efetivamente garantir que o serviço de educação prestado venha ter qualidade, em especial aquele destinado ao ensino médio; ou ainda no reforço à base educacional voltada para o mundo do trabalho, ampliando-se a oferta de ensino técnico-profissionalizante e incremento de investimentos em curso e sistemas de treinamento e capacitação nas empresas.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

25.6.9 Nesse diapasão, destacou o referido trabalho de referência a importância e interdependência entre a qualidade do ensino básico com a qualificação profissional, apresentando-se como mais um desafio na área de educação a priorização da educação básica com qualidade, devendo-se estabelecer metas mais audaciosas do que aquelas propostas à época em que o referido diagnóstico foi elaborado. Sem educação de qualidade, qualquer política de desenvolvimento para o Nordeste estará fada ao insucesso ou a apresentar resultados pouco expressivos.

25.6.10 No que tange à *área de saúde*, o referido trabalho referência aponta como desafios a necessidade de se implementar avanços quanto à promoção de saúde, mediante ampliação de sua cobertura, em especial à atenção primária; melhoria geral da qualidade de atendimento; e sustentabilidade de seu financiamento, em particular no âmbito municipal.

25.6.11 No âmbito da *área de segurança pública*, o referido trabalho destacou o desafio de se garantir o concomitante avanço na melhoria das condições socioeconômicas da população e da política de segurança pública dos estados, com o envolvimento crescente dos governos municipais, provocado pelo adensamento populacional tanto das grandes metrópoles quando das cidades de médio e grande porte do interior.

25.6.12 Na *área social*, o trabalho de referência os desafios apontados residiriam na busca da melhoria do acesso a programas de transferência de renda (a exemplo do Programa Bolsa Família, aposentadoria e pensões públicas e Benefícios de Prestação Continuada), em especial na área rural da Região Nordeste, bem como a necessidade de se reinventar o sistema público de seguridade social. Não obstante, almejar-se-ia (desafio) reduzir a dependência desses mesmos programas de distribuição de renda, tendo em vista a elevação do nível de empregos e da atividade econômica (desafios já comentados).

25.6.13 De igual modo, em face do aumento da renda média domiciliar observado nos últimos anos, fator que redundou na redução da concentração de renda e desigualdade econômica – ainda que em ritmo lento, para os próximos anos – se faria necessário avançar nos níveis de renda média domiciliar, principalmente em áreas não metropolitanas.

25.6.14 Por derradeiro, destacou o referido estudo que os desafios da área social não estão dissociados dos desafios da área econômica, em particular do incremento da atividade econômica regional, ou ainda dissociados da melhoria da educação, dentre outros fatores, o que exigirá atuação governamental coordenada entre as três esferas de governo.

26. Plano Estratégico do estado da Paraíba (2011 – 2022)

26.1 Trata o referido documento de trabalho elaborado pelo Governo do Estado da Paraíba, intitulado "*Eixos Integrados de Desenvolvimento da Paraíba – Uma Visão Estratégica para o Estado*".

26.2 O documento em epígrafe foi elaborado pelo Governo do Estado da Paraíba com o apoio da SUDENE, trazendo em detalhes e conteúdos prospectivos e propositivos de desenvolvimento estadual, sob a perspectiva do desenvolvimento industrial; desenvolvimento da micrologística de transporte de carga; desenvolvimento da demanda e oferta de capacitação do capital humano; desenvolvimento da tecnologia da informação (TIC) e telecomunicações, abordando ainda questões pertinentes ao suprimento energético do estado da Paraíba.

26.3 O suscitado trabalho contou com a realização de visitas técnicas e consulta a segmentos empresariais, setores de governo e associações produtivas, consubstanciado na realização de número superior a 70 (setenta) entrevistas pessoais e consultas realizadas a mais de 130 (cento e trinta) instituições dos segmentos supracitados.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

26.4 Ressalta-se que o principal objetivo do referido projeto foi consolidar eixos integrados de desenvolvimento do estado da Paraíba, visando identificar e integrar, física e economicamente, segmentos que favorecessem a inserção do estado nas economias regionais, nacionais e mundiais, criando instrumentos adequados para orientar o fortalecimento e a modernização da infraestrutura estadual com a participação e conjugação de esforços com a iniciativa privada.

26.5 Assim, o Governo do Estado buscou identificar os principais investimentos estruturantes de que necessita o estado da Paraíba para viabilizar sua inserção nas economias regionais, nacionais e mundiais, tendo como foco as 5 (cinco) áreas acima mencionadas, entendidas como verdadeiros pilares para o seu desenvolvimento.

26.6 De plano, não há como negar que o referido documento se reveste em verdadeiro Plano Estratégico assumido pelo Governo do Estado, devendo orientar nas áreas por ele contempladas as diretrizes e/ou propostas de governo consignadas tanto em seu Plano Plurianual quanto em suas Leis Orçamentárias Anuais, além do desenvolvimento de projetos e/ou ações pautadas nas diretrizes e metas consignadas em seu planejamento estratégico.

26.7 Preliminarmente, passa-se à exploração sucintamente os principais diagnósticos promovidos e propostas e/ou metas propostas pelo referido documento (desafios), entendido como Plano Estratégico desta unidade da federação.

26.8 MÓDULO 1 – Micrologística de Transporte de Carga

26.8.1 O referido Módulo 1, que trata da Micrologística de Transporte de Carga do Estado da Paraíba, iniciou seus trabalhos com a elaboração dos seguintes trabalhos:

26.8.1.1 elaboração de diagnóstico de cadeias produtivas, tendo como limitadores territoriais as microrregiões do estado, oportunidade em que foram selecionados, de forma detalhada, os principais produtos da atividade econômica paraibana;

26.8.1.2 elaboração de diagnóstico da infraestrutura de transporte instalada no estado da Paraíba, à época da elaboração do estudo (2011); e

26.8.1.3 apresentação das prioridades eleitas, em termos de projetos estratégicos a serem perseguidos.

26.8.2 O objetivo principal do presente Módulo 1 seria diagnosticar quais as condições atuais de infraestrutura de transporte na Paraíba, apontando quais os investimentos em infraestrutura de logística deveriam ser priorizados de forma a potencializar ao máximo os benefícios almejados pelo estado, tanto do ponto de vista econômico quanto social.

26.8.3 Visando uniformizar as conclusões apresentadas no trabalho em comento com as informações contrapostas pelo presente relatório, adotou-se como parâmetro geográfico as 23 microrregiões socioeconômicas enunciadas no referido Plano Estratégico do Estado da Paraíba, consoante da Peça 4.

26.8.4 No que tange ao *diagnóstico de cadeias produtivas*, foi apresentado minucioso dos volumes de produtos produzidos em cada microrregião socioeconômica da Paraíba, confrontado esse quadro de informações de importações e exportações de produtos, sendo possível constatar, em linhas gerais e consoante o estudo apresentado, que:

26.8.4.1 a Microrregião de Catolé do Rocha apresentaria atividade econômica centrada na produção de material de construção, alimentos e tecidos para consumo interno; em contrapartida, importaria predominantemente produtos têxteis;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

26.8.4.2 a Microrregião de Cajazeiras apresentaria atividade econômica centrada na produção de alimentos exclusivamente para consumo interno; em contrapartida, importaria pequeno volume de produtos têxteis;

26.8.4.3 a Microrregião de Sousa apresentaria atividade econômica centrada na produção de material de construção e alimentos predominantemente para consumo interno; não há fluxo significativo de produtos (importações/exportações);

26.8.4.4 a Microrregião de Patos apresentaria atividade econômica diversificada, com destaque para a produção de material de construção, alimentos e bebidas para consumo interno, exportando apenas frutas; ao que parece, não importa produtos;

26.8.4.5 a Microrregião de Piancó apresentaria atividade econômica centrada na produção extrativista, não participando do comércio exterior da Paraíba;

26.8.4.6 a Microrregião de Itaporanga apresentaria atividade econômica centrada na produção de lenha, cana e milho, não participando do comércio exterior da Paraíba;

26.8.4.7 a Microrregião de Serra do Teixeira apresentaria atividade econômica centrada na produção extrativista e de plantações, não participando do comércio exterior da Paraíba;

26.8.4.8 a Microrregião de Seridó Ocidental Paraibano apresentaria atividade econômica centrada na produção extrativista de minério, destinados à produção de materiais de construção, produção de lenha e vermiculita, esta última direcionada à exportação, participando do comércio exterior da Paraíba;

26.8.4.9 a Microrregião de Seridó Oriental Paraibano apresentaria atividade econômica centrada na produção extrativista de minério, destinados à produção de materiais de construção e rochas ornamentais, esta última direcionada à exportação, participando do comércio exterior da Paraíba;

26.8.4.10 a Microrregião de Curimataú Ocidental apresentaria atividade econômica centrada na produção extrativista de minério, destinados à produção de materiais de construção, não participando do comércio exterior da Paraíba;

26.8.4.11 a Microrregião de Curimataú Oriental apresentaria atividade econômica centrada na produção extrativista de minério, destinados à produção de materiais de construção e rochas ornamentais, onde pequeno volume destas rochas é beneficiado e exportado;

26.8.4.12 a Microrregião de Cariri Ocidental apresentaria atividade econômica centrada na produção extrativista de minério, destinados à produção de materiais de construção, produção de lenha e alimentos para consumo próprio, não participando do comércio exterior da Paraíba;

26.8.4.13 a Microrregião de Cariri Oriental apresentaria atividade econômica centrada na produção extrativista de minério, destinados à produção de materiais de construção, não participando do comércio exterior da Paraíba;

26.8.4.14 a Microrregião de Esperança apresentaria atividade econômica centrada na produção de alimentos para consumo próprio, importando veículos e pneus;

26.8.4.15 a Microrregião de Brejo Paraibano apresentaria atividade econômica centrada na produção cana e banana, não participando do comércio exterior da Paraíba;

26.8.4.16 a Microrregião de Guarabira apresentaria atividade econômica centrada na produção de milho destinada à fabricação de ração animal, com destaque na produção de frangos do estado;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

26.8.4.17 a Microrregião de Campina Grande apresentaria atividade econômica centrada na produção e comércio exterior diversificados, incluindo produtos agrícolas, industriais e minerais, com destaque a bentonita, calçados de borracha e algodão;

26.8.4.18 a Microrregião de Itabaiana apresentaria atividade econômica centrada na produção de materiais de construção para consumo próprio e alimentos, não participando do comércio exterior da Paraíba;

26.8.4.19 a Microrregião de Umbuzeiro apresentaria atividade econômica centrada na produção de materiais de construção para consumo próprio e frutas, não participando do comércio exterior da Paraíba;

26.8.4.20 a Microrregião de Litoral Norte apresentaria atividade econômica centrada na produção e exportação de bens diversificados, incluindo produtos agropecuários, minerais e industriais, com destaque para a cana-de-açúcar e ilmenita;

26.8.4.21 a Microrregião de Sapé apresentaria atividade econômica centrada na produção de cana-de-açúcar e materiais de construção para consumo próprio, importando principalmente etanol;

26.8.4.22 a Microrregião de João Pessoa apresentaria atividade econômica centrada na produção e exportação de bens diversificados, incluindo produtos agropecuários, minerais e industriais, com destaque para o calcário, cana-de-açúcar e farinha de trigo;

26.8.4.23 a Microrregião de Litoral Sul apresentaria atividade econômica centrada na produção e exportação de bens diversificados, incluindo produtos agropecuários, minerais e industriais, com destaque para a cana-de-açúcar, insumos para a indústria de cimento e álcool.

26.8.5 Quanto à seleção dos principais produtos que poderiam impactar significativamente o desenvolvimento do estado, o referido estudo adotou metodologia específica, a seguir sucintamente descrita:

26.8.5.1 aplicação de filtro por volume movimentado, oportunidade em que foram selecionadas as principais cadeias produtivas exportadas e/ou importadas em grande volume no estado;

26.8.5.2 aplicação de filtro por valor transacionado, oportunidade em que foram agregadas as cadeias produtivas mais importantes, em termos de valores transacionados (exportação e/ou importações), apesar de não serem significantes em termos de volumes;

26.8.5.3 aplicação de filtro por produção, oportunidade em que foram agregadas as cadeias produtivas importantes dentro do estado e que são consumidas em nível nacional, sem no entanto serem exportadas;

26.8.5.4 aplicação de filtro por movimentação, oportunidade em que foram identificados os produtos das cadeias produtivas selecionadas e excluídas aquelas que possuíssem movimentação inferior a 20 mil toneladas por ano; e

26.8.5.5 aplicação de filtro de consumo local, oportunidade em que foram excluídos os produtos que geram fluxos por serem consumidos localmente, porém incluindo os produtos com consumo relevante na Paraíba, mas produzidos em outras regiões.

26.8.6 Como resultado, foram selecionadas 16 cadeias produtivas mais relevantes: Açúcar e Álcool; Algodão; Argila; Bebidas; Brita e Cascalho; Calçados; Calcário; Eletroeletrônicos; Ferro e Aço; Frutas; Madeira; Mandioca; Petróleo e Derivados e; Titânio (Ilmenita); Téxteis; e Trigo.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

26.8.7 Tais cadeias conteriam 60 produtos, dos quais 14 produtos produzidos na Paraíba e 4 produtos demandados pelo estado foram selecionados, com o intuito de serem detalhadas suas cadeias produtivas.

26.8.8 Os 14 produtos produzidos na Paraíba selecionados foram: Abacaxi, Banana, Açúcar, Álcool Etanol, Bentonita Ativada, Calçados, Cerveja, Refrigerantes, Cimento, Concentrado de Titânio, Farinha de Trigo, Fios e Tecidos e Papel.

26.8.9 Os 4 produtos demandados pelo estado da Paraíba foram: Aço, Combustíveis, Coque de Petróleo e Trigo.

26.8.10 O detalhamento das cadeias de produção contemplou os seguintes aspectos:

26.8.10.1 características da respectiva cadeia produtiva;

26.8.10.2 produção e consumo mundial;

26.8.10.3 balança comercial mundial;

26.8.10.4 caracterização do uso no Brasil;

26.8.10.5 consumo no Brasil;

26.8.10.6 Análise Swot;

26.8.10.7 polos de produção no estado;

26.8.10.8 exportações brasileiras;

26.8.10.9 principais fluxos de exportação da Paraíba;

26.8.10.10 projeção dos polos de produção na Paraíba; e

26.8.10.11 projeção de produção por microrregião do estado.

26.8.11 O levantamento até esse ponto comentado teve o propósito de identificar os principais trechos de transporte que pudessem, uma vez priorizados em termos de investimentos, alavancar a logística de transporte dos principais produtos produzidos e/ou demandados pelo estado da Paraíba, potencializando o seu desenvolvimento econômico.

26.8.12 Após diagnóstico detalhado da infraestrutura atual existente - eixos terminais (portos e aeroportos) e modais (rodovias, ferrovias, hidrovias e dutovias) de transporte, o referido estudo selecionou os empreendimentos de maior relevância para o estado da Paraíba e que possuem relevante significado estratégico para seu desenvolvimento, até 2022. Passar-se-á à apresentação sucinta desses empreendimentos.

26.8.13 De início, o referido trabalho traz classificação dos principais eixos utilizados na classificação dos projetos ora analisados, quais sejam:

26.8.13.1 *Macroeixos Estratégico*s: eixos logísticos considerados estratégicos no contexto regional, com base no estudo denominado *Projeto Nordeste Competitivo*, uma vez que possuiriam projeção de grande volume de carga e resultarem em grandes benefícios de redução de custos logísticos, a exemplo da BR-101, Ferrovia Transnordestina, etc;

26.8.13.2 *Macroeixos Estruturantes*: eixos logísticos importantes em nível estadual e com grande potencial desenvolvedor e que constituiriam, junto com o Macroeixos Estratégicos, as vias arteriais de transporte do estado da Paraíba;

26.8.13.3 *Microeixos Alimentadores*: eixos que conectariam os principais municípios de cada Microrregião Paraibana aos Macroeixos Estratégicos e Estruturantes do estado, a exemplo da PB-325, PB-426, etc;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

26.8.13.4 *Microeixos Integradores*: eixos que englobariam a infraestrutura relevante para o transporte intermunicipal de passageiros e mercadorias, sem terem relevância alimentadora para os Macroeixos, a exemplo das PB-384 e PB- 387.

26.8.14 Dessa feita, promoveu-se o mapeamento dos projetos relevantes para o estado da Paraíba, utilizando-se diversas fontes, sendo em seguida detalhados individualmente quanto aos seguintes aspectos: modal, resultado esperado, valor do investimento, fonte e modelo de financiamento, existência de estudo de viabilidade, existência de EIA-RIMA, existência de Projeto Básico e existência de Edital.

26.8.15 De igual modo, foram agregadas informações acerca da data de início, data prevista de conclusão do projeto, além do status ostentado em setembro/2013, que poderia ser classificado em 4 (quatro) tipos, como se segue:

26.8.15.1 *Em andamento*: obras em andamento, em setembro/2013;

26.8.15.2 *Projetado:* projetos com Projetos Básicos prontos, na mesma data de referência;

26.8.15.3 *Planejado*: projetos em fase de planejamento e sem Projeto Básico pronto; e

26.8.15.4 *Idealizado:* projetos que não possuiriam nem planejamento no âmbito estadual ou mesmo no Ministério dos Transportes, ou Secretaria Especial de Portos, porém teriam sido idealizados nos fóruns de discussão de projetos.

26.8.16 Não foram incluídos os projetos albergados pelos contratos de reabilitação e manutenção de rodovias federais (Programa CREMA) em andamento à época não teriam sido incluídos no presente estudo, fazendo-se a inclusão de trechos rodoviários estaduais em péssimo estado, havendo projetos para superar tais desafios.

26.8.17 O final, foram mapeados 73 projetos pertinentes ao desenvolvimento da infraestrutura de transportes no estado da Paraíba, havendo a idealização de 13 novos projetos de infraestrutura logística. Os 73 projetos estão distribuídos da seguinte forma:

Tabela nº 03 – distribuição de projetos, por Modais.

MODAIS	Número de Projetos	Soma de Investimento (R$)
Rodoviário	64	R$ 2.177.500.000,00
Portuário	4	R$ 774.000.000,00
Ferroviário	3	R$ 1.170.550.000,00
Aeroportuário	2	R$ 1.900.000,00
Total	**73**	**R$ 4.123.950.000,00**

Tabela nº 04 – distribuição de projetos associados a Macroeixos Estratégicos

Macroeixos Estratégicos	Quantidade de Projetos	Soma de Investimentos (R$)
Cabotagem	2	R$ 991.550.000,00
Cabotagem e Rodoviário (BR-230)	4	R$ 774.000.000,00
Rodoviário (BR-110 - Mossoró/RN - Salvador/BA)	1	R$ 15.500.000,00
Total	**7**	**R$ 1.781.050.000,00**

Tabela nº 05 – detalhamento de projetos associados a Macroeixos Estratégicos (Cabotagem)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

Eixos	Macroeixo Estratégico (Cabotagem)
Rótulos de Linha	Soma de Valor Investimento (R$)
Recuperação de trecho de 391 km da Ferrovia TLSA (Transnordestina), entre Santa Helena e Itabaiana	R$ 967.000.000,00
Recuperação do Terminal Ferroviário em Itabaiana	R$ 24.550.000,00
Total Geral	**R$ 991.550.000,00**

Tabela nº 06 – detalhamento de projetos associados a Macroeixos Estratégicos (Cabotagem e Estruturante Rodoviário)

Eixos	Macroeixo Estratégico (Cabotagem) e Macroeixo Estruturante Rodoviário (BR-230)
Rótulos de Linha	Soma de Valor Investimento (R$)
Construção do Terminal de Múltiplo Uso (TMU) no Porto de Cabedelo	R$ 400.000.000,00
Recuperação e reforma do cais envolvente noo Porto de Cabedelo	R$ 200.000.000,00
Dragagem para 12 metros no Porto de Cabedelo	R$ 140.000.000,00
Ampliação e modernização do Porto de Cabedelo	R$ 34.000.000,00
Total Geral	**R$ 774.000.000,00**

Tabela nº 07 – distribuição de projetos associados (exclusivamente) a Macroeixos Estruturantes

Macroeixos Estruturantes	Quantidade de Projetos	Soma de Investimentos (R$)
Rodoviário (BR-230)	3	R$ 795.000.000,00
Rodoviário (BR-101)	1	R$ 600.000.000,00
Rodoviário (BR-104)	1	R$ 119.000.000,00
Total	**5**	**R$ 1.514.000.000,00**

Tabela nº 08 – distribuição de projetos associados a Macroeixos Estruturantes

Eixos	Macroeixo Estratégico Rodoviário (BR-110 : Mossoró/RN - Salvador/BA)
Empreendimentos	Soma de Valor Investimento (R$)
Pavimentação PB-313 (Brejo do Cruz/PB - São José do Brejo do Cruz/PB), com 23 km	R$ 15.500.000,00
Total Geral	**R$ 15.500.000,00**

Eixos	Macroeixo Estruturante Rodoviário (BR-101)
Empreendimentos	Soma de Valor Investimento (R$)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

Implantação de ligação ao Porto de Cabedelo na PB -025, entre o Entroncamento da BR - 101 e Cabedelo/PB (Duplicação da PB-025, construção de trecho rodoviário e ponte).	R$ 600.000.000,00
Total Geral	**R$ 600.000.000,00**

Eixos	Macroeixo Estruturante Rodoviário (BR-104)

Empreendimentos	Soma de Valor Investimento (R$)
Duplicação do trecho de 68 km da BR-104, entre Campina Grande e Divisa PB/PE	R$ 119.000.000,00
Total Geral	**R$ 119.000.000,00**

Eixos	Macroeixo Estruturante Rodoviário (BR-230)

Empreendimentos	Soma de Valor Investimento (R$)
Duplicação da BR-230, entre Campina Grande/PB e Juazeirinho/PB (83 km)	R$ 420.000.000,00
Implantação de faixa adicional na BR-230 até o Porto de Cabedelo (trecho urbano)	R$ 345.000.000,00
Duplicação de 6,2 km da BR-230 no entorno de Campina Grande	R$ 30.000.000,00
Total Geral	**R$ 795.000.000,00**

Tabela nº 09 – distribuição de projetos associados a Microeixos Integradores

Microeixos Integradores	Quantidade de Projetos	Soma de Investimentos (R$)
Rodoviários	47	R$ 521.900.000,00
Total Geral	**47**	**R$ 521.900.000,00**

Eixos	Microeixos Integradores Rodoviários

Empreendimentos	Soma de Valor Investimento (R$)
Pavimentação dos acessos aos municípios pertencentes ao Anel de Cariri (Zabelê/PB - Camalaú/PB - Congo/PB - Caraúbas/PB - São Domingos do Cariri/PB), com 124 km	R$ 73.000.000,00
Pavimentação da PB-228 (Entroncamento BR-230 - Patos/PB), com 77 km	R$ 53.000.000,00
Pavimentação PB-306 (Manaíra/PB - Santana de Mangueira/PB), com 35 km	R$ 28.000.000,00
Pavimentação BR-150 (Alcantil/PB - Santa Cecília de Umbuzeiro/PB), com 24 km	R$ 21.000.000,00
Pavimentação da PB-384/366 (São José de Piranhas/PB - Carrapateira/PB), com 25 km	R$ 18.000.000,00
Pavimentação PB-030 (Entroncamento BR-230 - Pedras de Fogo/PB), com 28 km	R$ 17.000.000,00
Pavimentação PB-196 (Riacho de Santo Antônio/PB - Barra de São Miguel/PB), com 21 km	R$ 15.000.000,00
Restauração PB-148 (Cabaceiras/PB - Queimadas/PB) - continuação do Anel do Cariri, com 53 km	R$ 15.000.000,00
Pavimentação PB-138 (Campina Grande/PB - Distrito de Catolé de Boa Vista), com 18 km	R$ 14.000.000,00
Pavimentação PB-011 (Entroncamento BR-101 - Forte Velho/PB), com 22 km	R$ 13.000.000,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

Pavimentação PB-275 (Patos/PB - São José de Espinharas/PB), com 22 km	R$ 13.000.000,00
Pavimentação PB-167 (Entroncamento PB-104 - Sossêgo/PB), com 21 km	R$ 13.000.000,00
Pavimentação PB-160/186 (Cabaceiras/PB - São Domingos do Cariri/PB), com 27 km	R$ 12.000.000,00
Pavimentação PB-148/200 (São José dos Cordeiros/PB - Serra Branca/PB), com 25 km	R$ 12.000.000,00
Pavimentação PB-276 (São José do Bonfim/PB - Mãe D'Água), com 20 km	R$ 11.000.000,00
Pavimentação PB-382 (São José de Caiana/PB - Serra Grande/PB), com 13 km	R$ 11.000.000,00
Pavimentação da PB-327 (Entroncamento PB-325 - Mato Grosso/PB), com 8km	R$ 11.000.000,00
Pavimentação PB-200 (Serra Branca - Coxixola/PB), com 19 km	R$ 10.000.000,00
Pavimentação PB-200 (Entroncamento PB-148 - Parari/PB), com 10,5 km	R$ 10.000.000,00
Pavimentação PB-356/354 (Pedra Branca/PB - Nova Olinda/PB), com 13 km	R$ 9.000.000,00
Restauração da BR-121 (Esperança/PB - Entroncamento BR-230), com 35 km	R$ 9.000.000,00
Pavimentação PB-387 (Entroncamento PB-383 - Vieirópolis/PB), com 10 km	R$ 9.000.000,00
Pavimentação PB-246 (Desterro/PB - Cacimbas/PB), com 12 km	R$ 9.000.000,00
Pavimentação PB-094/082 (Natuba/PB - Umbuzeiro/PB), com 19 km	R$ 8.000.000,00
Pavimentação PB-248ento PB-250 - Amparo/PB), com 13 km	R$ 8.000.000,00
Pavimentação PB-157 (Entroncamento BR-230 - Olivedos/PB), com 14 km	R$ 8.000.000,00
Pavimentação PB-127 (Entroncamento BR-104 - Algodão de Jandaíra/PB), com 12 km	R$ 7.000.000,00
Pavimentação PB-081 (Logradouro/PB - Divisa PB/RN), com 15 km	R$ 7.000.000,00
Pavimentação PB-370 (Entroncamento PB-386 - Curral Velho/PB), com 15 km	R$ 7.000.000,00
Pavimentação da PB-411 (Bernadino Batista - Entroncamento BR-434), com 8 km	R$ 6.000.000,00
Rejuvenescimento PB-111 (Tacima/PB - Solânea/PB), com 51 km	R$ 6.000.000,00
Pavimentação PB-195 (Entroncamento PB-195 - Tenório/PB), com 10 km	R$ 6.000.000,00
Rejuvenescimento da PB-359 (Aparecida/PB - Divisa PB/RN), com 40 km	R$ 6.000.000,00
Restauração PB-115 (São José da Mata/PB - Montadas/PB), com 16 km	R$ 5.000.000,00
Restauração PB-066 (Iabaiana/PB - Juripiranga/PB), com 15 km	R$ 5.000.000,00
Pavimentação PB-196 (Entroncamento BR-104 - Riacho de Santo Antônio/PB), com 10 km	R$ 5.000.000,00
Rejuvenescimento da PB-391 (Sousa/PB - Uiraúna/PB), com 37 km	R$ 5.000.000,00
Restauração PB-077 (Cuitegi/PB - Pilões/PB), com 13 km	R$ 4.000.000,00
Rejuvenescimento PB-095 (Entroncamento BR-230 - Campina Grande/PB), com 43 km	R$ 4.000.000,00
Pavimentação PB-065 (Mataraca/PB - Barra de Camaratuba/PB), com 11 km	R$ 4.000.000,00
Pavimentação PB-107 (Entroncamento PB-105 - Casserengue/PB), com 10 km	R$ 4.000.000,00
Rejuvenescimento da PB-221 (Santa Luzia/PB - Divisa PB/RN), com 37 km	R$ 3.000.000,00
Pavimentação PB-132 (Entroncamento PB-102 - Gado Bravo/PB), com 3 km	R$ 2.000.000,00
Pavimentação PB-101 (Entroncamento PB-097 - Matinhas/PB), com 6 km	R$ 2.000.000,00
Rejuvenescimento PB-089 (Belém/PB - Logradouro/PB), com 14 km	R$ 2.000.000,00
Obras de balizamento noturno no Aeródromo de Cajazeiras	R$ 1.200.000,00
Recapeamento da pista do Aeródromo de Catolé do Rocha	R$ 700.000,00
Total Geral	**R$ 521.900.000,00**

Tabela nº 10 – distribuição de projetos associados a Microeixos Alimentadores

Macroeixos Alimentadores	Quantidade de Projetos	Soma de Investimentos (R$)
Rodoviários e Ferroviários	14	R$ 307.000.000,00
Total	**14**	**R$ 307.000.000,00**

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

Eixos	Microeixos Alimentadores (Rodoviários e Ferroviários)

Empreendimentos	Soma de Valor Investimento (R$)
Recuperação do trecho de 89 km da Ferrovia TLSA (Itabaiana/PB - Cabedelo/PB)	R$ 179.000.000,00
Alargamento e restauração da PB-044 (Entroncamento BR-101 - Entroncamento PB-008), com 14 km	R$ 17.000.000,00
Restauração da PB-325 (Entroncamento da BR-230 - Catolé do Rocha/PB)	R$ 17.000.000,00
Pavimentação de 11 km da PB-400 (Conceição/PB - Santa Inês/PB)	R$ 14.000.000,00
Pavimentação da PB-097 (Alagoa Nova/PB - Areia/PB), com 11km	R$ 13.000.000,00
Rejuvenescimento da PB-073 (Belém/PB - Divisa PB/RN), com 32 km	R$ 13.000.000,00
Pavimentação de 21 km da PB-293 (Entroncamento BR-230 - Vista Serrana/PB)	R$ 13.000.000,00
Restauração da PB-079 (Entroncamento BR-230 - Alagoa Grande/PB), com 23 km	R$ 11.000.000,00
Pavimentação de 27 km da PB-342 (Coremas/PB - Piancó/PB)	R$ 11.000.000,00
Pavimentação da PB-048 (Pilar/PB - Juripiranga/PB), com 13km	R$ 6.000.000,00
Rejuvenescimento da PB-004 (Bayeux/PB - Sapé/PB), com 40 km	R$ 5.000.000,00
Pavimentação da PB-082 (Entroncamento PB-048 - Itabaiana/PB), com 9km	R$ 4.000.000,00
Restauração da PB-079 (Alagoa Grande/PB - Areia/PB), com 16 km	R$ 3.000.000,00
Rejuvenescimento da PB-105 (Solânea/PB - Bananeiras/PB), com 9 km	R$ 1.000.000,00
Total Geral	**R$ 307.000.000,00**

26.8.18 Adicionalmente, foram estimados 13 novos projetos (sem qualquer das informações associadas aos 73 projetos anteriores), associados a Microeixos Integradores, correspondentes a trechos rodoviários de má qualidade ou com expectativa de mudança de fluxos, fatos que poderiam torna-los críticos para o futuro. Deixa-se de apresenta-los, por não haver qualquer informação associados.

26.8.19 Assim, o referido estudo estratégico do estado da Paraíba avaliou a utilização da infraestrutura de logística implantada e identificou os gargalos existentes, com o intuito de priorizar parte dos projetos acima apresentados, oportunidade em que foram leitos *23 empreendimentos prioritários* (com detalhamento ofertado no referido estudo), a seguir relacionados:

Tabela nº 11 – projetos priorizados pelo estado da Paraíba

Rótulos de Linha	Soma de Valor Investimento (R$)
Macroeixo Estratégico (Cabotagem)	**991.550.000,00**
Recuperação de trecho de 391 km da Ferrovia TLSA (Transnordestina), entre Santa Helena e Itabaiana	967.000.000,00
Recuperação do Terminal Ferroviário em Itabaiana	24.550.000,00
Macroeixo Estruturante Rodoviário (BR-230)	**795.000.000,00**
Duplicação da BR-230, entre Campina Grande/PB e Juazeirinho/PB (83 km)	420.000.000,00
Implantação de faixa adicional na BR-230 até o Porto de Cabedelo (trecho urbano)	345.000.000,00
Duplicação de 6,2 km da BR-230 no entorno de Campina Grande	30.000.000,00
Macroeixo Estratégico (Cabotagem) e Macroeixo Estruturante Rodoviário (BR-230)	**774.000.000,00**

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

Construção do Terminal de Múltiplo Uso (TMU) no Porto de Cabedelo	400.000.000,00
Recuperação e reforma do cais envolvente noo Porto de Cabedelo	200.000.000,00
Dragagem para 12 metros no Porto de Cabedelo	140.000.000,00
Ampliação e modernização do Porto de Cabedelo	34.000.000,00
Macroeixo Estruturante Rodoviário (BR-101)	**600.000.000,00**
Implantação de ligação ao Porto de Cabedelo na PB -025, entre o Entroncamento da BR -101 e Cabedelo/PB (Duplicação da PB-025, construção de trecho rodoviário e ponte).	600.000.000,00
Microeixos Alimentadores (Rodoviários e Ferroviários)	**275.000.000,00**
Recuperação do trecho de 89 km da Ferrovia TLSA (Itabaiana/PB - Cabedelo/PB)	179.000.000,00
Alargamento e restauração da PB-044 (Entroncamento BR-101 - Entroncamento PB-008), com 14 km	17.000.000,00
Pavimentação de 11 km da PB-400 (Conceição/PB - Santa Inês/PB)	14.000.000,00
Pavimentação da PB-097 (Alagoa Nova/PB - Areia/PB), com 11km	13.000.000,00
Rejuvenescimento da PB-073 (Belém/PB - Divisa PB/RN), com 32 km	13.000.000,00
Pavimentação de 21 km da PB-293 (Entroncamento BR-230 - Vista Serrana/PB)	13.000.000,00
Restauração da PB-079 (Entroncamento BR-230 - Alagoa Grande/PB), com 23 km	11.000.000,00
Pavimentação da PB-048 (Pilar/PB - Juripiranga/PB), com 13km	6.000.000,00
Rejuvenescimento da PB-004 (Bayeux/PB - Sapé/PB), com 40 km	5.000.000,00
Restauração da PB-079 (Alagoa Grande/PB - Areia/PB), com 16 km	3.000.000,00
Rejuvenescimento da PB-105 (Solânea/PB - Bananeiras/PB), com 9 km	1.000.000,00
Macroeixo Estruturante Rodoviário (BR-104)	**119.000.000,00**
Duplicação do trecho de 68 km da BR-104, entre Campina Grande e Divisa PB/PE	119.000.000,00
Microeixos Integradores Rodoviários	**97.000.000,00**
Restauração PB-148 (Cabaceiras/PB - Queimadas/PB) - continuação do Anel do Cariri, com 53 km	15.000.000,00
Pavimentação PB-138 (Campina Grande/PB - Distrito de Catolé de Boa Vista), com 18 km	14.000.000,00
Pavimentação PB-011 (Entroncamento BR-101 - Forte Velho/PB), com 22 km	13.000.000,00
Pavimentação PB-275 (Patos/PB - São José de Espinharas/PB), com 22 km	13.000.000,00
Pavimentação PB-382 (São José de Caiana/PB - Serra Grande/PB), com 13 km	11.000.000,00
Rejuvenescimento PB-111 (Tacima/PB - Solânea/PB), com 51 km	6.000.000,00
Rejuvenescimento da PB-359 (Aparecida/PB - Divisa PB/RN), com 40 km	6.000.000,00
Rejuvenescimento da PB-391 (Sousa/PB - Uiraúna/PB), com 37 km	5.000.000,00
Restauração PB-066 (Iabaiana/PB - Juripiranga/PB), com 15 km	5.000.000,00
Rejuvenescimento PB-095 (Entroncamento BR-230 - Campina Grande/PB), com 43 km	4.000.000,00
Rejuvenescimento da PB-221 (Santa Luzia/PB - Divisa PB/RN), com 37 km	3.000.000,00
Rejuvenescimento PB-089 (Belém/PB - Logradouro/PB), com 14 km	2.000.000,00
Macroeixo Estratégico Rodoviário (BR-110 : Mossoró/RN - Salvador/BA)	**15.500.000,00**
Pavimentação PB-313 (Brejo do Cruz/PB - São José do Brejo do Cruz/PB), com 23 km	15.500.000,00
Total Geral	**3.667.050.000,00**

26.8.20 Ao se analisar os mesmos empreendimentos, dessa feita pela fonte financiadora de recursos, consoante informações prestadas pelo estado da Paraíba, se tem o seguinte panorama:

Tabela nº 12 – projetos priorizados pelo estado da Paraíba e suas fontes de custeio

Fontes/Empreendimentos	Soma de Valor Investimento (R$)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

A ser definido	2.569.550.000,00
Macroeixo Estratégico (Cabotagem)	**991.550.000,00**
Recuperação de trecho de 391 km da Ferrovia TLSA (Transnordestina), entre Santa Helena e Itabaiana	967.000.000,00
Recuperação do Terminal Ferroviário em Itabaiana	24.550.000,00
Macroeixo Estruturante Rodoviário (BR-230)	**765.000.000,00**
Duplicação da BR-230, entre Campina Grande/PB e Juazeirinho/PB (83 km)	420.000.000,00
Implantação de faixa adicional na BR-230 até o Porto de Cabedelo (trecho urbano)	345.000.000,00
Macroeixo Estruturante Rodoviário (BR-101)	**600.000.000,00**
Implantação de ligação ao Porto de Cabedelo na PB -025, entre o Entroncamento da BR - 101 e Cabedelo/PB (Duplicação da PB-025, construção de trecho rodoviário e ponte).	600.000.000,00
Microeixos Alimentadores (Rodoviários e Ferroviários)	**179.000.000,00**
Recuperação do trecho de 89 km da Ferrovia TLSA (Itabaiana/PB - Cabedelo/PB)	179.000.000,00
Macroeixo Estratégico (Cabotagem) e Macroeixo Estruturante Rodoviário (BR-230)	**34.000.000,00**
Ampliação e modernização do Porto de Cabedelo	34.000.000,00
PAC2	889.000.000,00
Macroeixo Estratégico (Cabotagem) e Macroeixo Estruturante Rodoviário (BR-230)	**740.000.000,00**
Construção do Terminal de Múltiplo Uso (TMU) no Porto de Cabedelo	400.000.000,00
Recuperação e reforma do cais envolvente noo Porto de Cabedelo	200.000.000,00
Dragagem para 12 metros no Porto de Cabedelo	140.000.000,00
Macroeixo Estruturante Rodoviário (BR-104)	**119.000.000,00**
Duplicação do trecho de 68 km da BR-104, entre Campina Grande e Divisa PB/PE	119.000.000,00
Macroeixo Estruturante Rodoviário (BR-230)	**30.000.000,00**
Duplicação de 6,2 km da BR-230 no entorno de Campina Grande	30.000.000,00
BNDES	98.500.000,00
Microeixos Integradores Rodoviários	**49.000.000,00**
Restauração PB-148 (Cabaceiras/PB - Queimadas/PB) - continuação do Anel do Cariri, com 53 km	15.000.000,00
Pavimentação PB-011 (Entroncamento BR-101 - Forte Velho/PB), com 22 km	13.000.000,00
Rejuvenescimento da PB-359 (Aparecida/PB - Divisa PB/RN), com 40 km	6.000.000,00
Restauração PB-066 (Iabaiana/PB - Juripiranga/PB), com 15 km	5.000.000,00
Rejuvenescimento da PB-391 (Sousa/PB - Uiraúna/PB), com 37 km	5.000.000,00
Rejuvenescimento da PB-221 (Santa Luzia/PB - Divisa PB/RN), com 37 km	3.000.000,00
Rejuvenescimento PB-089 (Belém/PB - Logradouro/PB), com 14 km	2.000.000,00
Microeixos Alimentadores (Rodoviários e Ferroviários)	**34.000.000,00**
Alargamento e restauração da PB-044 (Entroncamento BR-101 - Entroncamento PB-008), com 14 km	17.000.000,00
Restauração da PB-079 (Entroncamento BR-230 - Alagoa Grande/PB), com 23 km	11.000.000,00
Rejuvenescimento da PB-004 (Bayeux/PB - Sapé/PB), com 40 km	5.000.000,00
Rejuvenescimento da PB-105 (Solânea/PB - Bananeiras/PB), com 9 km	1.000.000,00
Macroeixo Estratégico Rodoviário (BR-110 : Mossoró/RN - Salvador/BA)	**15.500.000,00**
Pavimentação PB-313 (Brejo do Cruz/PB - São José do Brejo do Cruz/PB), com 23 km	15.500.000,00
CAF (Confederação Andina de Fomento)	44.000.000,00
Microeixos Integradores Rodoviários	**25.000.000,00**
Pavimentação PB-138 (Campina Grande/PB - Distrito de Catolé de Boa Vista), com 18 km	14.000.000,00
Pavimentação PB-382 (São José de Caiana/PB - Serra Grande/PB), com 13 km	11.000.000,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

Microeixos Alimentadores (Rodoviários e Ferroviários)	**19.000.000,00**
Pavimentação de 21 km da PB-293 (Entroncamento BR-230 - Vista Serrana/PB)	13.000.000,00
Pavimentação da PB-048 (Pilar/PB - Juripiranga/PB), com 13km	6.000.000,00
BNDES/CAF	27.000.000,00
Microeixos Alimentadores (Rodoviários e Ferroviários)	**14.000.000,00**
Pavimentação de 11 km da PB-400 (Conceição/PB - Santa Inês/PB)	14.000.000,00
Microeixos Integradores Rodoviários	**13.000.000,00**
Pavimentação PB-275 (Patos/PB - São José de Espinharas/PB), com 22 km	13.000.000,00
Governo do Estado	26.000.000,00
Microeixos Alimentadores (Rodoviários e Ferroviários)	**16.000.000,00**
Pavimentação da PB-097 (Alagoa Nova/PB - Areia/PB), com 11km	13.000.000,00
Restauração da PB-079 (Alagoa Grande/PB - Areia/PB), com 16 km	3.000.000,00
Microeixos Integradores Rodoviários	**10.000.000,00**
Rejuvenescimento PB-111 (Tacima/PB - Solânea/PB), com 51 km	6.000.000,00
Rejuvenescimento PB-095 (Entroncamento BR-230 - Campina Grande/PB), com 43 km	4.000.000,00
Governo do Estado/BNDES	13.000.000,00
Microeixos Alimentadores (Rodoviários e Ferroviários)	**13.000.000,00**
Rejuvenescimento da PB-073 (Belém/PB - Divisa PB/RN), com 32 km	13.000.000,00
Total Geral	**3.667.050.000,00**

26.8.21 Ou seja, pelo próprio estudo ofertado pelo estado da Paraíba, caberia (de forma declarada) à União o financiamento de empreendimentos da ordem de R$ 890 milhões e que se mostram essenciais ao desenvolvimento econômico do estado.

26.8.22 No entanto, ao se analisar o montante de recursos associados a empreendimentos estratégicos, porém sem fonte de custeio declarada ("a definir"), observa-se serem empreendimentos de elevados custos e de importância estratégica nacional, sendo naturalmente de interesse de mais de uma unidade da federação, cabendo seu custeio naturalmente à União.

26.8.23 Dessa feita, residiria à União a maior parcela de custeio de obras que garantiriam a alavancagem do desenvolvimento do estado da Paraíba, cifra próxima a R$ 3,4 bilhões, a preços de setembro/2013 (última atualização apontada pelo estudo), o que representaria 94% de todos os valores a serem aplicados nos empreendimentos admitidos como prioritário para o estado.

26.8.24 Tal constatação demonstra forte dependência do desenvolvimento do estado da Paraíba de recursos oriundos do Governo Federal, para que empreendimentos estruturantes na área de Micrologística de Transporte de Carga sejam viabilizados, com o propósito de alavancar o desenvolvimento econômico do estado.

26.9 MÓDULO 2 – Desenvolvimento Industrial

26.9.1 O referido relatório, no tocante ao Módulo 2, que trata do *Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial (PDI) do Estado da Paraíba*, teve por objetivo permitir identificar que atividades econômicas desenvolvidas no estado da Paraíba deveriam ser priorizadas, com o intuito de perseguir-se os seguintes objetivos estratégico

26.9.1.1 levantar a situação atual das cadeias produtivas paraibanas;

26.9.1.2 avaliar o potencial de beneficiamento dos produtos das cadeias produtivas identificadas anteriormente;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

26.9.1.3 avaliar o grau de sofisticação necessária no beneficiamento desses produtos;

26.9.1.4 avaliar os investimentos necessários, empregos e tributos gerados efetivos para cada produto;

26.9.1.5 realizar estudo de mercado de cada produto, tanto no Brasil quanto no exterior, identificando demandas e os locais dessas demandas;

26.9.1.6 avaliar a melhor localização logística e tributária para a instalação dessas indústrias de transformação/beneficiamento;

26.9.1.7 definir as capacitações a serem desenvolvidas e o pacote de incentivos necessários; e

26.9.1.8 priorizar os produtos-chaves a serem incentivados a se instalar no estado da Paraíba.

26.9.2 Dada a complexidade do tema e a diversidade dos estudos implementados, o presente relatório se limitou em apresentar as conclusões finais ofertadas por aquele grupo de estudo, como se segue.

26.9.3 Segundo o estudo em comento, teriam sido identificados 26 produtos de destaque na Paraíba e nos municípios fronteiriços, com base no volume de produção e exportação, das taxas históricas de produção e exportação e dos projetos de investimento previstos.

26.9.4 A referida seleção dos produtos foi validada a partir de visitas técnicas em órgãos e autarquias do governo, bem como junto a empresas dos setores identificados, motivo pelo qual o presente relatório não se arvorou a questionar critérios/estudos e/ou conclusões que levaram à identificação dos produtos e/ou setores da economia local que deveriam ser priorizados pelo estado da Paraíba, em seu intento de alavancar o seu desenvolvimento industrial, premissa inicial deste Tópico.

26.9.5 Os 26 produtos de destaque foram consolidados em 14 cadeias produtivas, sendo as mesmas avaliadas, no que tange ao seu potencial de geração de empregos, tributos, atração de investimentos, grau de sofisticação – agregação de valor ao produto final – do beneficiamento, grau de consolidação existente, além do potencial de produção no estado e mercado local.

26.9.6 Ao final do referido processo, chegou-se a 6 cadeias selecionadas, como sendo aquelas com maior potencial de verticalização, quais sejam: Calcário, Cerâmica, Eletroeletrônicos (TIC), Químicos (Fármacos), Rochas Ornamentais, Veículos e Autopeças.

26.9.7 Adicionalmente, foram identificados subprodutos destas 6 cadeias produtivas, destacando-se 11 produtos de maior relevância, passando o referido estudo a apresentar considerações mais detalhadas. São eles: pré-moldados de cimento, louças brancas, pisos e azulejos, insumos hospitalares, remédios, cosméticos, chapa bruta de rochas ornamentais, softwares, tablets, vidros e revestimentos para automóveis.

26.9.8 Em síntese, o referido estudo indica que o estado da Paraíba demanda produtos de elevado valor agregado e para isso precisará se tornar referência na formação de mão de obra para essas indústrias.

26.9.9 De posse da relação dos 11 produtos de maior potencial de verticalização na Paraíba, procedeu-se ao estudo detalhado do mercado dos referidos produtos, contemplando:

26.9.9.1 identificação do potencial de mercado – demanda e sua localização;

26.9.9.2 localização das respectivas plantas produtivas e principais players atuando no setor;

26.9.9.3 Análise SWOT de cada produto-chave;

26.9.9.4 determinação dos fatores-chaves de sucesso para o desenvolvimento do beneficiamento destas produtos; e

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

26.9.9.5 determinação da infraestrutura logística necessária para a sua implantação (produtos), incluindo a melhor localização para sua instalação.

26.9.10 Concomitantemente, foram analisados 8 fatores de atratividade de cada indústria: número de empregados diretos e indiretos, renda média dos empregados, geração de alto mix de produtos, facilidade para se conseguir os insumos necessários na Paraíba, demanda de consumo na região, concorrência com estados vizinhos, concorrência com ouros polos industriais e valor agregado do produto produzido.

26.9.11 Ao final, dos 11 produtos selecionados, em face dos 8 fatores de atratividade supramencionados, restaram como mais significantes os 5 produtos a seguir enunciados: pré-moldados de cimento, louças brancas, pisos e azulejos, softwares e tecidos para revestimento de automóveis.

26.9.12 Passa-se às observações ofertadas para cada um dos 5 produtos a serem priorizados pelo estado da Paraíba.

26.9.13 No que tange à indústria de pré-moldados, foi articulado o seguinte:

26.9.13.1 trata-se de indústria em crescimento, com demanda de consumo na região; oferece mix de produtos, tendo facilidade de aquisição e/ou oferta de insumos (notadamente cimento) no estado, possuindo baixa concorrência como os estados vizinho;

26.9.13.2 não obstante, necessita que o Governo do Estado facilite linhas de incentivos para atrair novas empresas, redução de custos logísticos; aproximação estratégica com governos vizinhos para a manutenção de rodovias, carecendo de estudos para ampliação do Porto de Cabedelo e reforma de ferrovias.

26.9.14 No que tange à indústria de louças brancas, pisos e azulejos, foi articulado o seguinte:

26.9.14.1 a indústria de louças brancas, pisos e azulejos são complementares, podendo uma mesma planta produzir pelo menos 2 (dois) desses produtos;

26.9.14.2 apresenta crescimento consistente há anos;

26.9.14.3 apresenta oferta de insumos na região, oferecendo mix de produtos, com baixa concorrência de estados vizinhos;

26.9.14.4 não obstante, necessita que o Governo do Estado facilite linhas de incentivos, com o intuito de reduzir o custo de gás-GLP (maior custo de produção), necessitando de linhas de incentivos para atrair novas empresas;

26.9.14.5 carece de linhas de incentivos para redução do custo logístico, necessitando ainda de programa de capacitação de mão de obra para formação e retenção, sendo ainda reivindicada a ampliação do Porto de Cabedelo.

26.9.15 No que tange à indústria de softwares, foi articulado o seguinte:

26.9.15.1 crescimento dessa indústria, possuindo alto valor agregado e demanda de consumo na região;

26.9.15.2 oferece mix de produtos, com a característica de possuir oferta de seu principal insumo no estado – recursos humanos;

26.9.15.3 proporciona renda média mais elevada para os seus funcionários;

26.9.15.4 não obstante, necessita que os Governos do Estado e da União atuem no sentido de aumentar o número de profissionais da área (mediante maior oferta de vagas nos cursos

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

universitários), sendo outro problema a retenção desses profissionais na região, tornando assim atrativo o estado em receber investimentos e P&D das grandes empresas; e

26.9.15.5 carece o estado de programas de atração destinados à instalação de novas empresas.

26.9.16 No que tange à indústria de tecidos para revestimentos de automóveis, foi articulado o seguinte:

26.9.16.1 possui crescimento notável e demanda crescente de consumo na região, oferecendo mix de produtos;

26.9.16.2 possui oferta de insumos (indústria têxtil) na paraíba;

26.9.16.3 possui pouca concorrência com estados vizinhos;

26.9.16.3 gera grande volume de empregos diretos e indiretos;

26.9.16.4 não obstante, carece de linhas de incentivos para redução do custo logístico, necessitando ainda de programa de capacitação de mão de obra para formação e retenção, além de cursos de especialização e intercâmbio de profissionais do exterior;

26.9.16.5 ponto relevante foi a identificação de salutar investimento no parque produtivo de autopeças em geral, para atender demanda da montadora FIAT.

26.9.17 Por derradeiro, o referido estudo demonstrou que o estado da Paraíba pode ampliar seu grau de representatividade na economia brasileira, mediante a concessão de incentivos à produção para atender às indústrias da construção civil (pré-moldados, louça branca e azulejos), autopeças e tecnologia (softwares), por meio da verticalização de suas indústrias.

26.9.18 Não obstante, ressalta a importância dos setores calçadistas, de têxteis e sucroalcooleiro, por se mostrarem bem consolidados e com alta visibilidade no cenário nacional, propondo a mantença dos incentivos ora ofertados a tais setores.

26.9.19 Outrossim, o propósito do referido trabalho foi o de oferecer novas atividades econômicas que, com aquelas já consolidadas no estado, pudessem alavancar o crescimento da Paraíba.

26.10 MÓDULO 5 – Desenvolvimento do Capital Humano

26.10.1 O referido documento trata da oferta e demanda projetada de mão de obra qualificada no estado, incluindo as seguintes informações:

26.10.1.1 panorama do trabalho e educação nas 23 microrregiões paraibanas – divisão utilizada pelo IBGE;

26.10.1.2 projeção do mercado formal de trabalho em cada microrregião, até 2023, por atividade econômica e nível de qualificação; e

26.10.1.3 análise e recomendações para que a educação básica e a educação profissionalizante suportem a demanda projetada por mão de obra qualificada no estado da Paraíba.

26.10.2 No que tange ao *panorama do trabalho*, mais especificamente quanto à projeção da pirâmide etária da Paraíba, destaca-se a situação a ser observada na próxima década, ocasião em que o estado contará com o dobro de habitantes em idade de trabalho versus estudantes e aposentados em 2023.

26.10.3 Informação contida no documento em apreço e que causa espécie diz respeito à precariedade dos postos de trabalho ofertados pelas pequenas empresas na Paraíba: esses estabelecimentos não seriam grandes empregadores formais no estado, respondendo apenas por 30% dos postos formais, enquanto as empresas de médio e grande porte responderiam por 56% do total de empregos formais ofertados no estado.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

26.10.4 No tocante à criação de empregos formais, entre 2002 a 2012, o setor público deixou de ser o maior criador de novos empregos, cabendo aos setores serviços, comércio e construção civil a hegemonia na criação de novos empregos.

26.10.5 Adicionalmente, o referido documento apontou os 9 principais grupos de ocupações no estado, respondendo por 50% dos empregos formais de 2011, chegando à conclusão de que à exceção da ocupação de professor de nível superior da educação infantil e fundamental – correspondente a 5% dos empregos formais existentes – todas as demais ocupações exigiriam apenas a formação básica de nível profissionalizante ou sem nenhuma qualificação. Assim, o referido documento orienta que o *foco da formação de mão de obra deveria ser voltada à qualificação básica (formação inicial e continuada), uma vez que, àquela época, representaria 65% do volume total de empregos formais no estado*.

26.10.6 A seguir, passou-se à caracterização de cada Microrregião do estado da Paraíba, como se segue:

26.10.6.1 a consolidação dos indicadores da *Microrregião de Catolé do Rocha* apontou para um dos menores índices de emprego formal, só recebendo atendimento de educação profissional por meio das unidades móveis do Sistema S;

26.10.6.2 a consolidação dos indicadores da *Microrregião de Cajazeiras* apontou maior índice de empregos formais, contando com 7 instituições de ensino superior privadas e 2 unidades públicas, elevando o contingente de universitários na microrregião;

26.10.6.3 a consolidação dos indicadores da *Microrregião de Sousa* apontou baixa adesão ao ensino médio, não obstante houvesse a concentração de 8 instituições de educação profissionalizante;

26.10.6.4 a consolidação dos indicadores da *Microrregião de Patos* apontou melhores indicadores de permanência no ensino médio e contaria com unidades de 3 entidades do Sistema S e IFPB, além de atrair estudantes universitários de outras Microrregiões;

26.10.6.5 a consolidação dos indicadores da *Microrregião de Piancó* apontou ser a quinta menor população dentre as Microrregiões do estado, com baixo nível de trabalho formal e nenhuma instituição de ensino profissional;

26.10.6.6 a consolidação dos indicadores da *Microrregião de Itaporanga* teria maior grau de formalidade nos empregos do que Piancó, porém igualmente não dispõe de infraestrutura profissionalizante;

26.10.6.7 a consolidação dos indicadores da *Microrregião de Serra do Teixeira* estaria entre as Microrregiões do estado com a menor População Economicamente Ativa (PEA), resultando em baixos índices relacionados com a profissionalização dessa mão de obra;

26.10.6.8 a consolidação dos indicadores da *Microrregião do Seridó Ocidental* estaria entre as 9 regiões com maior ingresso e permanência no ensino médio do estado;

26.10.6.9 a consolidação dos indicadores da *Microrregião do Seridó Oriental* presentou baixo nível de emprego formal e ensino superior bem embrionário na região;

26.10.6.10 a consolidação dos indicadores da *Microrregião do Cariri Ocidental* teria um dos menores índices de emprego formal, porém a formação profissionalizante e superior estaria em ascensão, à época da elaboração dos estudos em comento;

26.10.6.11 a consolidação dos indicadores da *Microrregião do Cariri Oriental* teria apresentado o segundo pior índice de empregos formais, sendo ainda uma das 9 regiões sem oferta de ensino profissionalizante;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

26.10.6.12 a consolidação dos indicadores da *Microrregião do Curumataú Ocidental* teria oferta de ensino superior, mas nenhuma de formação profissional;

26.10.6.13 a consolidação dos indicadores da *Microrregião do Curumataí Oriental* apresentaria baixo índice de empregos formais e elevado abandono do ensino médio, possuindo oferta de ensino profissionalizante;

26.10.6.14 a consolidação dos indicadores da *Microrregião de Esperança* apontou que essa seria uma da 9 regiões sem qualquer oferta de ensino profissionalizante no estado da Paraíba;

26.10.6.15 a consolidação dos indicadores da *Microrregião do Brejo* apontou que a população dessa região possuiria elevado índice de pessoas inscritas em cursos superiores, quando comparada com a população de estudantes do ensino médio;

26.10.6.16 a consolidação dos indicadores da *Microrregião de Guarabira* identificou ser essa uma das regiões com a melhor adesão e permanência no ensino médio e uma rica oferta de ensino profissionalizante;

26.10.6.17 a consolidação dos indicadores da *Microrregião de Campina Grande* identificou ser essa a segunda maior rede de ensino do estado, drenando estudantes de outras regiões, possuindo população universitária superior à população de estudantes do ensino médio;

26.10.6.18 a consolidação dos indicadores da *Microrregião de Itabaiana* identificou ser essa uma das 9 regiões do estado sem qualquer oferta de ensino profissionalizante;

26.10.6.19 a consolidação dos indicadores da *Microrregião de Umbuzeiro* apontou ser essa uma das 11 regiões que apresentariam uma ou nenhuma oferta de ensino profissionalizante;

26.10.6.20 a consolidação dos indicadores da *Microrregião do Litoral Norte* apontou ser essa uma região em que há ampla oferta de cursos de ensino superior e profissionalizante, não obstante possuir baixos índices de ingresso e permanência no ensino médio;

26.10.6.21 a consolidação dos indicadores da *Microrregião de Sapé* apontou ser uma das 11 regiões do estado com uma ou nenhuma entidade de ensino profissionalizante no estado;

26.10.6.22 a consolidação dos indicadores da *Microrregião de João Pessoa* apontou ser essa região a líder da PEA (População Economicamente Ativa) total e formal e a melhor rede de formação profissionalizante no estado; e

26.10.6.23 a consolidação dos indicadores da *Microrregião do Litoral Sul* indicou que a região não possuiria estrutura de entidades profissionalizantes compatível com sua PEA.

26.10.7 Segundo o estudo em análise, nos próximos 10 anos, mantido o crescimento do PIB do estado – muito superior ao crescimento da população – haveria aumento significativo de renda, acarretando impacto na demanda por comércio, serviços e construção civil.

26.10.8 Como consequência, nos próximos 10 anos haveria criação de aproximadamente 550 mil postos de trabalho formal na Paraíba. Não obstante, o perfil de qualificação da população não seria substancialmente alterado, havendo grande demanda por formação profissionalizante, no mesmo período.

26.10.9 Consoante o referido estudo, dado o crescimento da renda, o setor de construção civil atingiria determinado patamar de importância a ponto de superar a indústria no emprego da PEA, passando a ocupar o terceiro lugar em empregabilidade, ficando atrás apenas do Comércio e da Administração Pública.

26.10.10 Em tese, em face da priorização aplicada às 14 principais cadeias produtivas do estado – como sugerido no Módulo 2 do referido estudo, haveria demanda de mão de obra na Microrregiões elas se fizessem presentes. Segundo o referido documento, o setor calçadista

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

continuaria sendo o responsável pela geração de 33% dos empregos formais, seguido pelo setor de cimento (10%), fios e tecidos (6%) e produção agrícola do abacaxi e coco verde (5,8% e 3,3%, respectivamente), totalizando 58,1% da oferta de empregos criados entre 2012 a 2023.

26.10.11 Desse total, 70% dos novos postos de trabalhos estariam concentrados em 5 Microrregiões, quais sejam: João Pessoa, Campina Grande, Sousa, Cajazeiras e Litoral Norte.

26.10.12 Após traçar o prognóstico das possíveis demandas a serem observadas em todas as Microrregiões do estado da Paraíba, entre 2012 a 2023, centradas principalmente nos setores de serviços, comércio e construção civil, o mesmo passou ao diagnóstico da situação atual de formação formal e profissionalizante da população, asseverando que 92% dos ingressantes no mercado de trabalho (algo em torno de 85 mil pessoas/ano) não possuiriam formação superior, sendo que destes cerca de 20 mil ingressariam no mercado de trabalho sem qualquer qualificação profissional.

26.10.13 Importante destacar que o referido diagnóstico apontou como fator que poderia influenciar negativamente o desenvolvimento profissional da PAE no estado o elevado índice de abandono dos estudos por alunos do ensino médio, uma vez que o número de concludentes do ensino médio da Paraíba representaria cerca 20% de alunos matriculados no ensino fundamental, 11 anos antes (dados de 2012). O referido estudo teria computado em suas análises os alunos matriculados tanto nos cursos regulares quanto nos cursos do EJA (Ensino de Jovens e Adultos).

26.10.14 O mencionado estudo trouxe ainda outras informações relevantes, como se segue:

26.10.14.1 as Microrregiões do Litoral Sul, Itabaiana e Umbuzeiro combinariam baixo ingresso com alto índice de abandono no ensino médio;

26.10.14.2 a Microrregião de Patos teria os melhores índices do estado – alto índice de ingresso e baixo índice de evasão do ensino médio;

26.10.14.3 menos de 2% dos alunos do ensino fundamental buscariam formação técnica, não obstante 15 novas escolas técnicas estaduais possuírem capacidade de oferta de 3,5 mil novas vagas, algo em torno de 2% dos estudantes do ensino médio do estado;

26.10.14.4 escolas técnicas privadas seriam uma boa opção para o aumento e diversificação da oferta de ensino profissionalizante, até por ofertar rapidamente acesso mais rápido às mencionadas vagas, alternativa mais vantajosa do que a construção de novas unidades pelo estado;

26.10.14.5 em 11 Microrregiões, do total de 23, há apenas uma ou nenhuma unidade de ensino profissionalizante;

26.10.14.6 há destaque no nível de Formação Inicial e Continuada (FIC) profissionalizante para o Sistema S, respondendo por 65% dos cursos destinada à formação profissional;

26.10.14.7 no que tange à formação técnico-profissional de nível médio, merece destaque a atuação da rede pública estadual, em particular na área de magistério;

26.10.14.8 segundo projeções ofertadas no mencionado estudo do Governo do Estado da Paraíba, haveria déficit de mão de obra qualificada de 92 mil trabalhadores, entre 2017 a 2023; e

26.10.14.9 dessa feita, a principal proposta de alavancar a população dos concludentes do ensino médio seria melhorar o rendimento do ensino médio do estado, mediante a redução na taxa de abandono, bem como ampliando o ensino básico de jovens e adultos.

IV. AVALIAÇÃO DE ORÇAMENTOS (UNIÃO E ESTADO DA PARAÍBA)

27. *Da metodologia e corte temático adotados para o presente trabalho*

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

27.1 No presente Tópico, o foco estará centrado em se identificar o volume de recursos alocados em programas e ações de governo, que por sua vez encontram-se vinculadas a funções e subfunções de governo, com o desiderato de fomentar a superação dos desafios identificados nos Tópicos anterior e que, em tese, viabilizarão o desenvolvimento do estado da Paraíba.

27.1 De plano, cabe as seguintes observações, inicialmente aventadas na introdução do presente trabalho e que diziam respeito aos riscos da consecução de trabalho de tamanha envergadura.

27.2 Como incialmente suscitado, durante as pesquisas destinadas em identificar os diversos orçamentos das três esferas de governo destinadas aos empreendimentos e/ou atividades associadas aos desafios de desenvolvimento da Paraíba, percebeu-se, a uma, a ausência de dados acerca dos orçamentos municipais, de maneira a permitir de que forma tais entes estariam alinhados com a alocação de recursos financeiros destinados à superação dos indigitados desafios de desenvolvimento.

27.3 A duas, ainda que existente dados supostamente associados aos mencionados orçamentos, colhidos junto ao Sistema SAGRES (http://portal.tce.pb.gov.br/dados-abertos-do-sagres-tcepb/), administrado pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE/PB) e que concentrariam dados informados pelos gestores mirins da Paraíba, de natureza meramente declaratória, tais informações mostraram-se incompatíveis com outras depositadas em sítios oficiais do Governo Federal, como no exemplo de orçamentos e registros contábeis de estados e municípios, (http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/), disponível no sítio do Tesouro Nacional.

27.3.1 Por esse fato, restou prejudicada a captura e análise dessa gama de dados, para o propósito do presente trabalho.

27.4 A três, as dificuldades apresentadas para as Administrações Públicas Mirins, localizadas no estado da Paraíba, igualmente se fizeram presentes para a Administração Pública do Estado daquela unidade da federação, motivo pelo qual também não se envidaram esforços demasiados nesse desiderato, sob pena de se realizar desforço além das capacidades operacionais desta Unidade Técnica, sem o correspondente ganho de informações nas análises futuras.

27.5 Portanto, restou como fonte de dados destinadas às análises propostas na Matriz de Planejamento proposta para o presente trabalho os sistemas administrados pela União e que guardam informações associadas às transferências de recursos federais destinadas ao Estado e Municípios da Paraíba.

27.6 Assim, restou como principal fonte de dados destinados às análises ora esposadas o sítio do *Portal da Transparência*, mais especificamente associado às transferências voluntárias realizadas pela União a municípios (http://transparencia.gov.br/downloads/mensal.asp?c=Transferencias), ressaltando que a extração e consolidação dos dados coletados se deram por meio de script criado em ambiente R, utilizando-se ambiente Excel como repositório dos dados compilados para o estado da Paraíba e análises subsequentes, no período compreendido entre os exercícios de 2011 a 2014.

27.7 A escolha em comento teve o propósito tanto propiciar a reprodução dos procedimentos executados nesse momento, para a consecução do presente trabalho, porém em momento futuro, para acompanhamento sistêmico a ser implementado por essa Unidade Técnica, quando da elaboração dos planejamentos operacional e tático dos exercícios vindouros; quanto realizar análise sistêmica dos dispêndios federais, realizados de forma voluntária, com a consecução de empreendimentos e ações executadas no estado da Paraíba, avaliando por conseguinte se os mesmos atendem ao desiderato de superar os desafios de desenvolvimento dessa unidade federativa. Apesar de limitada, a análise trará, pelo menos, o corte relativo de

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

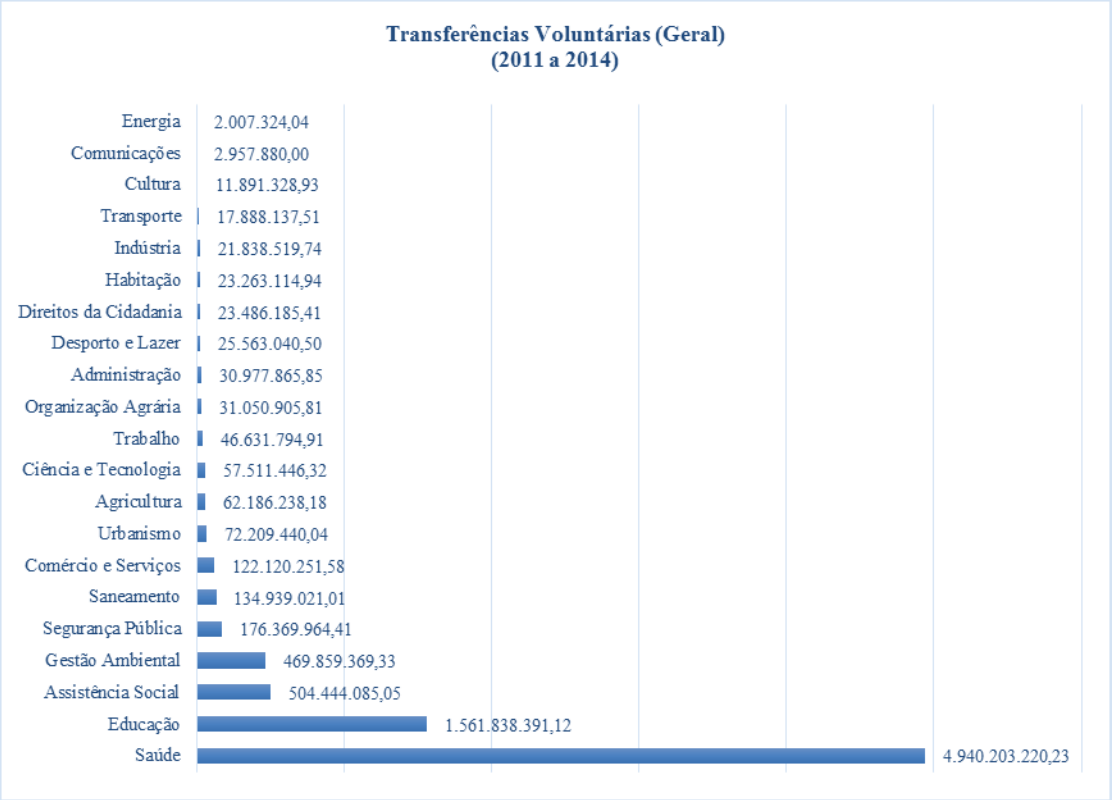
parcela dos recursos federais empregados na Paraíba, possibilitando a sua compatibilidade com os desafios identificados.

27.8 Passa-se às constatações identificadas, como se segue.

28. *Visão Macro das transferências voluntárias da União para os municípios localizados no estado da Paraíba*

28.1 Consoante dados compilados do sítio do *Portal da Transparência*, foi possível chegar às conclusões gerais, a seguir ofertadas.

28.2 ao se analisar as transferências voluntárias realizadas para entes federados mirins e/ou pessoas jurídicas públicas e privadas, todos localizados na Paraíba, entre 2011 a 2014, foi possível identificar a seguinte distribuição consolidada no gráfico abaixo:



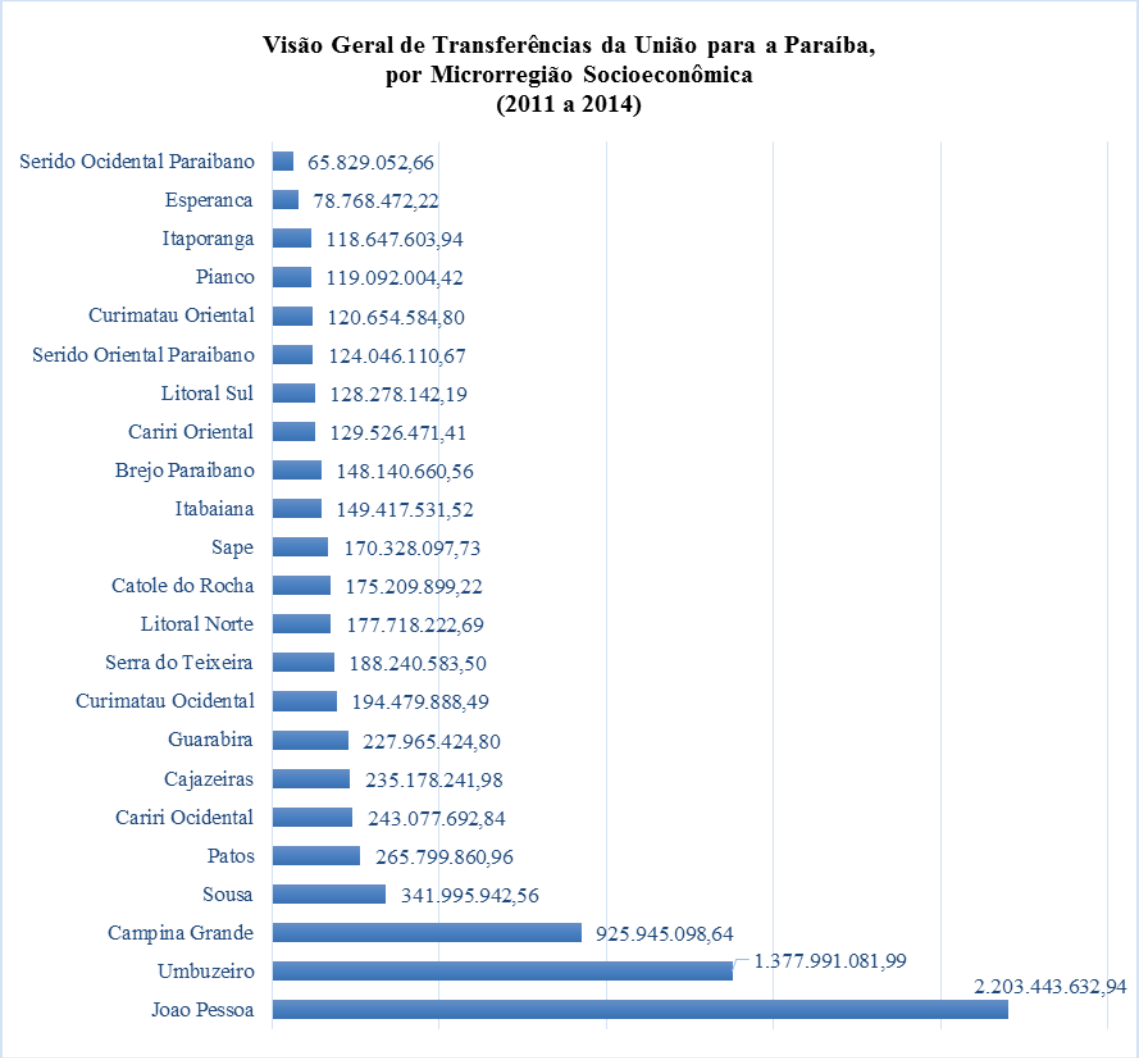
28.3 Se considerarmos apenas as transferências voluntárias que somadas, no período de interesse (entre 2011 a 2014), superaram a cifra de R$ 100 milhões, teríamos como foco de análise as funções abaixo relacionadas, em face dos montantes dispendidos pela União:

Tabela 13: distribuição de recursos por funções de governo (2011 a 12014)

Função de Governo	Soma (entre 2011 a 2014)
Saúde	4.940.203.220,23
Educação	1.561.838.391,12
Assistência Social	504.444.085,05
Gestão Ambiental	469.859.369,33
Segurança Pública	176.369.964,41
Saneamento	134.939.021,01
Comércio e Serviços	122.120.251,58
Total	**7.909.774.302,73**

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

28.4 Quando se analisa a distribuição dos dispêndios acima elencados, pelas funções de governo contempladas com mais de R$ 100 milhões no período de interesse, dessa feita por cada uma das Microrregiões Socioeconômicas da Paraíba, observou-se o seguinte gráfico:



28.5 Passa-se à análise de cada função, identificando-se as subfunções, programas e ações a elas vinculadas.

28.5.1 Entendemos que, das funções elencadas no item 28.3 do presente relatório, teriam maior relevância as funções *Saúde*¸ *Educação, Assistência Social*, *Gestão Ambiental, Segurança Pública, Saneamento e Comércio e Serviços*, que passarão a serem melhor detalhadas nos itens seguintes.

28.6 *Função Saúde*

28.6.1 O gráfico acostado às Peça 49 e 50 trazem a distribuição dos recursos transferidos a municípios paraibanos, entre 2011 a 2014, apresentando as principais subfunções e programas agraciados com recursos federais, na Paraíba.

28.6.2 Pode-se constatar a distribuição de recursos federais pelos programas e/ou ações associadas às subfunções inerentes à função SAÚDE, entre 2011 a 2014 na Paraíba, como se segue:

Nome.Funcao	Saúde

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

Soma de Valor.Parcela	Ano				
Subfunção/Programas	2011	2012	2013	2014	Total Geral
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	**564.930.021,10**	**644.698.092,67**	**634.224.727,00**	**695.277.763,03**	**2.539.130.603,80**
Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)		623.075.046,07	611.568.347,00	690.563.681,03	1.925.207.074,10
Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada	559.881.389,99	21.438.046,60	22.656.380,00	3.939.200,00	607.915.016,59
Gestão da Política de Saúde	2.840.000,00				2.840.000,00
Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	1.532.993,41				1.532.993,41
Atenção Especializada em Saúde				774.882,00	774.882,00
Atenção à Saúde da População em Situações de Urgências, Violências e outras Causas Externas	575.637,70				575.637,70
Promoção da Capacidade Resolutiva e da Humanização na Atenção à Saúde	100.000,00	185.000,00			285.000,00
Atenção Básica	**395.819.023,11**	**459.485.595,01**	**462.539.577,45**	**531.992.443,08**	**1.849.836.638,65**
Aperfeiçoamento do Sistema Unico de Saúde (SUS)		426.134.676,52	455.032.910,77	526.061.776,42	1.407.229.363,71
Atenção Básica em Saúde	395.759.223,11	33.313.928,49	7.506.666,68	5.930.666,66	442.510.484,94
Promoção da Capacidade Resolutiva e da Humanização na Atenção à Saúde	59.800,00				59.800,00
Brasil Quilombola		36.990,00			36.990,00
Saneamento Básico Urbano	**59.751.112,64**	**58.904.541,30**	**31.706.821,50**	**18.991.232,12**	**169.353.707,56**
Serviços Urbanos de Água e Esgoto	51.331.131,65	40.609.434,93	23.145.722,76	8.056.810,04	123.143.099,38
Integração de Bacias Hidrográficas	8.159.980,99	8.858.977,08	3.489.100,00	1.547.019,01	22.055.077,08
Saneamento Básico		6.987.056,29	4.302.101,74	9.312.403,07	20.601.561,10
Resíduos Sólidos Urbanos	260.000,00	2.449.073,00	769.897,00	75.000,00	3.553.970,00
Vigilância Epidemiológica	**25.756.191,75**	**30.898.525,66**	**42.528.970,63**	**37.920.698,03**	**137.104.386,07**
Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)		29.851.013,66	42.528.970,63	37.220.698,03	109.600.682,32
Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	25.756.191,75	1.047.512,00		700.000,00	27.503.703,75
Suporte Profilático e Terapêutico	**37.922.837,13**	**31.482.876,97**	**34.210.139,61**	**31.637.840,20**	**135.253.693,91**
Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)		31.286.676,97	32.960.139,61	30.504.050,35	94.750.866,93
Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos	36.993.289,13				36.993.289,13
Desenvolvimento Produtivo			1.250.000,00	568.000,00	1.818.000,00
Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde	489.500,00			565.789,85	1.055.289,85
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados	440.048,00	196.200,00			636.248,00
Saneamento Básico Rural	**14.775.101,73**	**28.301.754,72**	**14.555.442,50**	**10.216.286,55**	**67.848.585,50**
Saneamento Rural	14.745.101,73	24.656.542,00	10.600.761,67	6.203.872,73	56.206.278,13
Saneamento Básico		3.585.219,24	3.954.680,83	3.452.413,82	10.992.313,89
Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)				560.000,00	560.000,00
Saneamento Básico	30.000,00	59.993,48			89.993,48
Vigilância Sanitária	**3.973.131,34**	**3.659.673,45**	**4.058.093,98**	**7.899.508,44**	**19.590.407,21**
Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)		3.598.717,18	4.058.093,98	7.899.508,44	15.556.319,60
Vigilância e Prevenção de Riscos Decorrentes da Produção e do Consumo de Bens e Serviços	3.973.131,34	60.956,27			4.034.087,61
Formação de Recursos Humanos	**2.349.365,46**	**1.978.245,80**	**702.965,16**	**382.160,00**	**5.412.736,42**
Aperfeiçoamento do Trabalho e da Educação na Saúde	2.349.365,46	1.978.245,80	473.098,50		4.800.709,76
Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)			229.866,66	382.160,00	612.026,66
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	**1.030.823,09**	**445.775,05**	**1.524.021,46**	**200.000,00**	**3.200.619,60**
Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)			1.524.021,46	200.000,00	1.724.021,46
Gestão da Política de Saúde	1.030.823,09	310.135,05			1.340.958,14
Implementação da Política de Promoção da		135.640,00			135.640,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

Saúde					
Ensino Superior		**1.384.772,06**	**1.502.383,03**	**100.000,00**	**2.987.155,09**
Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)			1.502.383,03		1.502.383,03
Aperfeiçoamento do Trabalho e da Educação na Saúde		1.384.772,06		100.000,00	1.484.772,06
Alimentação e Nutrição	**175.000,00**	**1.507.000,00**	**250.000,00**	**968.500,00**	**2.900.500,00**
Segurança Alimentar e Nutricional		553.000,00	250.000,00	908.000,00	1.711.000,00
Atenção Básica em Saúde	175.000,00	954.000,00			1.129.000,00
Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)				60.500,00	60.500,00
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia				**2.880.000,00**	**2.880.000,00**
Desenvolvimento Produtivo				2.880.000,00	2.880.000,00
Administração Geral	**50.000,00**	**502.687,50**	**1.991.503,96**		**2.544.191,46**
Aperfeiçoamento do Sistema Unico de Saúde (SUS)			1.776.066,46		1.776.066,46
Gestão da Política de Saúde		502.687,50	215.437,50		718.125,00
Aperfeiçoamento do Trabalho e da Educação na Saúde	50.000,00				50.000,00
Planejamento e Orçamento	**778.650,00**	**588.105,00**			**1.366.755,00**
Gestão da Política de Saúde	778.650,00	588.105,00			1.366.755,00
Desenvolvimento Científico			**400.000,00**		**400.000,00**
Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)			400.000,00		400.000,00
Preservação e Conservação Ambiental				**139.500,00**	**139.500,00**
Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)				139.500,00	139.500,00
Controle Interno	**44.176,91**	**61.055,65**			**105.232,56**
Gestão da Política de Saúde	44.176,91	61.055,65			105.232,56
Outros Encargos Especiais	**86.716,64**				**86.716,64**
Atenção Especializada em Saúde	86.716,64				86.716,64
Assistência aos Povos Indígenas		**61.790,76**			**61.790,76**
Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas		61.790,76			61.790,76
Total Geral	**1.107.442.150,90**	**1.263.960.491,60**	**1.230.194.646,28**	**1.338.605.931,45**	**4.940.203.220,23**

28.6.3 Ressalta-se a alocação de recursos no período de interesse, como maior relevância, nas subfunções *Assistência Hospitalar e Ambulatorial*, *Atenção Básica* e *Saneamento Básico Urbano*. As respectivas ações, para cada programa associado às sub funções de interesse, se encontram elencadas na Peça 50.

28.7 *Função Educação*

28.7.1 Pode-se constatar a distribuição de recursos federais pelos programas e/ou ações associadas às subfunções inerentes à função EDUCAÇÃO, entre 2011 a 2014 na Paraíba, como se segue:

Nome.Funcao	Educação

Soma de Valor.Parcela		**Ano**				
Nome.Sub.Funcao	**Nome.Programa**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**Total Geral**
Transferências para Educação Básica		**101.608.360,35**	**167.191.621,92**	**268.544.583,88**	**229.340.064,63**	**766.684.630,78**
	Educação Básica		144.484.561,25	267.135.882,49	228.530.075,73	640.150.519,47
	Brasil Escolarizado	62.889.319,88	1.259.481,99			64.148.801,87

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

	Qualidade na Escola	38.719.040,47	21.447.578,68	1.408.701,39	809.988,90	62.385.309,44
Alimentação e Nutrição		**58.342.716,00**	**73.276.634,00**	**79.051.286,00**	**82.940.860,16**	**293.611.496,16**
	Educação Básica		73.276.634,00	79.051.286,00	82.940.860,16	235.268.780,16
	Brasil Escolarizado	58.342.716,00				58.342.716,00
Educação de Jovens e Adultos		**9.672.737,38**	**52.085.561,01**	**35.171.938,89**	**33.523.114,64**	**130.453.351,92**
	Educação Básica		51.238.132,51	35.171.938,89	33.523.114,64	119.933.186,04
	Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos	9.672.737,38	847.428,50			10.520.165,88
Educação Infantil		**10.575.138,34**	**42.802.549,77**	**29.055.254,89**	**22.761.122,14**	**105.194.065,14**
	Educação Básica		24.000.364,37	25.672.533,00	22.761.122,14	72.434.019,51
	Qualidade na Escola	10.575.138,34	18.802.185,40	3.382.721,89		32.760.045,63
Educação Básica				**33.658.447,01**	**71.325.064,82**	**104.983.511,83**
	Educação Básica			33.658.447,01	71.325.064,82	104.983.511,83
DESCRIÇÃO PENDENTE DE DEFINIÇÃO			**74.045.087,43**			**74.045.087,43**
	Educação Básica		74.045.087,43			74.045.087,43
Ensino Profissional		**122,00**	**28.841.930,21**	**14.856.861,37**	**11.136.800,21**	**54.835.713,79**
	Educação Profissional e Tecnológica		22.378.290,10	14.856.861,37	11.136.800,21	48.371.951,68
	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	122,00	6.463.640,11			6.463.762,11
Desporto Comunitário		**2.781.509,29**	**7.274.331,75**	**886.460,85**	**764.352,46**	**11.706.654,35**
	Qualidade na Escola	2.781.509,29	7.274.331,75	886.460,85	764.352,46	11.706.654,35
Ensino Superior		**710.582,00**	**1.104.357,38**	**3.246.960,00**	**4.246.560,00**	**9.308.459,38**
	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão		904.357,38	3.246.960,00	4.246.560,00	8.397.877,38
	Brasil Universitário	200.000,00	200.000,00			400.000,00
	Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica	287.980,00				287.980,00
	Educação para a Diversidade e Cidadania	148.352,00				148.352,00
	Qualidade na Escola	74.250,00				74.250,00
Ensino Fundamental			**6.237.000,00**			**6.237.000,00**
	Brasil Escolarizado		6.237.000,00			6.237.000,00
Desenvolvimento Científico		**496.399,00**	**484.000,00**	**521.500,00**		**1.501.899,00**
	Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica	496.399,00	484.000,00			980.399,00
	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão			521.500,00		521.500,00
Formação de Recursos Humanos		**7.147,44**	**1.430.460,98**			**1.437.608,42**
	Brasil Escolarizado		1.430.460,98			1.430.460,98
	Qualidade na Escola	7.147,44				7.147,44
Educação Especial		**713.017,80**	**78.507,00**	**121.886,00**		**913.410,80**
	Desenvolvimento da Educação Especial	713.017,80	78.507,00	121.886,00		913.410,80

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

Administração Geral		**58.276,24**	**203.175,84**	**389.125,07**	**186.529,61**	**837.106,76**
	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação		203.175,84	389.125,07	186.529,61	778.830,52
	Qualidade na Escola	58.276,24				58.276,24
Ensino Médio		**88.395,36**				**88.395,36**
	Estatísticas e Avaliações Educacionais	88.395,36				88.395,36
Total Geral		**185.054.401,20**	**455.055.217,29**	**465.504.303,96**	**456.224.468,67**	**1.561.838.391,12**

28.7.2 Ressalta-se a alocação de recursos no período de interesse, como maior relevância, nas subfunções *Transferência para a Educação Básica*, *Alimentação e Nutrição* e *Educação de Jovens e Adultos, Educação Infantil e Educação Básica*. As respectivas ações, para cada programa associado às sub funções de interesse, se encontram elencadas na Peça 50.

28.8 *Função Assistência Social*

28.8.1 Pode-se constatar a distribuição de recursos federais pelos programas e/ou ações associadas às subfunções inerentes à função ASSISTÊNCIA SOCIAL, entre 2011 a 2014 na Paraíba, como se segue:

Nome.Funcao	Assistência Social

Soma de Valor.Parcela		**Ano**				
Nome.Sub.Funcao	**Nome.Programa**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**Total Geral**
Assistência Comunitária		**39.601.669,96**	**74.768.108,67**	**84.649.855,79**	**80.684.942,01**	**279.704.576,43**
	Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)		56.704.379,99	65.721.165,14	64.165.550,62	186.591.095,75
	Bolsa Família		15.248.418,48	15.844.250,73	16.225.391,39	47.318.060,60
	Proteção Social Básica	19.909.561,08	367.334,90			20.276.895,98
	Transferência de Renda com Condicionalidades - Bolsa Família	11.682.380,20	1.368.689,22			13.051.069,42
	Proteção Social Especial	6.599.728,68	213.000,00	230.000,00		7.042.728,68
	Segurança Alimentar e Nutricional			2.854.439,92	294.000,00	3.148.439,92
	Acesso à Alimentação	1.110.000,00	666.286,08			1.776.286,08
	Economia Solidária em Desenvolvimento	300.000,00	200.000,00			500.000,00
Alimentação e Nutrição		**34.483.459,09**	**20.630.851,18**	**301.847,51**	**11.214.367,14**	**66.630.524,92**
	Acesso à Alimentação	34.483.459,09	2.924.988,83			37.408.447,92
	Segurança Alimentar e Nutricional		17.705.862,35	301.847,51	11.214.367,14	29.222.077,00
Assistência à Criança e ao Adolescente		**35.793.980,50**	**17.722.397,50**	**12.195.000,00**		**65.711.378,00**
	Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes		17.680.000,00	12.195.000,00		29.875.000,00
	Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem	17.417.080,50	42.397,50			17.459.478,00
	Erradicação do Trabalho Infantil	16.674.500,00				16.674.500,00
	Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	1.084.200,00				1.084.200,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei - Pró-SINASE	618.200,00				618.200,00
Saneamento Básico Rural			**28.950.920,00**	**12.950.920,00**	**12.948.873,37**	**54.850.713,37**
	Segurança Alimentar e Nutricional		28.950.920,00	12.950.920,00	12.948.873,37	54.850.713,37
Educação Infantil			**2.530.485,44**	**6.515.332,02**	**25.435.922,76**	**34.481.740,22**
	Educação Básica		2.530.485,44	6.515.332,02	25.435.922,76	34.481.740,22
Fomento ao Trabalho		**297.940,70**	**1.561.752,70**	**524.191,87**		**2.383.885,27**
	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária		1.561.752,70			1.561.752,70
	Trabalho, Emprego e Renda			524.191,87		524.191,87
	Economia Solidária em Desenvolvimento	297.940,70				297.940,70
Administração Geral		**519.306,84**				**519.306,84**
	Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	519.306,84				519.306,84
Assistência ao Idoso		**100.000,00**				**100.000,00**
	Proteção Social ao Idoso	100.000,00				100.000,00
Normatização e Fiscalização			**3.400,00**	**14.320,00**	**44.240,00**	**61.960,00**
	Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)		3.400,00	14.320,00	44.240,00	61.960,00
Total Geral		**110.796.357,09**	**146.167.915,49**	**117.151.467,19**	**130.328.345,28**	**504.444.085,05**

28.8.2 Ressalta-se a alocação de recursos no período de interesse, como maior relevância, nas subfunções *Assistência Comunitária, Alimentação e Nutrição, Assitência à Criança e Adolescente e Saneamento Básico Rural*. As respectivas ações, para cada programa associado às sub funções de interesse, se encontram elencadas na Peça 50.

28.9 *Função Gestão Ambiental*

28.9.1 Pode-se constatar a distribuição de recursos federais pelos programas e/ou ações associadas às subfunções inerentes à função GESTÃO AMBIENTAL, entre 2011 a 2014 na Paraíba, como se segue:

Nome.Funcao	Gestão Ambiental

Soma de Valor.Parcela		**Ano**				
Nome.Sub.Funcao	**Nome.Programa**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**Total Geral**
Recursos Hídricos		**6.071.567,02**	**74.047.872,48**	**266.804.090,86**	**122.045.835,81**	**468.969.366,17**
	Oferta de Água			254.769.695,62	107.176.605,95	361.946.301,57
	Integração de Bacias Hidrográficas		47.358.382,86		0,01	47.358.382,87

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

	Segurança Alimentar e Nutricional		16.584.984,84	4.411.466,05	11.969.229,85	32.965.680,74
	Infra-Estrutura Hídrica	5.991.567,02	10.104.504,78	5.625.933,19	2.150.000,00	23.872.004,99
	Conservação e Gestão de Recursos Hídricos			1.996.996,00	750.000,00	2.746.996,00
	Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	80.000,00				80.000,00
Preservação e Conservação Ambiental		**395.753,16**		**494.250,00**		**890.003,16**
	Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios			494.250,00		494.250,00
	Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	395.753,16				395.753,16
Total Geral		**6.467.320,18**	**74.047.872,48**	**267.298.340,86**	**122.045.835,81**	**469.859.369,33**

28.9.2 Ressalta-se a alocação de recursos no período de interesse, como maior relevância, nas subfunções *Recursos Hídricos e Preservação e Conservação Ambiental*. As respectivas ações, para cada programa associado às sub funções de interesse, se encontram elencadas na Peça 50.

28.10 *Função Segurança Pública*

28.10.1 Pode-se constatar a distribuição de recursos federais pelos programas e/ou ações associadas às subfunções inerentes à função SEGURANÇA PÚBLICA, entre 2011 a 2014 na Paraíba, como se segue:

Nome.Funcao	Segurança Pública

Soma de Valor.Parcela		**Ano**				
Nome.Sub.Funcao	**Nome.Programa**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**Total Geral**
Defesa Civil		**10.210.416,66**	**35.000.462,53**	**67.019.447,91**	**12.908.951,51**	**125.139.278,61**
	Gestão de Riscos e Resposta a Desastres		22.539.473,75	63.962.434,66	12.908.951,51	99.410.859,92
	Prevenção e Preparação para Desastres	4.660.416,66	8.665.581,89	3.057.013,25		16.383.011,80
	Resposta aos Desastres e Reconstrução	5.550.000,00	3.795.406,89			9.345.406,89
Policiamento			**6.518.224,93**	**43.459.292,95**		**49.977.517,88**
	Segurança Pública com Cidadania		6.518.224,93	43.459.292,95		49.977.517,88
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		**1.003.167,92**				**1.003.167,92**
	Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI	1.003.167,92				1.003.167,92
Informação e Inteligência			**250.000,00**			**250.000,00**
	Segurança Pública com Cidadania		250.000,00			250.000,00
Total Geral		**11.213.584,58**	**41.768.687,46**	**110.478.740,86**	**12.908.951,51**	**176.369.964,41**

28.10.2 Ressalta-se a alocação de recursos no período de interesse, como maior relevância, nas subfunções *Defesa Civil e Policiamento*. As respectivas ações, para cada programa associado às sub funções de interesse, se encontram elencadas na Peça 50.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

28.11 *Função Saneamento*

28.11.1 Pode-se constatar a distribuição de recursos federais pelos programas e/ou ações associadas à subfunção inerente à função SANEAMENTO, entre 2011 a 2014 na Paraíba, como se segue:

Nome.Funcao	Saneamento

Soma de Valor.Parcela		Ano				
Nome.Sub.Funcao	**Nome.Programa**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**Total Geral**
Saneamento Básico Urbano		**44.115.561,41**	**53.793.874,30**	**15.571.010,98**	**21.458.574,32**	**134.939.021,01**
	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	21.217.952,55	19.662.586,97	9.477.969,99	8.704.243,24	59.062.752,75
	Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários	22.868.774,83	4.219.362,45			27.088.137,28
	Saneamento Básico		9.357.457,68	1.416.316,43	12.324.509,26	23.098.283,37
	Gestão de Riscos e Resposta a Desastres		16.926.717,20	4.389.129,16		21.315.846,36
	Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial		3.207.939,43			3.207.939,43
	Fortalecimento da Gestão Urbana	1.710,00	226.589,24	229.886,55	209.550,75	667.736,54
	Integração de Bacias Hidrográficas		193.221,33	57.708,85	220.271,07	471.201,25
	Resíduos Sólidos Urbanos	27.124,03				27.124,03
Total Geral		**44.115.561,41**	**53.793.874,30**	**15.571.010,98**	**21.458.574,32**	**134.939.021,01**

28.11.2 Importante ressaltar que na Função SAÚDE foi identificada a subfunção *Saneamento Básico Urbano*, que a priori trataria do mesmo objeto da única subfunção relacionada à presente função. Ou seja, ao total, a subfunção *Saneamento Básico Urbano* teria sido contemplada com o montante total de R$ 304.292.728,57 para o período de interesse (de 2011 a 2014), não obstante as ações possuam nomenclaturas diferentes.

28.11.3 Ressalta-se as respectivas ações, para cada programa associado à subfunção de interesse, se encontram elencadas na Peça 50.

28.12 *Função Comércio e Serviços*

28.12.1 Pode-se constatar a distribuição de recursos federais pelos programas e/ou ações associadas às subfunções inerentes à função COMÉRCIO E SERVIÇOS, entre 2011 a 2014 na Paraíba, como se segue:

Nome.Funcao	Comércio e Serviços

Soma de Valor.Parcela		Ano				
Nome.Sub.Funcao	**Nome.Programa**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**Total Geral**
Turismo		**18.939.103,41**	**39.402.475,48**	**28.675.240,12**	**34.849.632,57**	**121.866.451,58**
	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão	18.614.485,41	38.480.998,04	12.983.820,77	6.476.618,38	76.555.922,60
	Turismo		921.477,44	15.691.419,35	28.373.014,19	44.985.910,98
	Brasil: Destino Turístico Internacional	324.618,00				324.618,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

Comunicação Social		**220.800,00**				**220.800,00**
	Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	220.800,00				220.800,00
Tecnologia da Informação		**16.500,00**				**16.500,00**
	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão	16.500,00				16.500,00
Normatização e Fiscalização		**16.500,00**				**16.500,00**
	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão	16.500,00				16.500,00
Total Geral		**19.192.903,41**	**39.402.475,48**	**28.675.240,12**	**34.849.632,57**	**122.120.251,58**

28.12.2 Ressalta-se a alocação de recursos no período de interesse, como maior relevância, na subfunção *Turismo*. As respectivas ações, para cada programa associado às sub funções de interesse, se encontram elencadas na Peça 50.

29. *Da execução das despesas pelo Estado da Paraíba*

29.1 No que tange ao orçamento do Estado da Paraíba, para o mesmo período de interesse (de 2011 a 2014), foi possível extrair dados do sistema SIAFIWEB (http://transparencia.pb.gov.br/despesas/consulta-despesa), referentes às funções de governo, consubstanciada na seguinte planilha, ano a ano:

CODIGO	DESCRICAO	2011	2012	2013	2014	Total Geral
12	EDUCACAO	1.355.897.850,69	1.580.084.690,87	1.676.272.545,10	1.903.098.558,96	6.515.353.645,62
9	PREVIDENCIA SOCIAL	926.224.534,53	1.012.339.803,69	1.101.316.725,66	1.193.980.730,64	4.233.861.794,52
10	SAUDE	916.791.712,16	1.000.618.015,92	1.096.659.502,58	1.198.033.666,49	4.212.102.897,15
6	SEGURANCA PUBLICA	742.024.908,60	848.179.212,21	950.383.739,13	958.583.249,04	3.499.171.108,98
4	ADMINISTRACAO	447.493.738,44	528.323.664,95	554.100.927,57	799.414.124,33	2.329.332.455,29
2	JUDICIARIA	375.277.097,90	548.566.077,21	584.784.615,39	671.143.990,33	2.179.771.780,83
28	ENCARGOS ESPECIAIS	479.398.586,35	589.258.541,11	550.598.886,70	466.887.315,41	2.086.143.329,57
1	LEGISLATIVA	259.132.746,90	294.110.053,47	303.340.968,48	324.097.997,09	1.180.681.765,94
26	TRANSPORTE	177.722.391,06	229.677.348,63	291.466.006,88	291.705.227,93	990.570.974,50
3	ESSENCIAL A JUSTICA	181.947.028,18	201.667.900,91	222.130.237,05	248.932.881,26	854.678.047,40
8	ASSISTENCIA SOCIAL	149.982.118,55	152.201.220,78	211.719.985,35	219.865.980,33	733.769.305,01
20	AGRICULTURA	153.209.008,62	173.532.016,89	194.150.609,06	206.659.593,86	727.551.228,43
18	GESTAO AMBIENTAL	16.733.575,53	38.217.863,64	288.958.134,33	257.986.470,35	601.896.043,85
15	URBANISMO	64.639.596,61	103.767.075,14	134.181.748,27	170.863.355,04	473.451.775,06
14	DIREITOS DA CIDADANIA	72.765.446,26	100.826.379,38	124.288.950,69	132.642.998,71	430.523.775,04
17	SANEAMENTO	52.908.524,98	60.556.897,44	112.235.974,28	104.913.939,66	330.615.336,36
24	COMUNICACOES	26.510.911,09	58.652.768,12	65.979.070,64	54.151.563,37	205.294.313,22
16	HABITACAO	29.748.227,38	38.727.328,11	54.688.598,74	59.135.254,95	182.299.409,18
19	CIENCIA E TECNOLOGIA	15.282.931,75	32.806.669,71	23.994.977,55	28.205.150,20	100.289.729,21
11	TRABALHO	1.582.639,83	33.301.249,49	23.658.343,94	38.706.238,29	97.248.471,55
22	INDUSTRIA	20.092.658,44	18.957.864,16	21.863.076,78	29.714.497,42	90.628.096,80
23	COMERCIO E SERVICOS	17.379.757,56	21.399.242,63	19.838.482,22	25.498.136,86	84.115.619,27
13	CULTURA	7.236.881,25	11.168.243,12	14.874.856,74	13.867.606,14	47.147.587,25
21	ORGANIZACAO AGRARIA	9.759.150,10	10.219.037,47	9.595.686,77	9.607.216,53	39.181.090,87
27	DESPORTO E LAZER	2.064.473,39	2.655.402,45	3.898.510,10	4.565.508,22	13.183.894,16

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

25	ENERGIA	2.244.918,56	2.371.089,46	2.286.754,60	2.052.134,34	8.954.896,96
Total Geral		**6.504.051.414,71**	**7.692.185.656,96**	**8.637.267.914,60**	**9.414.313.385,75**	**32.247.818.372,02**

29.2 Percebe-se que as quatro principais funções de governo agraciadas com recursos estaduais, no período de interesse e por materialidade (ordem decrescente), seriam *EDUCAÇÃO, PREVIDÊNCIA SOCIAL, SAÚDE, SEGURANÇA PÚBLICA*.

29.3 A constatação evidencia parcial simetria entra as principais funções de governo agraciadas com recursos federais, junto a municípios paraibanos.

29.4 Análise mais detalhada dos dispêndios promovidos pelo Estado, em subfunções, programas e atividades das funções de governo ficaram prejudicadas, em face da precariedade das necessárias vinculações desses dados com os valores associados àquelas funções de governo, atividade que exigiria mais esforço operacional da equipe responsável pelo presente trabalho, infelizmente formada por apenas um único Auditor de Controle Externo.

V. CONCLUSÃO: RESPOSTAS ÀS QUESTÕES DE AUDITORIA

30. No presente Tópico, em face das constatações relatadas nos Tópicos anteriores, busca-se responder às questões de auditoria propostas na Matriz de Planejamento, ofertando, quando pertinente, os entraves e/ou situações que prejudicaram as análises idealizadas naquele documento.

30.1 *Questão I - Qual o panorama atual do Estado da Paraíba?*

30.1.1 O tema foi tratado no Tópico II do presente relatório, oportunidade em que foram apresentados dados históricos da formação do estado, bem como dados geopolíticos, de sua hidrografia, relevo, vegetação e divisão em Mesorregiões, Microrregiões e Municípios, adotando-se o critério de Microrregiões como aquele utilizado para a exposição dos principais considerações e indicadores apurados em diversas fontes de informações, no presente trabalho. Impende destacar que o critério de Microrregiões foi escolhido como a referência das análises apresentadas, por força da identificação de estudo estratégico elaborado pelo Governo do Estado da Paraíba, que adotou o mesmo critério geopolítico em suas análises e proposições.

30.1.2 Assim, foi possível identificar como um dos principais desafios a serem superados pelo estado as questões decorrentes das condições climáticas existentes no território daquela unidade da federação, qual seja, a de que boa parte de seu território e, por consequência, de sua população se encontrar localizada no Semiárido Nordestino, registrando-se que 170 municípios dos 223 existentes se localizam na suscitada região, assolada pela escassez de água, e contando com contingente de 2.181.609 habitantes, o que corresponde a 55% de sua população submetida à condições extremas de carência de água. Tais condições adversas impactam negativamente boa parte dos demais indicadores de desenvolvimento desse território inóspito, como restou evidenciado em Tópicos específicos do presente trabalho.

30.1.3 Outrossim, o restante da população concentrar-se-ia fundamentalmente em aglomerados urbanos, em particular nos Municípios de *João Pessoa*, com 791.438 habitantes; *Campina Grande*, com 405.072 habitantes; *Santa Rita*, com 134.940 habitantes; *Patos*, com 106.314 habitantes; *Bayeux*, com 96.140 habitantes; *Sousa* com 68.822 habitantes; Cabedelo: 65.634 habitantes; *Cajazeiras*, com 61.431 habitantes e *Guarabira*, com 58.162 habitantes. Esse aglomerados urbanos demandariam, por si sóis, gama de serviços associados aos problemas de grandes e médios centros urbanos, tais coo serviços de saúde, educação, segurança pública e assistência social, por exemplo.

30.1.4 Adicionalmente, foi possível identificar a tendência de urbanização, ora mais intensa, ora menos intensa, em praticamente todas as Microrregiões Socioeconômicas do estado,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

evidenciando a crescente demanda por serviços próprios de áreas urbanas, ainda que em menor dimensão, primordialmente àqueles associados ao saneamento básico – implantação de sistemas de oferta e/ou armazenamento de água, de esgotamento sanitário e de coleta/tratamento de resíduos sólidos.

30.1.5 Concomitantemente ao aumento da demanda por serviços públicos próprios de áreas urbanas, observo-se a propensão em se verificar problemas próprios de grandes centros em cidades de porte médio, principalmente aquele associado ao crescimento da violência, exigindo políticas públicas associadas à segurança pública.

30.1.6 Acerca da distribuição de renda e geração de riquezas (PIB) observadas nas diversas Microrregiões da Paraíba, foi possível identificar concentração da renda em parcela diminuta da população paraibana, não obstante haver tendência de redução das desigualdades sociais, porém em gradiente muito modesto, resultado da grande diferença na produção de riquezas entre as Microrregiões Socioeconômicas da Paraíba, concentrada nas Microrregiões de João Pessoa e Campina Grande, regiões cujas atividades econômicas se mostram mais significativas do estado.

30.1.7 Atrelada à concentração de renda e geração de riquezas demasiadamente desigual entre as Microrregiões, ressalta-se a desigualdade do nível educacional das populações de cada Microrregião, com destaque favorável nas Microrregiões mais ricas do estado (João Pessoa e Campina Grande), em detrimento de Microrregiões onde os índices atrelados ao nível educacional da população economicamente ativa mostrou-se extremamente baixo, fator intimamente ligado à sua baixa participação na formação do PIB do estado.

30.1.8 Importante destaque deve ser dado ao nível educacional da população economicamente ativa da Paraíba: a grande massa de pessoas economicamente ativa possuem ensino fundamental ou estaria em seus últimos anos, em contraste com o reduzido percentual de pessoas concludentes do ensino médio, sem falar no reduzidíssimo percentual de pessoas com formação universitária residindo no estado. Tal constatação evidencia a necessidade premente em se promover políticas públicas destinadas ao incremento do nível educacional da população paraibana, medida sem a qual o desenvolvimento do estado estará seriamente comprometido. Mais uma vez, as exceções recaíram sobre as duas maiores Microrregiões de João Pessoa e Campina Grande. Ressalta-se ainda que não foi escopo do presente trabalho aferir a qualidade da formação educacional da população paraibana.

30.1.9 Importante dado acerca do desenvolvimento humano identificado na presente questão de auditoria diz respeito ao estado da saúde da população paraibana. Foi identificada redução da taxa de mortalidade infantil, não obstante os indicadores de cada Microrregião Socioeconômica da Paraíba superarem a média brasileira e os limites impostos pela OMS. Ademais, observou-se discrepâncias grandes entre as Microrregiões do próprio estado, indicando haver a necessidade de homogeneização desses índices, mediante políticas públicas direcionadas àqueles municípios, em sua maioria localizados nas regiões de maior pobreza, imposta por questões climáticas (região do Semiárido).

30.1.10 Ademais, pôde-se perceber que o número de nascimentos apresentou tendência de redução, bem como foi identificada forte tendência de envelhecimento da população paraibana, exigindo políticas públicas adequadas a esse novo perfil populacional, destinada a essa nova realidade, com impactos significativos no perfil de profissionais da área de saúde e políticas públicas direcionadas à terceira idade.

30.1.11 Ainda no que tange à saúde da população paraibana, ressalta-se a necessidade de maior atenção com a questão de saneamento básico, quadro preocupante e observado em quase todas as Microrregiões Socioeconômicas da Paraíba, mormente no que tange à oferta de sistema

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

de coleta e tratamento de esgoto, serviço esse que impacta sobremaneira a qualidade da saúde do cidadão paraibano.

30.1.12 Considerando ainda a existência de informações resultantes de diagnóstico elaborado pelo Governo do Estado da Paraíba, intitulado *"Eixos Integrados de Desenvolvimento da Paraíba – Uma Visão Estratégica para o Estado"*, entende-se que a questão em comento foi plenamente exaurida, trazendo panorama detalhado da situação do estado da Paraíba.

30.1.13 Naquele documento, restaram evidenciadas as principais obras de infraestrutura necessárias ao desenvolvimento do estado, sendo que as de maior materialidade deverão ser custeadas pela União, demonstrando o elevado grau de dependência econômica da Paraíba quanto aos volumes de investimentos e/ou transferências de recursos federais que lhes serão destinados no futuro.

30.1.14 Importante ressaltar que residiria à União a maior parcela de custeio de obras que garantiriam a alavancagem do desenvolvimento do estado da Paraíba, cifra próxima a R$ 3,4 bilhões, a preços de setembro/2013 (última atualização apontada pelo estudo), o que representaria 94% de todos os valores a serem aplicados nos empreendimentos admitidos como prioritário para o estado.

30.1.15 Ademais, o referido estudo demonstrou que o estado da Paraíba pode ampliar seu grau de representatividade na economia brasileira, mediante a concessão de incentivos à produção para atender às indústrias da construção civil (pré-moldados, louça branca e azulejos), autopeças e tecnologia (softwares), por meio da verticalização de suas indústrias, bem como deverá manter aquecido outros setores, tais como o setor calçadistas, de têxteis e sucroalcooleiro, por se mostrarem bem consolidados e com alta visibilidade no cenário nacional, propondo a mantença dos incentivos ora ofertados a tais setores.

30.1.16 o referido trabalho trouxe ainda o panorama desejado de qual qualificação de mão de obra o Estado da paraíba deseja possuir para o futuro. De plano, o panorama da realidade atual não diferiu daquele diagnosticado no Tópico II do presente trabalho, não obstante as soluções ofertadas e/ou projeções de qualificação da mão de obra almejadas apenas atender aos setores hoje instalados no estado, sem se preocupar com o real desenvolvimento sustentável da população paraibana. Essa limitação, se implementada da forma como projetada, apenas atenderá à demanda por qualificação tenra da força de trabalho, submetida a baixos salários, o que comprometeria a economia regional.

30.1.17 Ademais, baixos níveis educacionais da população economicamente ativa inviabilizará a agregação de valor aos produtos desenvolvidos e fabricados no estado, mediante a implantação de centros de produção de alta tecnologia, por exemplo, em face do apagão intelectual dessa massa trabalhadora, não tornando atrativa a instalação desse tipo de empreendimento no estado. Essa observação merece destaque, uma vez que a posição de maior empregador foi transferida do Setor Público para a iniciativa privada, exigindo do Governo do Estado da Paraíba a implementação de políticas públicas que torne a instalação de empresas no estado mais atrativa, o que não se limita na concessão de isenções fiscais.

30.1.18 Importante destacar que o referido diagnóstico apontou como fator que poderia influenciar negativamente o desenvolvimento profissional da PAE no estado o elevado índice de abandono dos estudos por alunos do ensino médio, uma vez que o número de concludentes do ensino médio da Paraíba representaria cerca 20% de alunos matriculados no ensino fundamental, 11 anos antes (dados de 2012). O referido estudo teria computado em suas análises os alunos matriculados tanto nos cursos regulares quanto nos cursos do EJA (Ensino de Jovens e Adultos).

30.1.19 Outro desafio identificado tanto pelo documento elaborado pelo Governo do Estado da Paraíba (sem que qualquer proposta de enfrentamento fosse ofertada), quanto pelo

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

levantamento elaborado pela equipe de fiscalização diz respeito ao elevado nível de precarização do trabalho no estado da Paraíba, representado pelo elevado percentual de emprego da mão de obra trabalhadora sem que lhe sejam garantidos pelo menos o mínimo de direitos trabalhistas e previdenciários, problema que, em futuro não tão distante, resultará em encargo nefasto aos cofres da Assistência Social, mediante a elevação de benefícios assistenciais continuados a pessoas que nunca contribuíram para o Regime Geral de Previdência.

30.1.20 Não obstante, como ponto desfavorável a conclusões mais acuradas e atualizadas sobre o estado, ressalta-se o fato das bases de dados encontradas trazerem informações desatualizadas dos municípios daquele estado, uma vez que basicamente a série histórica das análises ora esposadas fundaram-se em dados coletados e tratados até 2010 (Base de dados do PNUD).

30.1.21 Diante do exposto, entende-se que, ainda que incompleta a abordagem das características do estado da Paraíba, foi possível identificar o estado de situação vivido por esse ente federado, dentro dos recortes propostos.

30.2 *Questão II - Quais os principais desafios para o Estado da Paraíba alavancar seu desenvolvimento sustentável?*

30.2.1 O tema foi tratado no Tópico III do presente relatório, oportunidade em que foram esmiuçados dois trabalhos de fôlego, o primeiro idealizado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), intitulado "*Estudos Prospectivos sobre o Desenvolvimento do Nordeste do Brasil*", tendo como horizonte o ano de 2022; e o segundo, da lavra do Governo do Estado da Paraíba, intitulado "*Eixos Integrados de Desenvolvimento da Paraíba – Uma Visão Estratégica para o Estado*".

30.2.2 Ao se conjugar as principais informações de ambos trabalhos, foi possível identificar, de forma mais clara, quais os principais desafios inerentes ao desenvolvimento do estado, ressaltando que o primeiro documento voltou-se ao desenvolvimento sustentável e fundado em uma visão holística dos principais desafios a serem enfrentados pela tanto pela Região Nordeste quanto pelos estados que nela se encontram; ao passo que o segundo documento, elaborado pelo Governo do Estado da Paraíba manteve visão mais tradicional, focando o desenvolvimento do estado essencialmente no seu desenvolvimento econômico.

30.2.3 Assim, a complementariedade de cada estudo, suscintamente relatado naquele Tópico III, possibilitou identificar, de forma clara os desafios e propostas de superação para cada uma das principais funções de governo, em particular para a saúde, educação, assistência social e infraestrutura, próprias para o estado da Paraíba. Como mencionado, os dados coletados no Tópico II tiveram como referência as Microrregiões Socioeconômicas do estado, mesmo parâmetro usado pelo estudo estratégico elaborado pelo Governo do Estado da Paraíba, facilitando as análises ali esposadas.

30.2.4 Evitando-se replicar o que já foi esmiuçado em itens daquele e de outros Tópicos, em apertada síntese, restou evidenciada a forte dependência que o Estado da Paraíba tem da alocação de recursos federais destinados à superação de desafios para o seu desenvolvimento sustentável, mormente no que tange à implantação de infraestrutura de transporte, de um modo geral.

30.2.5 Ademais, ao se analisar os dispêndio de recursos públicos realizados pelo Estado (limitado apenas aos seus dispêndios e assim mesmo apenas no nível de funções de governo) e pela União (limitada às transferências voluntárias e fundo a fundo a Municípios), nas diversas funções de governo e entre 2011 a 2014, percebeu-se alinhamento apenas parcial das políticas públicas implementadas por cada uma das esferas de governo. A análise em comento não incorporou a visão municipal, haja vista a carência de dados minimamente confiáveis.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

30.2.6 Cabe ressaltar que, por necessidade de delimitação do escopo do presente trabalho, cuja magnitude se mostrou por demais extensa, não foi analisada a qualidade dos dispêndios realizados por cada ente federado, em cada função, subfunção, programa e/ou ação de governo, tarefa de difícil implementação tanto para os dispêndios realizados pelo Governo do Estado, quanto para os dispêndios realizados pela União na Paraíba, como mencionado no Tópico IV.

30.2.7 Não obstante, entende-se que os principais desafios a serem superados de forma a garantir o desenvolvimento sustentável do estado da Paraíba restaram apenas parcialmente retratados pelos diversos itens contidos nos tópicos em suscitados, deixando-se de repisá-los, apenas para não tornar enfadonho e longo o presente texto.

30.3 *Questão III – como se apresentam os principais indicadores de desenvolvimento da Paraíba.*

30.3.1 De fato, ao longo do Tópico II foram apresentados indicadores associados ao desenvolvimento do estado da Paraíba, de forma intensa e relativos ao período de 1991 a 2010, em regra, não obstante a limitação temporal observada para as fontes de dados utilizadas como referência (PNUD). Apenas para pontuar, destacam-se:

30.3.1.1 indicadores populacionais: *População Urbana X População Rural; População residente no Semiárido; e IDH (Índice de Desenvolvimento Humano);*

30.3.1.2 indicadores de renda: *Índice Gini; percentual do total de renda apropriada pelos 20% mais pobres no estado; Percentual do total de renda apropriada pelos 40% mais pobres no estado; Percentual do total de renda apropriada pelos 20% mais ricos no estado; Renda per capita, excluída a renda nula; Percentual da população em extremamente pobre; PIB das Microrregiões*;

30.3.1.3 indicadores de educação: *Taxa de Analfabetismo, por faixa etária; Expectativa de anos de estudo, por faixa etária*; *e Expectativa de anos de estudo, por faixa etária; percentual da população paraibana, por faixa etária e por nível educacional;*

30.3.1.4 indicadores de trabalho: *Taxa de ocupação da população, por faixa etária; Percentual de empregados com carteira de trabalho e previdência social (CTPS) devidamente assinada (por faixa etária); Pessoas empregadas pelo Setor Público; e Grau de instrução dos trabalhadores, por faixa etária;*

30.3.1.5 indicadores de saúde: *Mortalidade Infantil; Taxa de Fecundidade; Expectativa de Vida; Grau de implantação de Sistema de abastecimento de água; e Grau de implantação de Sistema de esgotamento sanitário.*

30.3.2 Não obstante, as conclusões acostadas no Tópico II foram corroboradas, ainda que parcialmente, pelo estudo estratégico elaborado pelo Governo do Estado da Paraíba, pelo menos nas áreas temáticas de interesse daquele documento (educação, em particular), analisado no Tópico III.

30.3.3 Dessa feita, os vários indicadores utilizados para caracterizar áreas como saúde, renda, produção de riqueza, educação, trabalho, saneamento, etc, utilizados no Tópico II podem servir de referência para acompanhamento sistêmico dessa mesmas áreas, no que tange ao desenvolvimento do estado da Paraíba, em estudos futuros, por bem caracterizarem a situação real vivenciada pela sua população.

30.3.4 Como crítica, destaca-se a dificuldade de acesso a dados atualizados desses indicadores, bem como da atualização verificada para os mesmos. Entende-se salutar, em caso de ser determinada a necessidade de acompanhamento desses e outros indicadores, que sua coleta e tratamento seja feito de forma centralizada, por unidade técnica dessa Corte de Contas, divulgando-os de forma sistematizada para outras unidades técnicas de controle externo.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

30.4 *Questão IV – como e onde estão sendo alocados os recursos financeiros no Estado da Paraíba e associados ao seu desenvolvimento?*

30.4.1 O presente tema foi enfrentado pelo Tópico IV, oportunidade em que foi apresentada metodologia utilizada para realizar corte na análise proposta, em função da ausência de dados sistematicamente coletados e disponibilizados à equipe de fiscalização, contemplando todos os recursos públicos carreados às funções, subfunções, programas e ações de governo, por todas as esferas de governo, situação ideal que permitiria, a uma, estimar o volume de recursos efetivamente empregados nas diversas áreas cruciais ao desenvolvimento do próprio país; a duas, por orientar, de forma mais segura as políticas públicas, otimizando o emprego dos escassos recursos financeiros oriundos dos tributos impostos à sociedade.

30.4.2 Infelizmente, a coleta e sistematização dessas informações hoje não se apresentam presentes para essa Corte de Contas, motivo pelo qual o presente trabalho centrou seus esforços tanto nas transferências voluntárias da União aos Municípios paraibanos e os recursos estaduais empregados nas funções de governo.

30.4.3 O propósito foi permitir visão ainda que parcial da aplicação de recursos públicos em funções, subfunções, programas e ações de governo, com o intuito de orientar futuras ações de controle pela Secex/PB, com fundamento na materialidade das referidas transferências públicas de recursos federais e recursos estaduais empregados nas funções de governo, além de outras informações oriundas de produção de conhecimento elaboradas pela área de inteligência dessa Corte de Contas, em parceria com outras instituições da Rede de Controle (TCE/PB, MPE/PB, MPF, DPF e CGU).

30.5 *Questão V – quais os trabalhos relevantes realizados pelo TCU no Estado da Paraíba*

30.5.1 o presente item não foi tratado em nenhum outro Tópico, pois se trata de tema específico e que diz respeito à seleção de trabalhos relevantes para o desenvolvimento do estado da Paraíba, seja ele resultado ou não de ações de controle externo desenvolvido pela Secex/PB. Entendeu-se ser este o tópico adequado para se inserir tais informações.

30.5.2 Nessa oportunidade, serão apresentadas informações atinentes a 2 (dois) trabalhos de relevância para o desenvolvimento do Semiárido, região com tipicidade climática adversa e que impacta, sobremaneira, o desenvolvimento da própria Região Nordeste e, por conseguinte, o estado da Paraíba.

Primeiro trabalho relevante

30.5.3 O primeiro trabalho trata de Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) tendo por objeto obras de saneamento básico, destinadas a implantação e/ou ampliação de sistemas de esgotamento sanitário urbanos localizados em municípios contemplados por oferta d'água oriundas do Programa de Integração do Rio São Francisco (PISF).

30.5.4 O referido trabalho encontra-se consubstanciado no TC 010.945/2014-8. O objetivo geral consistiu em detalhar e consolidar metodologia para acompanhamento, de forma concomitante e proativa, da aplicação de recursos federais destinados à área esgotamento sanitário no Estado da Paraíba, com possibilidade de aplicação em outros Estados da região Nordeste. Maiores detalhes sobre a motivação da área de estudo e do tipo de obra (esgotamento sanitário) encontram-se nos TCs 004.119/2013-4 e 007.581/2014-9, referentes a relatório de produção de conhecimento e proposta de fiscalização respectivamente, ambos no âmbito da Secex-PB.

30.5.5 Os principais produtos foram:

30.5.5.1 dados a serem utilizados e suas fontes (relacionar e detalhar a forma de obtenção),

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

com o propósito de utilizá-los a rol de riscos preliminarmente identificados e às tipologias desenvolvidas pela Secex/PB, por meio do cruzamento de dados;

30.5.5.2 identificação da situação atual das obras de esgotamento sanitário na Paraíba, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte (elaborado a partir de análise das informações oriundas dos bancos de dados e de diligências realizadas, com auxílio de ferramentas de geoprocessamento), constituindo-se em diagnóstico da implementação dos empreendimentos de interesse;

30.5.5.3 a partir do diagnóstico acima mencionado, induzir os principais órgão federais repassadores recursos e responsáveis pela coordenação das ações de consecução dos empreendimentos em comento – Fundação Nacional de Saúde e Ministério das Cidades – a apresentarem Plano de Ação para que tais obras cheguem ao seu desiderato; e

30.5.5.4 metodologia de acompanhamento, com definição do número de auditores necessários para execução dos trabalhos, periodicidade e rotinas de procedimento (tais como, cruzamento de dados, expedição de diligências e reuniões), avaliação da oportunidade para realizar os trabalhos em conjunto ou em parceria com outros órgãos integrantes da rede de controle e proposição de matriz de planejamento padrão.

30.5.6 Acredita-se que, por meio de uma ação tempestividade e proativa, o TCU pode contribuir para a conclusão dessas obras. Dentre os possíveis desdobramentos relacionados ao acompanhamento tem-se comunicação à CGU, MPs, Receita Federal, TCE, CREA, Assembleia Legislativa, concedentes, convenentes e Congresso Nacional.

30.5.7 Impende destacar que os resultados do referido trabalho foi apresentado à Comissão Externa de Transposição do Rio São Francisco, em 22/9/2015 (http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/CIDADES/496460-COMISSAO-DEBATE-COM-O-TCU-PROBLEMAS-NA-TRANSPOSICAO-DO-SAO-FRANCISCO.html), oportunidade em que foram apresentados os principais problemas identificados pelo TCU, quais sejam:

30.5.7.1 paralisação de 55% das obras ;

30.5.7.2 30% das obras com licenças ambientais de instalação vencidas;

30.5.7.3 empresas contratadas para a execução dos empreendimentos sem capacidade operacional adequada;

30.5.7.4 elevado risco de contaminação das águas da Transposição do rio São Francisco, por lançamento de esgotamento sem o devido e adequado tratamento, haja vista o atraso na conclusão das obras analisadas; e

30.5.7.5 diversas obras concluídas, porém sem entrarem em funcionamento e apresentando avançado estado de deterioração.

Segundo trabalho relevante

30.5.8 O segundo trabalho diz respeito ao acompanhamento das obras hídricas nos municípios da região Semiárida dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, realizado no período de 31/08/2015 a 09/10/2015, nos termos das Portarias Secex-PB 587/2015 e 886/2015.

30.5.9 O trabalho em comento é decorrente de deliberação constante do Despacho de 09/06/2015 do Exmo. Ministro Bruno Dantas (TC 009.700/2015-3), tendo como objetivo geral acompanhar a execução de empreendimentos associados à oferta de água na região do Semiárido, identificando os reflexos nas Ações e Programas associados à infraestrutura hídrica do Semiárido, previstos no PPA 2012-2015.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

30.5.10 Para fins de viabilizar a realização deste acompanhamento, adotou-se como critério de seleção apenas as que viessem a atender às demandas hídricas da população urbana, independente dos demais usos.

30.5.11 Para alcançar essa finalidade, o escopo da fiscalização está composto por três ordens de avaliação:

30.5.11.1 avaliação parcial das políticas de recursos hídricos no Semiárido, em especial sob os aspectos de 'institucionalização', 'planos e objetivos', 'participação' e 'coordenação e coerência';

30.5.11.2 avaliação da efetividade das obras concluídas; e

30.5.11.3 diagnóstico e avaliação do andamento das obras que receberam recursos do Orçamento Geral da União.

30.5.12 A partir do objetivo do trabalho, foram elaboradas as seguintes questões, que nortearam o planejamento desta ação de controle:

30.5.12.1 Questão 1) o planejamento das obras destinadas ao aumento da disponibilidade hídrica e do abastecimento de água potável no Semiárido é realizado de forma adequada e integrada entre os atores das respectivas políticas?

30.5.12.2 Questão 2) de que forma as obras para oferta de água, assim como as metas e indicadores dos programas associados, estão previstos no PPA e nos planos das políticas públicas a eles relacionados?

30.5.12.3 Questão 3) os empreendimentos realizados contribuíram para o aumento da oferta (produção e distribuição) de água na região do Semiárido?

30.5.12.4 Questão 4) a Administração está tomando providências com vistas a evitar/solucionar a situação de atraso para início, paralisação ou ritmo lento de execução das obras?

30.5.12.5 Questão 5) há indícios de ocorrência de eventos de riscos relacionados à movimentação financeira das contas bancárias ou à idoneidade e/ou capacidade técnico-operacional das empresas contratadas para a execução?

30.5.13 Dessa forma, no escopo da fiscalização estão presentes três ordens de avaliação. Em primeiro lugar, estão sendo examinados aspectos das políticas de recursos hídricos e de saneamento básico no Semiárido, com ênfase nas obras para oferta de água para consumo humano (questões 1 e 2). Em segundo, está em foco a efetividade das obras concluídas para esse mesmo fim (questão 3). E, por último, avalia-se a ocorrência de eventos de riscos nas obras em andamento para a mesma finalidade, e a gestão desses riscos por parte dos órgãos repassadores de recursos federais (questão 4 e 5).

30.5.14 O presente trabalho encontra-se em fase de elaboração de relatório.

VI. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

31. Assim, diante do exposto e entendendo terem sido atendidos os objetivos do presente levantamento de auditoria, quais sejam, apresentar panorama do estado da Paraíba, contemplando uma visão de sua situação geográfica e econômico-social, incluindo o mapeamento dos desafios locais para seu desenvolvimento, sejam encaminhados os autos ao Relator, Exmº Ministro Raimundo Carreiro, propondo:

31.1 seja encaminhada cópia da deliberação que vier a ser proferida por esta Corte de Contas, bem como do Relatório e do Voto que a fundamentarem, ao Governo do Estado da Paraíba, à Assembleia do Estado da Paraíba e ao Tribunal de Contas do Estado da paraíba, com o

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

intuito de subsidiar ações que venham alavancar o desenvolvimento sustentável do estado da Paraíba;

31.2 seja determinado à Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (Secex/PB), que no processo de planejamento de suas ações de controle externo, utilize as informações obtidas nestes autos como parâmetro para definição das áreas prioritárias que devem ser objeto de fiscalizações por parte deste Tribunal;

31.3 seja encaminhado cópia de todo os autos à Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco - Secex/PE, com vistas a subsidiar o trabalho de consolidação das informações relativas ao Estado da Paraíba, no âmbito da construção do Relatório Sistêmico da Região Nordeste; e

31.4 sejam arquivados os presentes autos."

É o relatório.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56044870.

VOTO

Tratam os autos do relatório de levantamento de auditoria realizado com o objetivo de apresentar um panorama do Estado da Paraíba, contemplando uma visão ampla e abrangente de sua situação geográfica e econômico-social, incluindo o mapeamento dos desafios locais para seu desenvolvimento (em seus aspectos econômico, social, inclusivo e sustentável), bem como síntese do conjunto de ações relevantes realizadas no âmbito do Controle Externo.

2. Trabalhos semelhantes a este foram realizados em outros estados da Região Nordeste e recentemente julgados por este Plenário, a saber: Piauí (Acórdão nº 2751/2015, relator Ministro Marcos Bemquerer Costa), Alagoas (Acórdão nº 2892/2015, relator Ministro José Múcio Monteiro), Bahia (Acórdão nº 471/2016, relator Ministro Augusto Sherman Cavalcanti), Maranhão (Acórdão nº 475/2016, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), Rio Grande do Norte (Acórdão nº 863/2016, relator Ministro Vital do Rêgo), e Ceará (Acórdão nº 1547/2016, relator Ministro Marcos Bemquerer Costa).

3. As informações obtidas nos trabalhos acima mencionados, bem como em outras fiscalizações realizadas nos demais estados da Região Nordeste, serão consolidadas no TC 020.126/2015-8 – Relatório Sistêmico sobre o Tema Desenvolvimento com Recorte na Região Nordeste, da relatoria do Ministro José Múcio Monteiro.

4. Consoante a matriz de planejamento à peça 3, a metodologia adotada na presente fiscalização constituiu-se, essencialmente, na análise de dados obtidos em diferentes fontes de informação abertas e postadas na internet, bem como em bases de dados disponibilizadas ao TCU ou por este Tribunal custodiadas, e buscou responder, no que se refere ao Estado da Paraíba, as seguintes questões de auditoria:

a) qual o panorama atual (características territoriais, demográficas e principais atividades econômicas);

b) quais os principais desafios para alavancar seu desenvolvimento sustentável;

c) como se apresentam os seus principais indicadores de desenvolvimento;

d) como e onde estão sendo alocados os recursos financeiros associados ao seu desenvolvimento;

e) quais são os trabalhos relevantes realizados pelo TCU.

5. Consoante o exposto no relatório precedente, a análise dos dados colhidos ao longo do trabalho evidenciou obstáculos e problemas ao desenvolvimento do Estado da Paraíba, e ao mesmo tempo abordou as políticas públicas específicas para remover os empecilhos e alavancar o seu progresso sustentável. O trabalho que ora se examina, a exemplo dos demais relatórios sistêmicos regionais anteriormente mencionados neste voto, mostra que os desafios enfrentados pelos estados da Região Nordeste são semelhantes e, mesmo com evidentes avanços, há ainda um longo caminho a percorrer e grandes desafios a serem enfrentados para o seu desenvolvimento sustentável.

6. Não pretendo neste voto resumir a análise dos dados coletados pela equipe de fiscalização por entender que, em assim procedendo, a riqueza das informações transcritas ao longo do relatório precedente se perderia. No entanto, merece destaque a conclusão da equipe de fiscalização de que um dos principais desafios a ser superado diz respeito a questões decorrentes das condições climáticas existentes no estado, onde significativa parcela da população vive no Semiárido Nordestino, região assolada pela escassez de água. Tal condição adversa tem impacto negativo em diversos indicadores de desenvolvimento, consoante discutido ao longo do trabalho. Menciono também a tendência de urbanização em praticamente todas as Microrregiões Socioeconômicas do estado, evidenciando a

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56062545.

crescente demanda por serviços próprios de áreas urbanas associados ao saneamento básico e à segurança pública, dentre outros.

7. Os vários indicadores utilizados para caracterizar áreas como saúde, renda, produção de riqueza, educação, trabalho e saneamento podem servir de referência para um acompanhamento sistêmico dessas áreas em estudos futuros, uma vez que apresentam um panorama da situação real vivenciada pela população do estado. E ante a riqueza dos dados colhidos ao longo da fiscalização, considero pertinente a determinação à Secex/PB para que, ao planejar suas ações de controle em face das demandas da unidade e da disponibilidade de sua força de trabalho, utilize as informações disponibilizadas neste relatório de levantamento como parâmetro para definição das áreas prioritárias que devem ser objeto de fiscalizações futuras.

8. Quanto à proposta da unidade técnica de encaminhar cópia integral dos autos à Secex/PE com vistas a subsidiar o trabalho de consolidação das informações relativas ao Estado da Paraíba no âmbito da construção do Relatório Sistêmico da Região Nordeste, entendo mais adequado, para esse fim, apensar os presentes autos ao referido processo de consolidação (TC 020.126/2015-8).

Ante o exposto, voto por que o Tribunal adote a deliberação que ora submeto à consideração deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 27 de julho de 2016.

RAIMUNDO CARREIRO
Relator

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56062545.

ACÓRDÃO Nº 1937/2016 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 017.516/2015-3
2. Grupo I – Classe de Assunto: V - Relatório de Levantamento
3. Interessado: Tribunal de Contas da União
4. Unidade: Estado da Paraíba
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
6. Representante do Ministério Público: não há
7. Unidade Técnica: Secex/PB
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam do relatório de levantamento de auditoria realizado com o objetivo de apresentar panorama do Estado da Paraíba, contemplando uma visão ampla e abrangente de sua situação geográfica e econômico-social, incluindo o mapeamento dos desafios locais para seu desenvolvimento (em seus aspectos econômico, social, inclusivo e sustentável), bem como síntese do conjunto de ações relevantes realizadas no âmbito do Controle Externo.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. determinar à Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (Secex/PB) que, no processo de planejamento de suas ações de controle externo, utilize as informações obtidas nestes autos como parâmetro para definição das áreas prioritárias que devem ser objeto de fiscalizações por parte deste Tribunal;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam, ao Governo do Estado da Paraíba, à Assembleia do Estado da Paraíba e ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, com o intuito de subsidiar ações que venham a alavancar o desenvolvimento sustentável do Estado da Paraíba;

9.3. apensar o presente processo ao TC 020.126/2015-8, para subsidiar o trabalho de consolidação das informações do Estado da Paraíba no âmbito da construção do Relatório Sistêmico da Região Nordeste.

10. Ata n° 29/2016 – Plenário.
11. Data da Sessão: 27/7/2016 – Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1937-29/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro (Relator), José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
AROLDO CEDRAZ
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
RAIMUNDO CARREIRO
Relator

Fui presente:
(Assinado Eletronicamente)
PAULO SOARES BUGARIN
Procurador-Geral

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56062550.